



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**ESCOLA DE ARQUITETURA, ARTES E DESIGN**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***

**EM ARQUITETURA E URBANISMO – POSURB-ARQ**

**LARA LEME DUARTE**

**O BAIRRO CARIوبا EM AMERICANA (SP): DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL**

**Campinas**

**2024**

**LARA LEME DUARTE**

**O BAIRRO CARIOBA EM AMERICANA (SP): DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

O presente trabalho está sendo financiado em parte pela CAPES – Código Financeiro 001.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Farah

**CAMPINAS**

**2024**



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**ESCOLA DE ARQUITETURA, ARTES E *DESIGN***

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***

**EM ARQUITETURA E URBANISMO – POSURB-ARQ**

**LARA LEME DUARTE**

**O BAIRRO CARIÓBA EM AMERICANA (SP): DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL**

Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação de Mestrado em Arquitetura e  
Urbanismo – POSURB-ARQ da PUC-Campinas.

Profa. Dra. Ana Paula Farah

Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi

Profa. Dra. Eneida de Almeida

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI  
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Duarte, Lara Leme

Dundefinedb O BAIRRO CARIوبا EM AMERICANA (SP): : desafios contemporâneos para a preservação da memória local / Lara Leme Duarte. - Campinas: PUC-Campinas, 2024.

165 il.

Orientador: Ana Paula Farah.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação "Stricto Sensu" em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ), Escola de Arquitetura, Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Bairro Carioba - Americana (SP). 2. Preservação da Memória Local. 3. Patrimônio Cultural.

# LARA LEME DUARTE

## “O BAIRRO CARIOBA EM AMERICANA (SP): DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.  
Área de Concentração: Urbanismo.  
Orientador(a): Profa. Dra. Ana Paula Farah

Dissertação defendida e aprovada em 19 de junho de 2024 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



---

**Profa. Dra. Ana Paula Farah**

Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

**Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

**Profa. Dra. Eneida de Almeida**

Universidade São Judas Tadeu

*Dedico este trabalho aos meus pais  
Leticia e Antônio e a minha irmã Sofia,  
por todo amor, carinho, conselhos, ajuda,  
paciência, confiança e incentivos que recebi.  
É tudo por e para vocês.*

## AGRADECIMENTOS

Após dois anos de dedicação durante meu mestrado, quero expressar minha sincera gratidão àqueles que estiveram ao meu lado e foram fundamentais para a realização deste sonho. Cada um de vocês contribuiu de maneira única, e é com gratidão que tento transmitir a importância que tiveram e ainda têm em minha jornada.

Primeiramente, à minha família, pelo apoio inabalável. Sem o amor e o suporte de vocês, esta pesquisa não teria sido concluída. À minha mãe, Letícia, exemplo de força e generosidade. Ao meu pai, Antônio, cuja sabedoria sempre me orientou. À minha irmã, Sofia, companheira de todas as horas. Agradeço também aos demais familiares, especialmente às minhas avós, por seu apoio contínuo.

Um agradecimento especial à Professora Dra. Ana Paula Farah, minha orientadora e amiga, cujo apoio foi fundamental ao longo dessa jornada. Sua confiança e dedicação foram essenciais para eu alcançar este objetivo. Agradeço por seu comprometimento e orientação desde os primeiros passos na graduação.

Aos meus amigos, minha gratidão por estarem sempre presentes, mesmo à distância, torcendo e me apoiando. Vocês são parte fundamental desta conquista.

Às Professoras Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi e Dra. Eneida de Almeida, membros da banca de Qualificação e Defesa de Mestrado, meu sincero agradecimento pelo interesse e contribuições para o desenvolvimento deste projeto.

Por fim, agradeço a Deus e a Nossa Senhora por sua orientação e proteção ao longo deste caminho.

Foram dois anos de pesquisa e crescimento, culminando nas Considerações Finais desta dissertação da qual me orgulho muito. Este é apenas o começo de uma jornada gratificante, e sei que posso contar com o apoio de todos vocês. Obrigada por fazerem parte desta conquista. Sem vocês, nada disso seria possível.

## RESUMO

A presente pesquisa objetiva estudar a preservação do bairro Carioba em Americana (SP), considerando os desafios contemporâneos que afetam a memória e a identidade cultural do bairro. O estudo questiona se as políticas de preservação implementadas pela municipalidade e pelo Estado têm levado em consideração, de forma adequada, os aspectos documentais, formais, memoriais e simbólicos na preservação do bairro histórico e se as ações tomadas garantem a transmissão do legado para as futuras gerações. A pesquisa adotou uma abordagem por métodos de procedimentos exploratórios, amparados por pesquisas documentais, bibliográficas e iconográficas utilizando instrumentos como bibliografia consolidada, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, desenhos, croquis, mapas e imagens. Esse método foi desenvolvido em três etapas: a primeira etapa consistiu no entendimento do território: sobre a história da cidade, desde suas origens agrícolas até o desenvolvimento urbano, destacando a evolução histórica do bairro. A segunda etapa envolveu o levantamento e desenvolvimento do bairro Carioba, considerando a influência da família Müller e as transformações socioeconômicas, desde sua origem até sua decadência. A terceira etapa aborda a importância da preservação do patrimônio arquitetônico e industrial, discutindo iniciativas de tombamento e os desafios enfrentados nesse contexto. Portanto, esta pesquisa visa oferecer instrumentos para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, visando à preservação do patrimônio cultural da comunidade "cariobense".

## **ABSTRACT**

The present research aims to study the preservation of the Carioba neighborhood in Americana (SP), considering contemporary challenges that affect the memory and cultural identity of the neighborhood. The study questions whether the preservation policies implemented by the municipality and the State have adequately considered the documentary, formal, memorial, and symbolic aspects in the preservation of the historic neighborhood and whether the actions taken ensure the transmission of the legacy to future generations. The research adopted an exploratory procedural methods approach, supported by documentary, bibliographic, and iconographic research using instruments such as consolidated bibliography, scientific articles, monographs, dissertations, theses, drawings, sketches, maps, and images. This method was developed in three stages: the first stage consisted of understanding the territory, focusing on the city's history from its agricultural origins to urban development, highlighting the historical evolution of the neighborhood. The second stage involved the survey and development of the Carioba neighborhood, considering the influence of the Müller family and the socioeconomic transformations from its origin to its decline. The third stage addresses the importance of preserving architectural and industrial heritage, discussing heritage listing initiatives and the challenges faced in this context. Therefore, this research aims to offer tools for the development of effective public policies, aiming at the preservation of the cultural heritage of the "cariobense" community.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Quadrilátero paulista do açúcar, formado pelas vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí.....	22
<b>Figura 2</b>	Mapa do Município de Campinas (sem escala), com destaque para Villa Americana.....	23
<b>Figura 3</b>	Distribuição das propriedades rurais na zona de Campinas (1755-1900).....	24
<b>Figura 4</b>	Vista do sítio de Antônio Manoel Teixeira (s/d).....	26
<b>Figura 5</b>	Antiga sede da Fazenda Salto Grande, em Americana (SP).....	27
<b>Figura 6</b>	Antiga sede da Fazenda Salto Grande, em Americana (SP).....	27
<b>Figura 7</b>	Antiga sede da Fazenda Machadinho, que pertencera a Antônio Bueno Rangel e Coronel William Hutchinson Norris.....	30
<b>Figura 8</b>	Vista panorâmica da Villa Americana.....	32
<b>Figura 9</b>	Mapa da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, <b>Folha de Rio Claro</b> , Acervo do Museu Paulista da USP.....	35
<b>Figura 10</b>	Embarque de melancias na Villa Americana.....	36
<b>Figura 11</b>	Igreja matriz da Villa Americana.....	38
<b>Figura 12</b>	Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Intendente Dr. Manoel de Assis Vieira referente ao triênio de 1899-1901.....	39
<b>Figura 13</b>	Antiga “porteira” que dividia o centro da cidade com o bairro Carioba....	41
<b>Figura 14</b>	Retificação do Ribeirão Quilombo em Americana (1917), Prefeitura Municipal de Americana.....	42
<b>Figura 15</b>	Cidade de Americana.....	44
<b>Figura 16</b>	Evolução da mancha urbana de Americana até a década de 1940.....	45
<b>Figura 17</b>	Evolução da mancha urbana de Americana (1940-1980).....	50
<b>Figura 18</b>	Vista aérea da Fábrica de Tecidos Carioba (191_[sic]).....	53
<b>Figura 19</b>	Principais membros da família Müller.....	57
<b>Figura 20</b>	Vista aérea da Fábrica de Tecidos Carioba.....	58
<b>Figura 21</b>	Bairro Carioba e Fazenda Salto Grande, Município de Campinas. Levantado e desenhado, de novembro de 1916 a fevereiro de 1917.....	59
<b>Figura 22</b>	Vista aérea de Carioba, no final do século XX.....	60
<b>Figura 23</b>	Etapas do processo de cultura de algodão da Fazenda Salto Grande.....	61
<b>Figura 24</b>	Reportagem sobre a Fábrica de Tecidos Carioba.....	62
<b>Figura 25</b>	Reportagem sobre a Fábrica de Tecidos Carioba.....	63
<b>Figura 26</b>	Reportagem sobre a Fábrica de Tecidos Carioba.....	63
<b>Figura 27</b>	Vista da Vila Operária.....	65
<b>Figura 28</b>	Propaganda sobre a instalação das turbinas para fornecimento de energia a empresas industriais.....	66
<b>Figura 29</b>	Usina Hidrelétrica de Salto Grande (1911).....	67
<b>Figura 30</b>	Pedido para construir cômodo para a instalação de para-raios e transformadores na empresa Elétrica Carioba Rawlinson Müller e Companhia, Nova Odessa, Villa Americana. Processo 1912/506.....	68

<b>Figura 31</b>	Projeto do cômodo para a instalação de para-raios e transformadores na empresa Elétrica Carioba Rawlinson Müller e Companhia, Nova Odessa, Villa Americana. Processo 1912/506.....	69
<b>Figura 32</b>	Propagada da Leyen, Müller & Cia.....	70
<b>Figura 33</b>	Solicitação para construir uma dependência da Fábrica de Tecidos Carioba.....	71
<b>Figura 34</b>	Solicitação para construir uma dependência da Fábrica de Tecidos Carioba.....	72
<b>Figura 35</b>	Mapa de Carioba utilizado pelo sr. Hercules Giordano para inserção dos moradores, a partir de lembranças e entrevistas.....	73
<b>Figura 36</b>	Vista aérea do complexo industrial da Fábrica de Tecidos Carioba.....	74
<b>Figura 37</b>	Bairro Carioba.....	74
<b>Figura 38</b>	Vista da Vila Operária.....	75
<b>Figura 39</b>	Vista da Vila Operária.....	76
<b>Figura 40</b>	Vista aérea da Fábrica de Tecidos Carioba.....	77
<b>Figura 41</b>	Vista aérea da Fábrica de Tecidos Carioba.....	78
<b>Figura 42</b>	Escola de Carioba.....	79
<b>Figura 43</b>	Monumento em homenagem ao Comendador Franz Müller, na praça pública central da cidade de Americana, atualmente.....	79
<b>Figura 44</b>	Vista da barragem e da casa de máquinas da Usina Hidrelétrica de Carioba.....	84
<b>Figura 45</b>	Fábrica de Tecidos Carioba (1975).....	89
<b>Figura 46</b>	Principais membros da família Abdalla.....	91
<b>Figura 47</b>	Mapa do bairro Carioba após a demolição.....	113
<b>Figura 48</b>	Área fotografada pelo Condephaat.....	116
<b>Figura 49</b>	Área fotografada pelo Condephaat.....	117
<b>Figura 50</b>	Área fotografada pelo Condephaat.....	117
<b>Figura 51</b>	Área fotografada pelo Condephaat.....	118
<b>Figura 52</b>	Complexo tombado pelo Condephaat.....	119
<b>Figura 53</b>	Complexo tombado pelo Condephaat.....	120
<b>Figura 54</b>	Casa de Cultura Hermann Müller.....	122
<b>Figura 55</b>	Casarão – Museu Histórico e Pedagógico de Americana.....	123
<b>Figura 56</b>	Casa do Conto.....	123
<b>Figura 57</b>	Igreja São João Batista.....	124
<b>Figura 58</b>	Divisão de alas.....	125
<b>Figura 59</b>	Fábrica e galpões de Carioba antes do incêndio.....	126
<b>Figura 60</b>	Bombeiros combatendo o incêndio no complexo fabril de Carioba.....	127
<b>Figura 61</b>	Incêndio no complexo de fábricas no bairro Carioba.....	127
<b>Figura 62</b>	Fábrica e galpões de Carioba após o incêndio.....	128
<b>Figura 63</b>	Ruínas da fábrica e dos galpões de Carioba.....	129
<b>Figura 64</b>	Ruínas da fábrica e dos galpões de Carioba.....	129
<b>Figura 65</b>	Ruínas da fábrica e dos galpões de Carioba.....	130
<b>Figura 66</b>	Hidrelétrica ainda hoje em funcionamento.....	130
<b>Figura 67</b>	Zoneamento de Americana – Plano Diretor.....	133

<b>Figura 68</b>	Ampliação do zoneamento de Americana, na região do bairro Carioba.....	134
<b>Figura 69</b>	Áreas de planejamento de Americana, destacando o bairro Carioba.....	135

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**Alesp:** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**Aspeca:** Associação dos Permissionários dos Salões Industriais de Carioba

**Comtur:** Conselho Municipal de Turismo

**Condephaat:** Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

**Condepham:** Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Americana

**Icomos:** Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

**Iphan:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**Sphan:** Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**TICCIH:** The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>CAPÍTULO 1 Americana – Das sesmarias à promoção de “cidade” de Americana-SP</b>	21
1.1 Rumo às fazendas Salto Grande e Machadinho	21
1.2 A expansão urbana: da Villa Americana à cidade de Americana	31
1.2.1 O façomismo em Americana (SP)	46
<b>CAPÍTULO 2 O bairro Carioba</b>	52
2.1 O núcleo de Carioba	53
2.2 O agente transformador: a família Müller	62
2.3 O início do declínio de Carioba	82
2.4 A gestão da família Abdalla	87
<b>CAPÍTULO 3 Os desafios para a preservação – o bairro Carioba</b>	92
3.1 O campo da preservação	92
3.1.1 O patrimônio industrial	104
3.1.2 A preservação do bairro Carioba	112
3.2 A trajetória da salvaguarda e a atual situação de Carioba	121
3.3 Premissas para a preservação do bairro Carioba	131
<b>CONSIDERAÇÕES</b>	
<b>FINAIS</b>	142
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>BIBLIOGRÁFICAS</b>	146
<b>FONTES</b>	
<b>DOCUMENTAIS</b>	159
<b>LEGISLAÇÃO</b>	159
<b>ANEXOS</b>	161

## INTRODUÇÃO

A preservação de bairros históricos se configura como uma questão crucial no contexto contemporâneo, diante dos desafios que ameaçam a memória local e a identidade cultural dessas áreas. Um bairro histórico se configura por seu significado histórico, arquitetônico, cultural e social, caracterizado por edificações preservadas que refletem a herança e a evolução da comunidade. Choay (2001, p. 33) salienta a importância da preservação para a manutenção da identidade cultural, permitindo que as gerações futuras compreendam a história de suas comunidades. Nesse contexto, a preservação envolve diversas estratégias, como a restauração e conservação de edifícios, a implementação de normativas que controlam as transformações e a promoção do turismo cultural. Fundamental para o sucesso de tais iniciativas é o envolvimento ativo da comunidade local, assegurando que os esforços de preservação reflitam os valores e anseios dos moradores (Fonseca, 2005, p. 42).

Contudo, os bairros históricos enfrentam desafios como o desenvolvimento urbano, a gentrificação e a falta de recursos para manutenção. Mourão Junior (2021, p. 58) enfatiza a necessidade de uma abordagem integrada que valorize o contexto socioeconômico e cultural. Cunha (2006, p. 14) argumenta que a preservação deve ser dinâmica, adaptando-se às mudanças contemporâneas sem comprometer os valores fundamentais dos espaços. Portanto, a preservação de bairros históricos requer um equilíbrio entre a valorização do patrimônio cultural e a adaptação às necessidades contemporâneas, assegurando que a essência histórica e cultural dessas áreas não se perca com o tempo.

Nesse contexto, o bairro Carioba em Americana (SP) destaca-se como um caso emblemático, levantando questionamentos sobre a adequação das políticas de preservação frente às transformações urbanas e sociais. Assim, a questão central que norteou esta pesquisa é: “As políticas de preservação implementadas pela municipalidade e pelo Estado têm levado em consideração de forma adequada os aspectos documentais, formais, memoriais e simbólicos na preservação do Bairro Carioba em Americana (SP)?”

Essa dissertação propõe-se a investigar o processo envolvido na preservação do bairro Carioba, situando-se no contexto das interações entre os desafios contemporâneos e a salvaguarda da memória local. Ao examinar os esforços empreendidos para proteger e valorizar este legado cultural, pretende-se não apenas compreender as estratégias adotadas,

mas também identificar possíveis lacunas e oportunidades de aprimoramento. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, essa pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes na preservação do patrimônio cultural urbano, visando reflexos significativos na sustentabilidade cultural e social da comunidade “cariobense” e, por extensão, da cidade de Americana.

Além disso, a pesquisa se propõe a investigar a memória do bairro histórico na cidade de Americana (SP), que desempenha um papel fundamental na formação da identidade local. A história agrícola da região, marcada pela imigração de trabalhadores, pelos afrodescendentes<sup>1</sup> e pelo desenvolvimento de culturas agrícolas, é um componente essencial da herança cultural de Americana. Compreender essa memória é crucial para uma abordagem holística da preservação, que reconheça e valorize as contribuições históricas de diferentes grupos étnicos e sociais. Assim, a dissertação pretende proporcionar uma visão mais abrangente das dinâmicas culturais e sociais que moldaram a cidade, promovendo a inclusão de narrativas diversificadas no processo de preservação do patrimônio cultural.

A autora cresceu imersa em relatos sobre o bairro de Carioba transmitidos por familiares e amigos próximos. Ao longo dos anos, muitos desses relatos e detalhes compartilhados tornaram-se memórias vívidas que ecoam a riqueza histórica e social do lugar. Essas narrativas enriqueceram seu conhecimento sobre a comunidade e proporcionaram uma perspectiva singular sobre os acontecimentos que contribuíram para a formação da identidade do bairro.

---

<sup>1</sup> Na elaboração da dissertação, a participação da população negra na história de Americana (SP) não foi abordada, priorizando-se outros aspectos históricos e sociais da cidade. A falta de estudos aprofundados sobre a participação da população negra na história de Americana representa uma lacuna significativa. Essa lacuna decorre da escassez de fontes documentais que dificultam a compreensão do legado dos afrodescendentes, principalmente, em Carioba. É imprescindível resgatar essa história para construir uma narrativa mais completa e inclusiva na história local. Contudo, há algumas pesquisas importantes que abordam esse tema, ver: Ramos, Claudia Monteiro da Rocha. **Identidade e Memória: a trajetória histórica dos negros em Americana – Um estudo de caso do Engenho e Fazenda Salto Grande**. 1ª edição – São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2022; Rizato, M. J. L.; Oliveira, J. D. **A Presença Negra na Vila Carioba no Pós-Abolição em Americana-SP**. In: 30º SIICUSP - Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP, São Carlos-SP, 2022; Menck, V. D.; Oliveira, J. D. **Práticas Culturais e Saberes Tradicionais Negros em Americana-SP**. In: 29º SIICUSP - Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP, São Carlos-SP, 2021; Rizato, M. J. L.; Oliveira, J. D. **Espaços, Memórias e Resistências Negras no Pós-Abolição em Americana-SP**. In: 29º SIICUSP - Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP, São Carlos-SP, 2021.

A pesquisa adotou uma abordagem por métodos de procedimentos exploratórios, amparados por pesquisas documentais, bibliográficas e iconográficas utilizando instrumentos como bibliografia consolidada, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, desenhos, croquis, mapas e imagens. Esse método foi desenvolvido em três etapas.

Na primeira etapa, realizou-se uma análise teórico-crítica fundamentada em uma extensa bibliografia e em pesquisa documental. Esse estágio inicial envolveu a exploração dos fundamentos teóricos relacionados ao patrimônio cultural e industrial, tanto em referências clássicas quanto em estudos contemporâneos, além de uma investigação sobre a história da cidade de Americana e do bairro Carioba, desde suas origens até os dias atuais. Para isso, foram consultadas diversas fontes, incluindo o Arquivo do Estado de São Paulo, o Arquivo Histórico de Campinas, o Centro de Memória da Unicamp, os arquivos do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do estado de São Paulo (Condephaat-SP) e os documentos da Prefeitura Municipal da cidade de Americana.

A segunda etapa da metodologia concentrou-se em uma análise técnico-operacional, que envolveu uma investigação detalhada do território e sua influência no desenvolvimento urbano de Americana, especialmente no contexto do bairro Carioba. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais precisa das dinâmicas espaciais, socioeconômicas e históricas que moldaram a configuração urbana da região ao longo do tempo.

A terceira etapa consistiu na avaliação dos conceitos de patrimônio cultural e industrial, por meio de uma análise crítica e reflexiva do bairro Carioba e de sua importância para a identidade e memória da cidade. Esta fase envolveu a aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas etapas anteriores para uma compreensão mais abrangente dos aspectos culturais, históricos e econômicos relacionados ao patrimônio industrial em contexto urbano.

A pesquisa, ao longo desses dois anos, enfrentou uma série de desafios. Um dos principais obstáculos foi a escassez de documentos e informações disponíveis, especialmente devido ao incêndio que aconteceu na Prefeitura de Americana no início de 2000. Esse acontecimento resultou na perda de uma quantidade substancial de registros históricos e documentos importantes, sem cópias ou digitalização, dificultando assim o acesso a fontes relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa. A investigação também enfrentou

contratempos durante a coleta de dados nos arquivos mencionados, incluindo o Arquivo Histórico de Campinas e o Centro de Memória da Unicamp, onde ocorreram greves longas e, conseqüentemente, dificuldades para acessar os documentos.

Apesar desses desafios, a pesquisa foi conduzida com um rigor científico, e estratégias alternativas foram adotadas para contornar as limitações encontradas. Isso incluiu a realização de visitas presenciais ao bairro Carioba para coleta de informações de campo e imagens, bem como uma busca por fontes secundárias para complementar os dados disponíveis nos arquivos.

Assim, apesar das adversidades, a pesquisa procurou atingir os objetivos propostos, oferecendo reflexões sobre a preservação do bairro Carioba na cidade de Americana, contribuindo para o conhecimento acadêmico sobre o tema.

A dissertação é dividida em três capítulos, em que a pesquisa destaca, além da transformação física do lugar ao longo do tempo, os fatores socioculturais e econômicos que moldaram sua identidade.

O Capítulo 1, intitulado **Das sesmarias à promoção de “cidade” de Americana-SP**, descreve desde as origens agrícolas até o desenvolvimento urbano, com ênfase na influência da chegada dos imigrantes norte-americanos e da construção da ferrovia. Neste capítulo, uma ampla variedade de fontes bibliográficas foi consultada para oferecer uma compreensão abrangente da história e da cidade de Americana. Entre as principais fontes consultadas, destaca-se o trabalho de Bryan (1967), intitulado **Americana, sua história**, que oferece uma visão detalhada sobre a história da cidade e seu desenvolvimento ao longo do tempo. Além disso, a publicação coordenada por Dias (2015), **Cenários: Cidades do interior de São Paulo no começo do século XX – A nossa história nos documentos da Alesp**, forneceu informações sobre o contexto histórico e social da região, utilizando documentos primários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Outra obra fundamental foi a coletânea organizada por Gobbo (1999), **Preservando nossa história: Americana**, que oferece uma rica compilação de textos e imagens relacionados à história e à memória da cidade, incluindo informações relevantes sobre o bairro Carioba. A publicação de Jones (1998), **Soldado descansa!** Uma epopeia norte-americana sob os céus do Brasil, trouxe contribuições para a compreensão do contexto histórico e cultural de Americana, especialmente no que diz respeito à presença

norte-americana na região. Destacam-se também os trabalhos de Jones e Bryan (1967), em **Americana: São Paulo – Brasil**, que proporcionam uma visão detalhada e multifacetada da cidade e seu entorno. A contribuição de Lapa (1996), com **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**, ofereceu valiosas perspectivas sobre o desenvolvimento urbano da região, enriquecendo o entendimento do contexto histórico. Da mesma forma, o estudo de Lima (2002), **Americana em um século: a evolução urbana de uma cidade industrial de porte médio**, trouxe uma análise aprofundada da trajetória urbana da cidade ao longo do tempo. Além disso, o artigo de Trevisan (2019), **Americana-SP, uma história entre rios**, mostrou aspectos específicos da história e geografia locais. Essas obras, aliadas a outras fontes bibliográficas e documentos históricos, foram essenciais para fundamentar o primeiro capítulo e proporcionar uma análise abrangente sobre o tema em questão.

O Capítulo 2, **O bairro Carioba**, apresenta um estudo detalhado do núcleo, destacando o papel central da família Müller na formação e expansão do bairro. Discute-se o estabelecimento da Fábrica de Tecidos Carioba, em 1875, pelos irmãos Queiroz e seu subsequente desenvolvimento pelas mãos da família Müller. O declínio da fábrica, após a crise de 1930, e a gestão posterior pela família Abdalla também são abordados, evidenciando as transformações socioeconômicas e culturais que moldaram a trajetória do bairro. Nesse segundo capítulo, foram exploradas diversas fontes bibliográficas que trouxeram informações sobre a vida e as experiências da classe operária e da história do bairro Carioba. Entre as principais fontes consultadas, destaca-se o artigo **A classe operária vai ao paraíso**, escrito por Luiz Sugimoto (2004), que oferece uma análise perspicaz e atualizada sobre as condições de trabalho e as lutas sindicais na região. Além disso, o sítio eletrônico da Associação dos Permissionários de Carioba (Aspeca) forneceu informações valiosas sobre a história e as atividades da comunidade local. A publicação **Recordações de Carioba: álbum de memórias**, de Bertalia (1999), e **Minhas memórias: histórias de um cariobense, revivências de Villa Americana**, de Giordano (2004), ofereceram relatos pessoais e testemunhos que enriqueceram a compreensão das vivências dos habitantes do bairro. Também foi consultado o trabalho acadêmico de Stock (2009), intitulado **Benamta – um lugar, uma herança**, tese de doutorado que proporcionou uma análise aprofundada das dinâmicas sociais e culturais em Carioba. Com base nessas fontes, o Capítulo 2 aborda de forma detalhada e contextualizada a

história e as experiências da classe trabalhadora no bairro, destacando suas lutas, conquistas e desafios enfrentados ao longo do tempo.

No Capítulo 3, **Os desafios para a preservação – o bairro Carioba**, o foco se volta para a importância da preservação do patrimônio arquitetônico e urbano. Explora-se a relação entre memória, história e identidade, bem como as iniciativas de tombamento e preservação do patrimônio industrial de Carioba. Além disso, discute-se as premissas necessárias para uma preservação dessa área, envolvendo tanto a participação da comunidade quanto as ações dos agentes públicos. Neste capítulo, um conjunto diversificado de fontes bibliográficas foi explorado para oferecer uma análise sobre a preservação do patrimônio industrial, com ênfase no contexto específico do bairro Carioba, em Americana. Dentre as principais fontes consultadas, destaca-se o estudo de Mourão Junior (2021), que discute **A patrimonialização de remanescentes fabris urbanos no estado de São Paulo pelo Condephaat**, fornecendo reflexões valiosas sobre as políticas de preservação adotadas na região. Além disso, a leitura do trabalho de Choay (2001), **A alegoria do patrimônio**, oferece uma análise teórica essencial sobre o conceito de “patrimônio” e sua interpretação ao longo do tempo. O estudo de Cunha (2006), sobre Alois Riegl e sua obra **Culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**, oferece uma perspectiva histórica e crítica sobre as práticas de preservação cultural. A obra de Fonseca (2005), **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**, proporciona uma visão abrangente da evolução das políticas de preservação no país. Os trabalhos de Kühl (1998, 2006, 2010a, 2010b, 2010c, 2018, 2021), abordando diversas questões relacionadas ao patrimônio industrial e sua preservação, foram fundamentais para a compreensão das estratégias e dos desafios enfrentados nesse campo específico. As contribuições de Pelegrini (2004), Rufinoni (2011, 2013, 2019), Schicchi (2022) e de outros autores oportunamente citados enriqueceram a análise, oferecendo perspectivas complementares e atualizadas sobre o tema. Com base nessas fontes, o Capítulo 3 aborda de forma crítica e reflexiva os desafios e as estratégias de preservação do patrimônio industrial, fornecendo considerações relevantes para a compreensão do caso específico do bairro Carioba. Além disso, o trabalho de Araujo, M. M. et al. (2002) sobre as áreas de diretrizes especiais de caráter cultural também teve importância significativa, contribuindo para a construção de um modelo normativo para a fixação das diretrizes e parâmetros urbanísticos de proteção, conforme discutido em Fernandes e Rugani (2002).

Portanto, torna-se evidente a importância da preservação dos bairros históricos, especialmente diante dos desafios contemporâneos que ameaçam a memória local e a identidade cultural das cidades.

## CAPÍTULO 1

### Das sesmarias à promoção de “cidade” de Americana-SP

#### 1.1 Rumo às fazendas Salto Grande e Machadinho<sup>2</sup>

A região que hoje abarca a cidade de Americana teve seu início na expansão territorial da cultura canavieira na província de São Paulo, entre 1760 e 1850, incentivada pela ocupação dessas terras férteis, às margens dos rios Jaguari e Atibaia, originalmente pertencentes à Vila de Jundiá e, posteriormente, integradas à cidade de Campinas<sup>3</sup>. Segundo Petrone (1968), essa região era definida como quadrilátero paulista do açúcar<sup>4</sup>, formado pelas vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiá – perímetro no qual estava inscrito o termo da Vila de Itu – que se articulavam por meio de uma rede de caminhos secundários ligados às estradas bandeiristas<sup>5</sup>. As primeiras menções ao povoamento da região datam de 1777, com referências às pessoas ali estabelecidas com o cultivo da cana-de-açúcar e fabricação de açúcar e aguardente (Britto, 1962, p. 65, *apud* Ribeiro, 2005, p. 40).

---

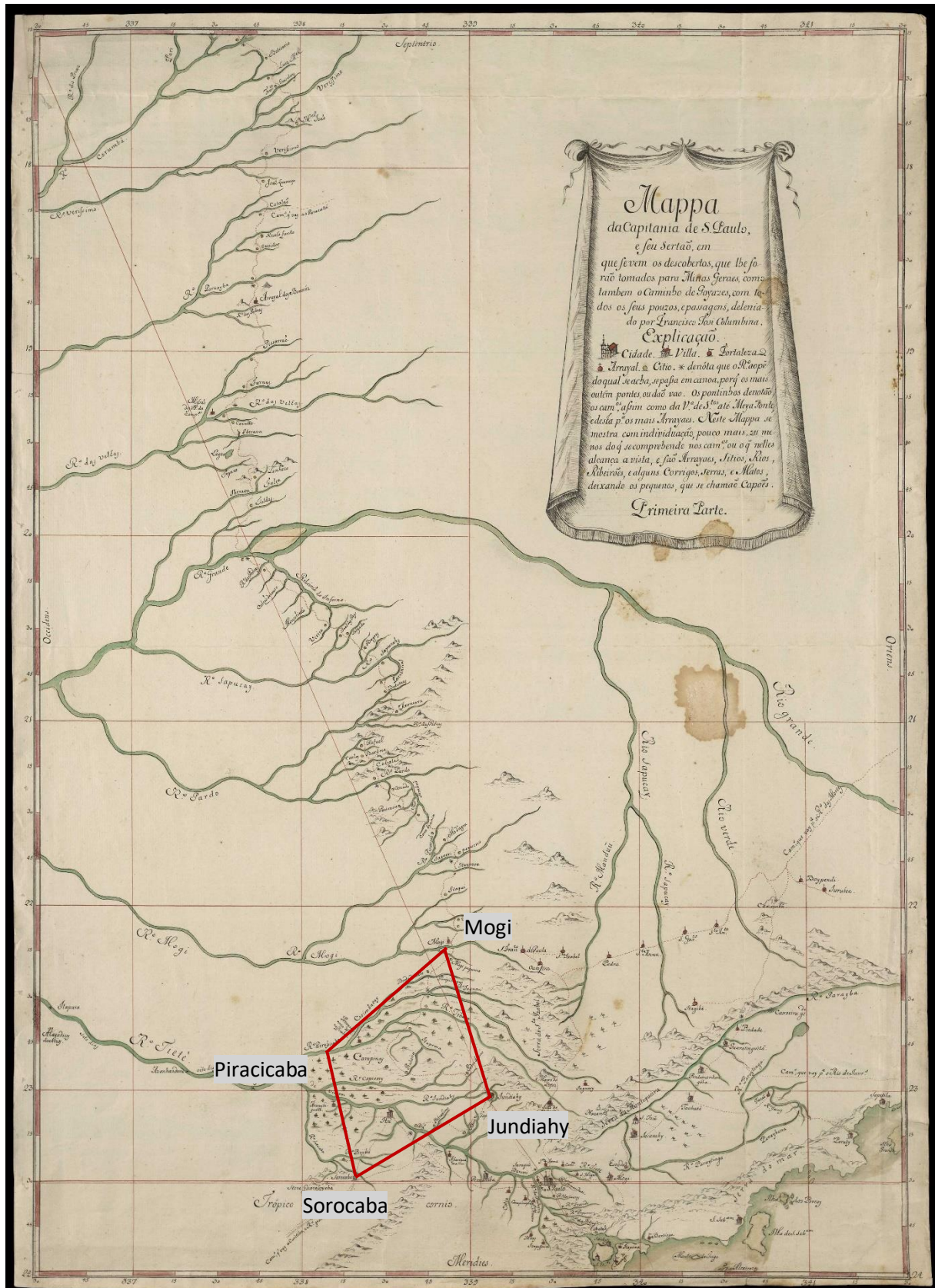
<sup>2</sup> Para um entendimento mais aprofundado, ver: Guedes, Elizabete Carla; Trevisan, Gabriela Simonetti; Bocardí, Jefferson Luis Rodrigues; Feltrin, Mariana Spaulucci *et al.* **Americana-SP, uma história entre rios: das sesmarias a Salto Grande**. Rio de Janeiro: Telha, 2023. Lima, Daniela Morelli. **Americana em um século: a evolução urbana de uma cidade industrial de porte médio**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.

<sup>3</sup> A história de Americana está intimamente ligada à história da cidade de Campinas (1797: Vila de São Carlos; 1842: elevação à categoria de cidade), visto que, após o término do sistema de sesmarias e o estabelecimento das comarcas, o território da Villa Americana fazia parte do território de Campinas até o início do século XX.

<sup>4</sup> Para entender melhor a configuração geográfica, consultar a Figura 1.

<sup>5</sup> No final do século XVII, bandeirantes paulistas descobrem ouro no Rio das Mortes, impulsionando uma onda de exploração em Minas Gerais. As expedições conhecidas como “entradas” e “bandeiras” exploraram a região, utilizando o Rio Piracicaba como rota até Goiás. Surgiram engenhos de açúcar e distribuição de sesmarias – concessões de terras, em números cada vez maiores, por consequência da excelente qualidade das terras da região, atraíam os lavradores e suas famílias (Dias, 2005, p. 36) e desempenharam papéis significativos na colonização e expansão territorial do Brasil Colônia –, visando ampliar a produção para exportação (Taunay, 1921, p. 20-21). No engenho, várias construções serviam a diferentes propósitos: a casa-grande, residência do senhor e sua família; a senzala, onde os escravos viviam; a capela; e a casa do engenho, que abrigava as instalações para o preparo do açúcar. Isso incluía a moenda, onde a cana era triturada para extrair o caldo; as fornalhas, onde o caldo era fervido e purificado em tachos de cobre; e a casa de purgar, onde o açúcar era branqueado e separado conforme a qualidade antes de ser posto para secar. Após todo esse processo, o açúcar era pesado, separado e embalado em caixas para exportação para a Europa. Muitos engenhos também possuíam destilarias para produzir aguardente (cachaça), usada no escambo no tráfico de escravos africanos (Freyre, 2003, p. 12).

**Figura 1.** Quadrilátero paulista do açúcar, formado pelas vilas de Mogi (hoje Mogi-Mirim), Piracicaba, Sorocaba e Jundiahy.

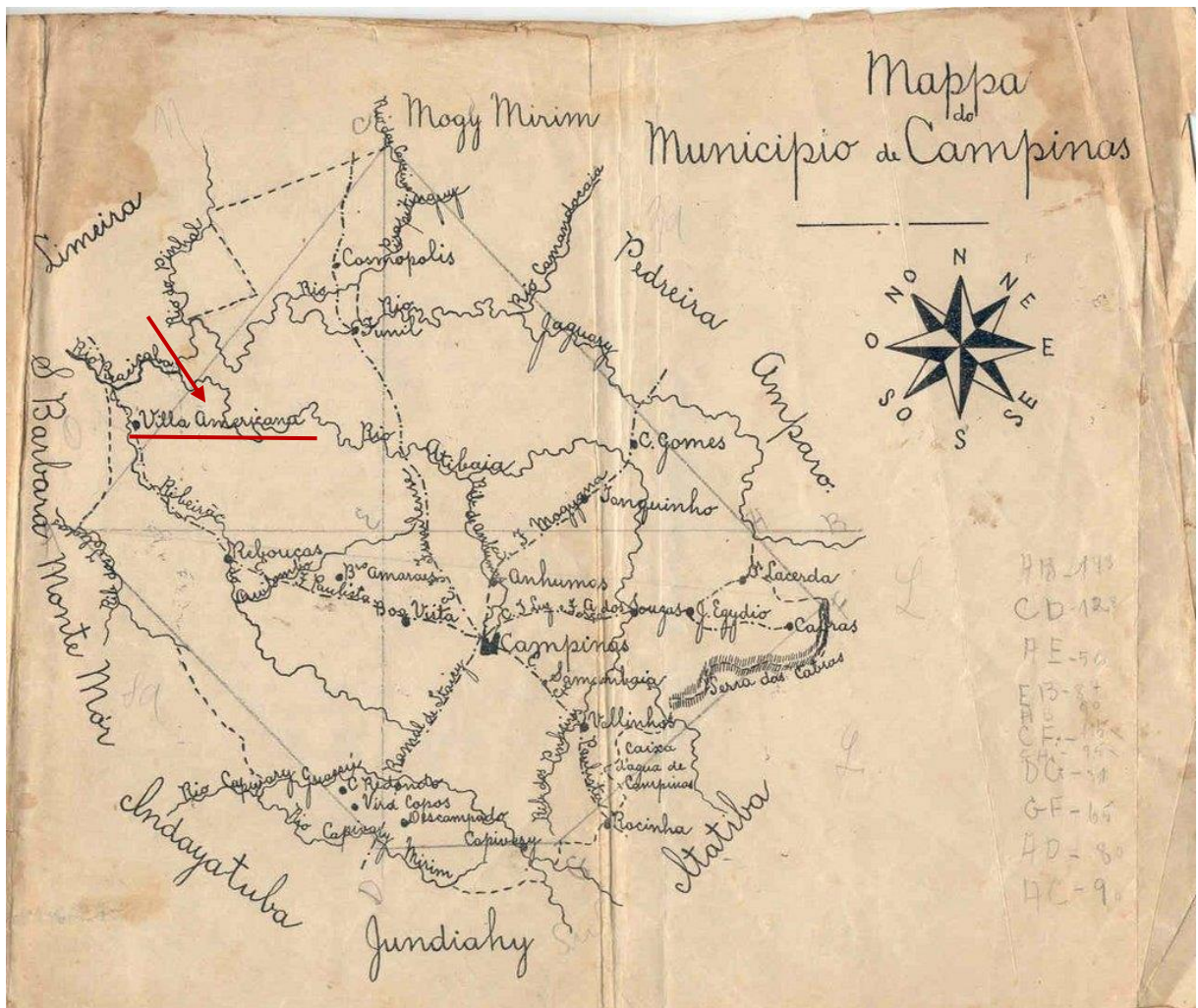


Fonte: Disponível em:

[https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1033415/cart1033415.jpg](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415/cart1033415.jpg)

Conforme destacado por Petrone (1968) e Lapa (1996, p. 304), a consolidação da região ocorreu no final do século XVIII e início do século XIX, impulsionada, inicialmente, pela produção de açúcar e, posteriormente, pelas plantações de café. Essas atividades econômicas eram sustentadas pela mão de obra escravizada, resultando no enriquecimento de grandes proprietários, na modernização e expansão urbana, na segunda metade do século XIX.

**Figura 2.** Mapa do Município de Campinas (sem escala), com destaque para Villa Americana.

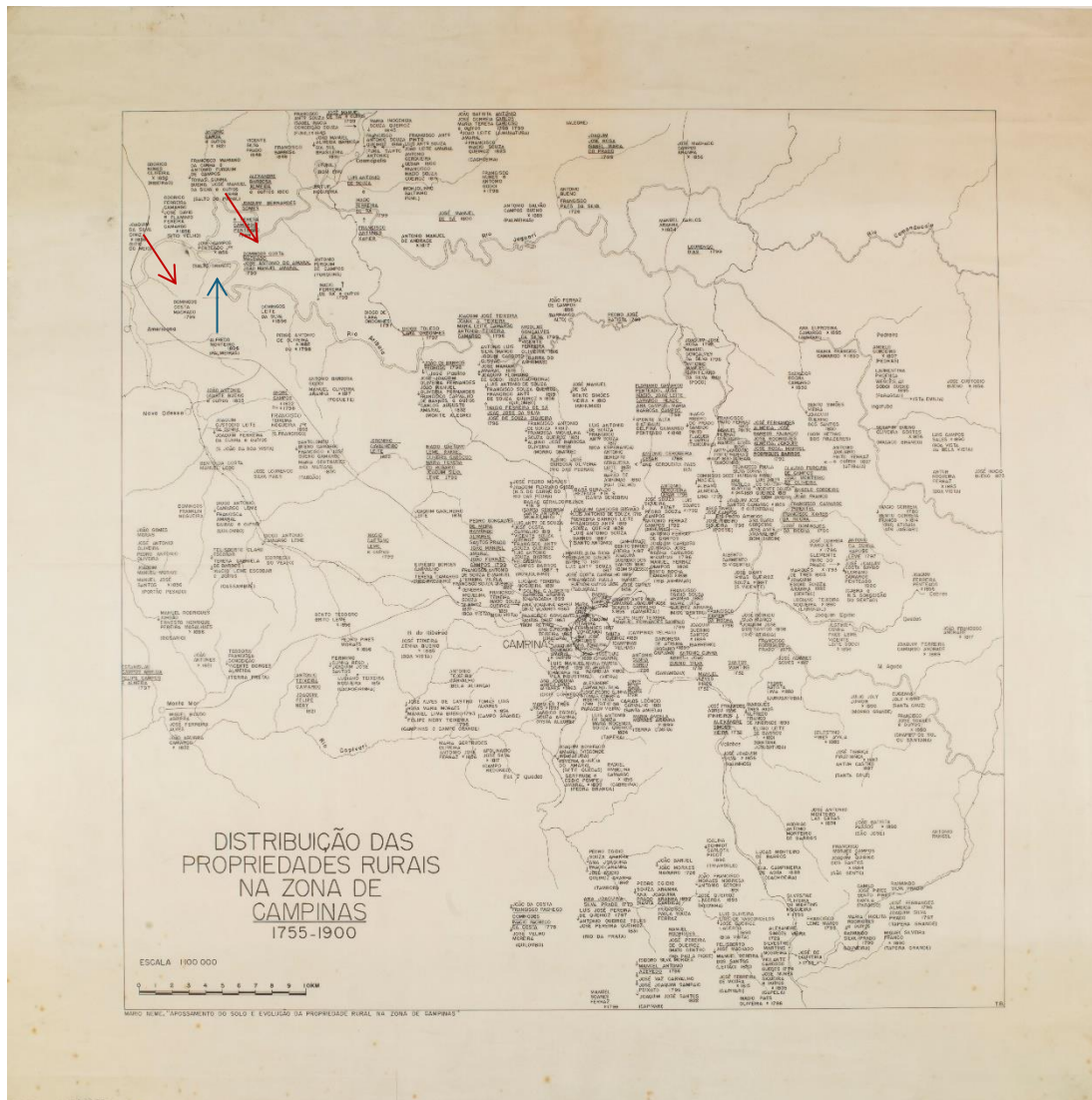


Fonte: Um professor desconhecido. Monographia de Campinas. 1. Ed. Campinas: Typographia Casa Genoud, 1916. Disponível em: <https://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2006/10/curiosidades-1916-mapa-do-municipio-de.html> acesso em:16 jul 2024.

Segundo Gobbo (GOBBO *et al.*, 1999, p. 157), as fazendas Salto Grande e Machadinho, localizadas na área entre os rios Atibaia e Jaguari, que, segundo o **Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Americana**, publicado no dia 21 de setembro de 2021, faziam parte da sesmaria

que pertencera a Domingos da Costa Machado, casado com a primogênita de Francisco Barreto Leme<sup>6</sup>, dona Maria Barbosa do Rego, e desempenharam um papel crucial na formação da cidade de Americana. Na figura 3, que ilustra a distribuição das propriedades rurais na região de Campinas (1755-1900), é possível observar, em vermelho, a localização de Americana entre os rios Atibaia e Jaguari, bem como as propriedades de Domingos da Costa Machado.

**Figura 3.** Distribuição das propriedades rurais na zona de Campinas (1755-1900), demarcando as propriedades de Domingos da Costa Machado



Fonte: Disponível em:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Distribui%C3%A7%C3%A3o\\_das\\_Propriedades\\_Rurais\\_na\\_Zona\\_de\\_Campinas\\_1755-1900,\\_Acervo\\_do\\_Museu\\_Paulista\\_da\\_USP.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Distribui%C3%A7%C3%A3o_das_Propriedades_Rurais_na_Zona_de_Campinas_1755-1900,_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg)

<sup>6</sup> Nomeado por Morgado de Mateus para fundar a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, em 1774 (Teixeira, P. E. Campinas, uma vila colonial [1774-1822]. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 567-591, set./dez. 2017, p. 570).

Jolumá Britto (1963) explica o interesse dos sesmeiros por essa região:

Pelo fato de não existirem caminhos ou picadas abertas rumo à antiga Vila da Constituição – hoje Piracicaba – foi que, talvez, nos fins do século XVIII, os antigos devastadores e bandeirantes de nossas matas e exploradores de sesmarias tivessem se interessado pela região que hoje é a cidade de Americana. Com a fundação da antiga aldeia de Santa Bárbara junto à Piracicaba, alargando-se territorialmente em direção à velha freguesia de Barreto Leme – Nossa Senhora da Conceição de Campinas, atual Campinas – é que, acreditamos, tenha-se descoberto o grande “salto”, que, pelas águas do rio Atibaia, atingiram as proximidades da futura Capela fundada por dona Margarida da Graça Martins – atual Paróquia Santa Bárbara, localizada no centro de Santa Bárbara D’Oeste (Britto, 1963, p. 97).

Portanto, as fazendas Salto Grande e Machadinho têm suas histórias que remontam ao período colonial e à expansão dessa região. É importante observar que as informações específicas sobre o início da história da Fazenda Salto Grande e Machadinho podem variar de acordo com as fontes disponíveis e a documentação histórica<sup>7</sup>.

A Fazenda Salto Grande<sup>8</sup> concentrava sua produção na cana-de-açúcar, no algodão e na criação de gado. Sua sede localizava-se no encontro dos rios Atibaia e Jaguari, onde nasce o rio Piracicaba. Um marco para o local foi o trabalho da mão de obra escrava que executou a construção da casa-sede<sup>9</sup>, do proprietário Manoel Teixeira Vilela, em 1799. A figura 4 ilustra,

---

<sup>7</sup> A explicação do início da história da Fazenda Salto Grande e da Fazenda Machadinho revela-se uma tarefa intrinsecamente desafiadora, pois está sujeita à variabilidade inerente às fontes históricas e à diversidade da documentação disponível. Em virtude da natureza do processo de pesquisa histórica, a confiabilidade e a abrangência das informações podem ser influenciadas pela disponibilidade e acessibilidade de registros arquivados, bem como pela integridade e precisão desses documentos. A complexidade do tema em questão ressalta a necessidade de considerar as nuances e possíveis disparidades entre diferentes fontes históricas. O caráter frequentemente fragmentado, contraditório e interpretativo dos registros históricos demanda uma abordagem crítica na análise das origens e da evolução das propriedades em pauta. Em virtude dessas considerações, é terminante reconhecer que as informações específicas sobre o surgimento da Fazenda Salto Grande e da Fazenda Machadinho podem variar significativamente, dependendo da disponibilidade e interpretação das fontes históricas acessíveis. Cumpre destacar que a interpretação fornecida nesta análise resulta de uma avaliação cuidadosa dos dados históricos disponíveis, reconhecendo as limitações intrínsecas à documentação existente. Nesse sentido, a análise busca proporcionar uma visão coerente sobre a origem e a evolução das fazendas Salto Grande e Machadinho, incorporando as investigações em documentos primários e secundários, respeitando a complexidade inerente à “reconstrução” do passado.

<sup>8</sup> Bem tombado: Livro do Tombo Histórico: Inscr. n. 169, p. 39, 07/05/1982; Processo n. 00486/74. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/americana-antiga-sede-da-fazenda-salto-grande/#!/map=38329&loc=-22.694991509442612-47.28688359260559.16>.

<sup>9</sup> Atualmente conhecida como “Casarão”, a casa da sede foi edificada em estilo colonial mineiro em taipa de mão, taipa de pilão e estruturas de madeira. O piso térreo era a senzala, que abrigava entre 200 e 300 escravos, e o

em uma pintura, a vista do sítio de Antônio Manoel Teixeira e destaca todas as principais características relatadas sobre a vasta propriedade que era a Fazenda Salto Grande.

Segundo Ramos (2007), sabe-se que, após a abolição, os ex-escravizados, abandonados à própria sorte, dividiram-se. Muitos conseguiram ficar ligados à terra, seja trabalhando como assalariados nas fazendas, seja ocupando terras devolutas e praticando lavouras de subsistência. Portanto, a história da comunidade negra permeia todos os momentos de transformação econômica e social de Americana e região, porém não faz parte das referências culturais locais. Essa invisibilidade se explica, além do preconceito ainda presente, pela vulnerabilidade das marcas conservadas no território. A Fazenda Salto Grande chegou a abrigar 223 negros escravizados. Porém os negros não moraram nas senzalas adjacentes à casa-sede, que foram destinadas aos imigrantes, pois havia choças de pau a pique que lhes serviam de moradia e ficavam um pouco mais distante da senzala (Ribeiro, 2005, *apud* Schicchi, 2022, p. 160).

**Figura 4.** Vista do sítio de Antônio Manoel Teixeira (s/d).

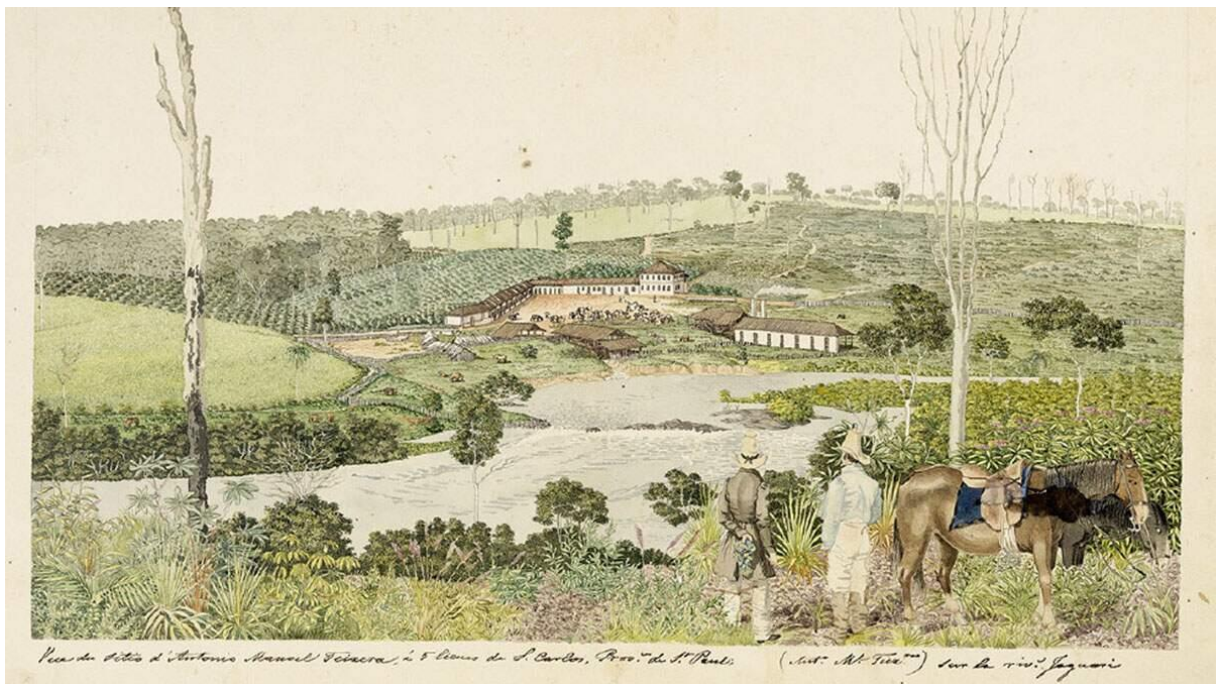


Foto: Hércules Florence.

Disponível em: <https://liberal.com.br/cidades/americana/novas-versoes-para-fatos-que-fazem-parte-da-historia-1595557/>

---

piso superior era a residência do proprietário. As paredes medem cerca de um metro, tem quinze metros de altura e possui 36 salas. Mais informações disponíveis em: <https://fazendasantigas.com/fazenda/detalhes/562>.

**Figura 5.** Antiga sede da Fazenda Salto Grande, em Americana (SP).



Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-20RJ/sp46305.jpg>

**Figura 6.** Antiga sede da Fazenda Salto Grande, em Americana (SP).



Disponível em: <http://estacaoculturaamericana.blogspot.com/p/nossa-historia.html>

Segundo Mattos (2014, p. 69-70), no final do século XIX, durante o período pós-abolição da escravidão no Brasil, o país passou por profundas transformações sociais, econômicas e políticas, buscando atrair imigrantes europeus e norte-americanos para ocupar postos de trabalho, principalmente nas regiões do interior do estado de São Paulo. Essa mudança representou um esforço significativo em reconfigurar a estrutura produtiva e social do Brasil.

A abolição da escravidão, ocorrida em 1888, desencadeou a necessidade de uma nova mão de obra para substituir o sistema escravista que havia sido fundamental para a economia brasileira por séculos. Nesse contexto, o governo brasileiro implementou políticas voltadas para a atração de imigrantes como uma solução para a demanda por trabalho nas fazendas, plantações e setores industriais emergentes (Dorigny, 2019, p. 119).

Desse modo, esse período foi marcado por uma reconfiguração do panorama social e econômico, com a chegada de imigrantes contribuindo para a construção de novos cenários e dinâmicas regionais. Essa dinâmica de atração de imigrantes representa um capítulo fundamental na história do Brasil pós-abolição, moldando significativamente as bases demográficas, econômicas e culturais do país (Souza, 2008, p. 34).

Como supracitado, o desenvolvimento do território está ligado à vinda dos imigrantes, dos quais os primeiros a chegarem à região foram os norte-americanos que faziam parte do grupo conhecido como “norte-americanos do Texas”, fugitivos da Guerra de Secessão<sup>10</sup>, em busca do mesmo processo de *plantation* baseado no trabalho escravo (Silva, 2016, p. 46).

Nesse período, a Fazenda Salto Grande foi adquirida por Francisco de Campos Andrade e, depois, pelo imigrante americano Clement Willmot. Já em 1901, foi adquirida pela família Müller como parte do projeto administrativo e financeiro de sua tecelagem.

Para contextualizar a origem da fazenda Machadinho, é necessário retroceder alguns anos. De acordo com Jones (1967, p. 281), em 1866, o coronel norte-americano William

---

<sup>10</sup> “O conflito entre os estados do Norte e do Sul dos Estados Unidos – Guerra da Secessão (1861-1865) – provocou a interrupção do fornecimento de algodão para as fábricas têxteis na Inglaterra. O governo imperial do Brasil e o impulso do capital inglês promoveram o cultivo do algodão no Brasil. A Railway J. Aubertin foi responsável por difundir o cultivo do algodão no estado de São Paulo. Após o fim da guerra, muitos americanos resolveram deixar o seu país com destino ao Brasil” (Canabrava, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875)**. São Paulo: T. B. Queiroz, 1984, p. 64, *apud* Processo de Tombamento, n. 23112/1984, p. 31).

Hutchinson Norris e Robert C. Norris estabeleceram-se na fazenda Machadinho, onde atualmente está o centro de Americana.

Segundo Jones (1967) revela, a influência de William Hutchinson Norris na região foi muito significativa, pois não se limitou apenas à introdução de práticas agrícolas avançadas, impulsionadas pelo Governo Imperial. Com uma atitude que ilustra a sua visão empreendedora, Norris adquiriu suas terras pagando em dólares de ouro, uma prática que ressaltava não apenas o seu compromisso com a região, mas também a sua capacidade financeira substancial. Além disso, Jones (1967) nos aponta um aspecto importante: a aquisição de escravos por parte de William Hutchinson Norris. Embora historicamente controversa, foi uma prática comum em diversas regiões agrícolas do país, e a contribuição de Norris para esse sistema impactou significativamente o desenvolvimento econômico local.

A presença dos Norris no território e dos demais norte-americanos que o seguiram tornou-se uma força motriz não apenas na agricultura, mas em diversos setores. A sua contribuição para o campo da educação e das atividades médicas e odontológicas demonstra um compromisso abrangente com o avanço e a prosperidade da região (Jones; Bryan, 1967, p. 8-9). Contudo, a chegada da família Norris não apenas marca um período de desenvolvimento, mas também representa um capítulo multifacetado na história, em que a herança norte-americana se entrelaça de maneira intrínseca com o tecido social, econômico e cultural, moldando de forma resistente a identidade do povoado e seus arredores.

Torna-se difícil, pela inexistência de um esforço prático, atribuir aos norte-americanos a fundação da cidade, conforme durante muito tempo se considerou, no entanto, não há como negar o seu mérito no progresso que o pequeno povoado passou a sentir até as primeiras décadas do século XX. A participação e a responsabilidade dos imigrantes norte-americanos na vida da vila nos seus primeiros tempos prendem-se acima de tudo ao aspecto econômico, primordial para a manutenção e o crescimento de qualquer povoado (Jones; Bryan, 1967, p. 9).

Portanto, a Fazenda Salto Grande e a Fazenda Machadinho foram os dois estabelecimentos agrícolas que deram início e impulso para o crescimento do povoado.

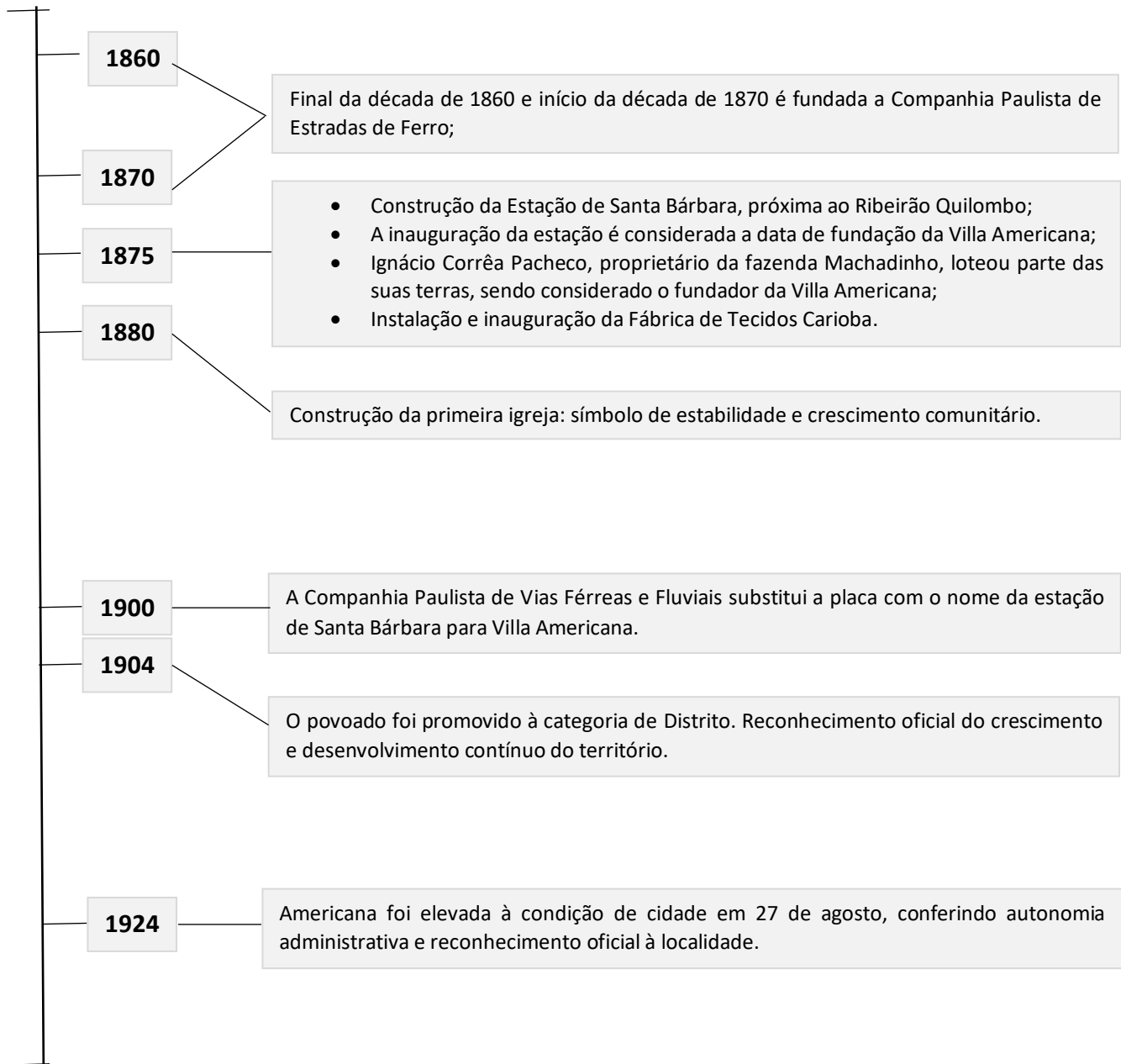
A Figura 7 mostra a sede da fazenda Machadinho, onde Norris aplicou o modelo americano de loteamento de terras, facilitando a colonização e diversificação econômica. Atualmente, essa área corresponde ao centro da cidade, refletindo a influência de Norris e dos imigrantes norte-americanos.

**Figura 7.** Antiga sede da Fazenda Machadinho, que pertencera a Antônio Bueno Rangel e Coronel William Hutchinson Norris.



Fonte: Disponível em: <http://estacaoculturaamericana.blogspot.com/p/nossa-historia.html>

## 1.2 A expansão urbana: da Villa Americana à cidade de Americana



Fonte: elaborada pela autora, 2024.

**Figura 8.** Vista panorâmica da Villa Americana, c. 1917



Fonte: São Paulo, Alesp, 2015, p.12-13.

Com o rápido crescimento da indústria cafeeira, no final da década de 1860 e início da década de 1870, houve uma demanda crescente para escoar a produção. Com o intuito de “levar os trilhos para as áreas que, na época, já vinham sendo dominadas pela ‘onda verde’ dos cafezais” (Matos, 1990, p. 78), é fundada a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Os proprietários rurais também deixaram sua marca nos empreendimentos para a construção das estradas de ferro, pois visavam aprimorar o transporte de seus produtos destinados à exportação. Quando a companhia inglesa São Paulo Railway não demonstrou interesse em estender os trilhos até Campinas, os fazendeiros decidiram assumir essa empreitada, constituindo a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais. Em 1872, os trilhos da ferrovia alcançaram Campinas, renomada região produtora de café, e, em 1875, atingiram Santa Bárbara, situada a 38 quilômetros de distância de Campinas. Posteriormente, os proprietários rurais de Limeira e Rio Claro uniram esforços para viabilizar a expansão da ferrovia até Rio Claro (Mattos, 1981, p. 81).

A pedido da Câmara Municipal de Santa Bárbara<sup>11</sup>, foram realizadas obras de expansão na linha férrea da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, com a construção da Estação de Santa Bárbara. O aumento do fluxo de pessoas e mercadorias, decorrente da construção da estação ferroviária, fez com que Ignácio Corrêa Pacheco, que exercia a função de

---

<sup>11</sup> Lei Provincial de n. 44-, de 12 de julho de 1869. Fonte: Prefeitura Municipal de Americana. Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php>

subdelegado e era proprietário da fazenda Machadinho, fosse levado a lotear parte das suas terras, sendo considerado o fundador da Villa Americana<sup>12</sup> (Stock, 2009, p. 152).

A implantação da estação próxima ao Ribeirão Quilombo emerge como um elemento de extrema importância que contribuiu, de maneira significativa, para o desenvolvimento da Villa Americana. A construção da ferrovia ao longo do curso do leito do Ribeirão<sup>13</sup> foi estratégica, e o próprio Ribeirão desempenhou um papel crucial ao fornecer recursos hídricos essenciais para as atividades agrícolas e industriais que começaram a se desenvolver. Além de ser uma fonte essencial para as indústrias, o Ribeirão também influenciou o desenvolvimento urbano e econômico da região, contribuindo para a criação de uma base sólida para a prosperidade do território. Essa interconexão entre o desenvolvimento industrial e os recursos naturais locais ilustra a complexidade e a sustentabilidade do crescimento da Villa Americana ao longo do tempo.

A ferrovia foi o elemento transformador do território, desencadeando o desenvolvimento industrial, introduzindo uma série de transformações que reconfiguraram a paisagem urbana. Esse fenômeno, por sua vez, contribuiu para a transição da região para o *status* de “vila” (Coelho, 2014, p. 64). O termo “vila” passou a refletir não apenas a dimensão física e geográfica, mas também uma nova dinâmica social e econômica.

A inauguração da estação é considerada a data de fundação da Villa Americana, já que é em seu entorno que iniciará o desenvolvimento urbano (Bryan, 1967, p. 27).

Consta que a vila teve seu desenvolvimento efetuado de maneira muito mais rápida que outras contemporâneas do interior de São Paulo, graças à sua situação como ponto de passagem da produção agrícola de Piracicaba e Santa Bárbara d’Oeste, além daquela de sua própria lavoura. Havia trens diários para Campinas e para a própria capital do estado, garantindo o crescimento do pequeno núcleo pelo contato cultural e comercial com essas cidades maiores (Lima, 2002, p. 44).

---

<sup>12</sup>No Projeto n. 45, de 1902, Prudente de Moraes afirma que o fundador de Villa Americana foi Ignácio Corrêa Pacheco, por ter loteado parte da Fazenda Machadinho. Fonte: Arquivo Histórico da Alesp (Stock, 2009, p. 152).

<sup>13</sup>O Ribeirão Quilombo, ao oferecer uma fonte constante de água, tornou-se um recurso vital para diversas empreitadas locais, como a Fábrica de Tecidos Carioba (que será abordada no próximo capítulo), entre outras. A importância dessa fonte hídrica é evidente na maneira como as tecelagens aproveitavam as águas do Ribeirão em seus processos de produção, atestando não apenas a eficiência logística, mas também a dependência crítica desse recurso natural para o funcionamento das indústrias (Stock, 2009, p. 152).

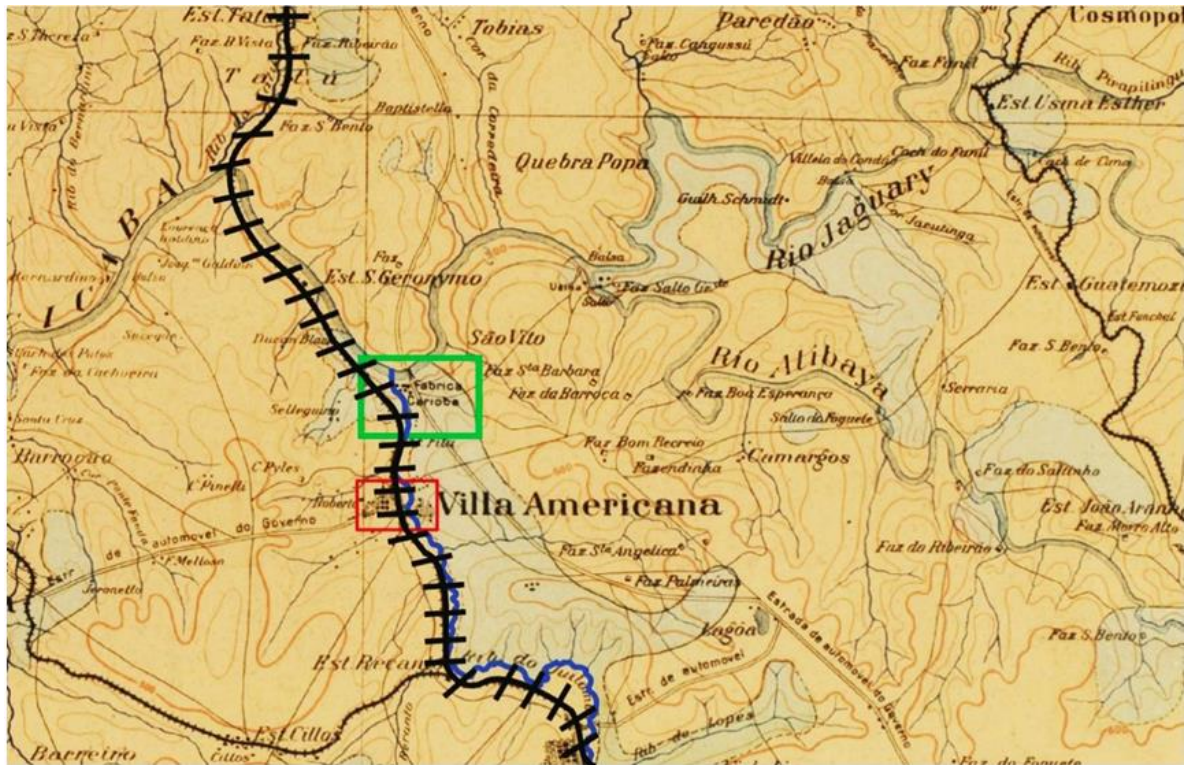
Bryan (1967, p. 28) segue explicando que a presença da Estação Ferroviária foi crucial para consolidar a Villa Americana como um importante centro logístico e comercial. A convergência de linhas ferroviárias estimulou o florescimento de empreendimentos comerciais e industriais, transformando a área em um polo dinâmico. A chegada de novos habitantes pela ferrovia também contribuiu para a diversificação da população e enriquecimento das tradições culturais locais.

O núcleo principal desenvolveu-se em torno do conjunto de ruas que rodeavam a estação ferroviária e a praça da Igreja Matriz de Santo Antônio, formadas pelas atuais ruas Dr. Antônio Lobo, Trinta de Julho, Doze de Novembro, Capitão Correia Pacheco e Sete de Setembro. Paralela à via férrea e ao Ribeirão Quilombo, a Av. Dr. Antônio Lobo torna-se a principal da vila, recebendo o fluxo de negociantes e visitantes vindos de outras localidades, além de ser a sede das principais instituições municipais nesse início do povoado (Lima, 2002, p. 46).

Desse modo, a partir de 1875, a história não se limita apenas pela inauguração da Estação Ferroviária de Santa Bárbara, como também abrange o ano da instalação e inauguração da Fábrica de Tecidos Carioba. Esses dois eventos revelaram-se fundamentais na consolidação da região como um ponto central na rede de expansão econômica, social e cultural.

A Figura 9, conforme mapeada pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, representa a linha férrea atravessando Villa Americana. O mapa destaca em vermelho o núcleo urbano inicial durante sua expansão em 1875, coincidindo com o início das operações da Fábrica de Tecidos Carioba.

**Figura 9.** Mapa da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, **Folha de Rio Claro**, Acervo do Museu Paulista da USP.



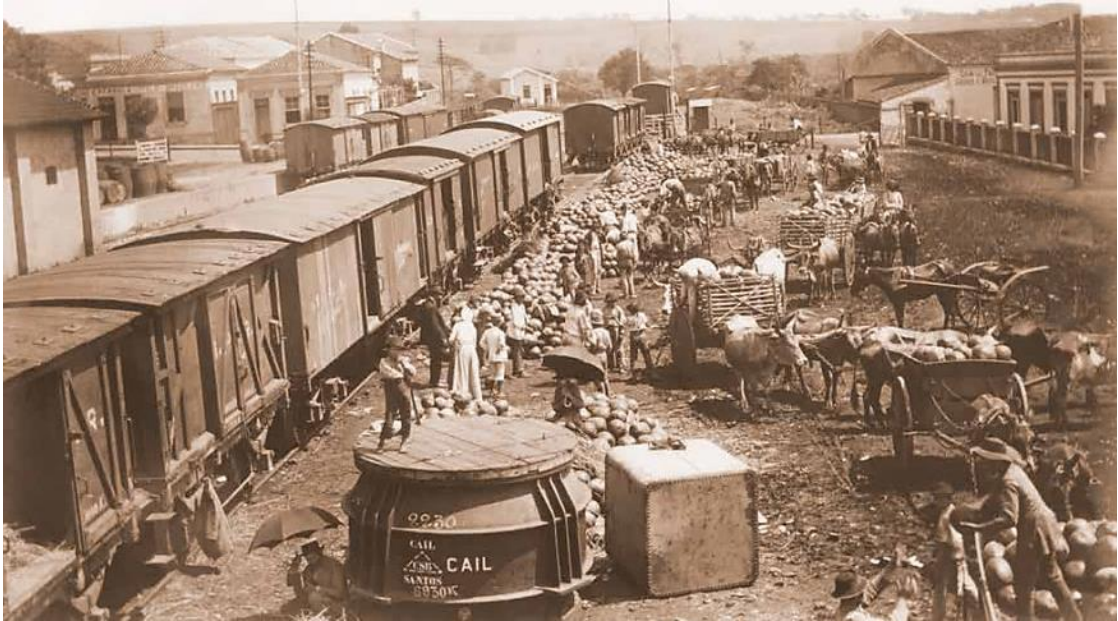
**LEGENDA:**

- Fábrica de Tecidos Carioba
- Villa Americana
- Linha férrea

Fonte: Disponível em:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/79/Mapa\\_da\\_Comiss%C3%A3o\\_Geogr%C3%A1fica\\_e\\_Geol%C3%B3gica\\_do\\_Estado\\_de\\_S%C3%A3o\\_Paulo\\_Folha\\_de\\_Rio\\_Claro%2C\\_Acervo\\_do\\_Museu\\_Paulista\\_da\\_USP.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/79/Mapa_da_Comiss%C3%A3o_Geogr%C3%A1fica_e_Geol%C3%B3gica_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo_Folha_de_Rio_Claro%2C_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg)

**Figura 10.** Embarque de melancias em Villa Americana, c. 1917



Fonte: São Paulo, Alesp, 2015, p.18.

A Figura 10<sup>14</sup> oferece uma visão do “primitivo” terminal ferroviário de carga na Villa Americana. Percebe-se, de maneira notável, a ausência de uma clara demarcação entre a estação e o espaço urbano circundante. A cena revela uma interação direta entre a atividade ferroviária e o tecido urbano, evidenciada pela presença de barris e grandes embalagens dispostos nas imediações dos trilhos. Os postes de luz próximos a muros e residências evidenciam um estágio inicial de eletrificação na vila, indicando avanços na infraestrutura urbana. Ao mesmo tempo, ao fundo da imagem, percebe-se uma área rural quase totalmente desmatada, sinalizando as transformações significativas no ambiente natural resultantes da atividade humana (São Paulo, Alesp, 2015, p. 18).

Conforme registrado por Rodrigues (1978, p. 3), a estação ferroviária, originalmente projetada para facilitar o escoamento da produção agrícola, experimentou uma transformação notável ao se tornar um ponto de encontro essencial para os lavradores da região. Esse fenômeno, segundo Rodrigues, foi particularmente proeminente entre os norte-

<sup>14</sup>Particularmente notáveis são as melancias, conhecidas como as “cascavéis da Geórgia”, introduzidas pelos norte-americanos (São Paulo, Alesp, 2015, p. 18). Esses frutos, símbolos da influência cultural e agrícola trazida pelos colonos dos Estados Unidos, tornaram-se parte integrante da paisagem ferroviária, testemunhando a convergência de diferentes tradições alimentares (Rodrigues, 1978, p. 3).

americanos, que passaram a enxergar a estação como um local propício para a troca de ideias, já que as fazendas ficavam isoladas e distantes.

A frequência desses imigrantes à estação não apenas se destacava pela sua natureza socializadora, mas também pela linguagem peculiar que utilizavam. Essa interação constante entre os norte-americanos, muitas vezes compartilhando experiências e conhecimentos na estação, desencadeou um fenômeno cultural marcante. Como resultado desse convívio e da necessidade de identificação comum, a denominação “Villa dos americanos”<sup>15</sup> emergiu organicamente.

A presença da estação representou grandes alterações para aquela área rural onde viviam famílias de imigrantes em fazendas e sítios isolados. A construção da estação constituiu-se no marco fundamental para o aparecimento e desenvolvimento da cidade, muito mais que a própria indústria de algodão instalada nas proximidades, uma vez que esta última sempre funcionou como uma propriedade fechada a ponto de criar um núcleo isolado, posteriormente denominado Carioba, outrora integrado à cidade como um dos seus bairros urbanos (Rodrigues, 1978, p. 3).

Em 1880, apenas cinco anos após a construção e chegada da ferrovia, tem-se um marco importante nas proximidades da estação: a construção da primeira igreja. Historicamente, a construção de uma igreja tem sido um símbolo de estabilidade e crescimento comunitário, representando a consolidação de uma comunidade em desenvolvimento.

Ao implantar a primeira igreja nas proximidades da estação, a comunidade da Villa Americana testemunhou o florescimento e a estabilidade que surgiam em decorrência do desenvolvimento trazido pela ferrovia.

---

<sup>15</sup>Essa designação não apenas refletia a presença notável dos imigrantes americanos na região, mas também simbolizava o caráter acolhedor e inclusivo da comunidade local. A força dessa identidade cultural levou à oficialização do nome “Villa Americana”, em 1900, solidificando o reconhecimento da influência e contribuição significativas dos norte-americanos para a história e a cultura da região (Rodrigues, 1978, p. 3).

**Figura 11.** Igreja matriz da Villa Americana (s/d)



Fonte: São Paulo, Alesp, 2015, p. 16.

A Figura 11 apresenta a matriz de Villa Americana, conforme descrito pelo CONDEPHAM (Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Americana-SP). A igreja, construída inicialmente como a segunda capela dedicada a Santo Antônio, localizava-se a 300 metros da linha férrea, no centro de Villa Americana. Este pequeno templo foi erguido com base em doações e no trabalho dos próprios imigrantes que se estabeleceram na região.

Em 1896, a cidade de Campinas solicitou a posse da Villa Americana, que pertencera a Santa Bárbara. Na virada para o século XX, em 1900, devido à considerável concentração e movimentação de imigrantes americanos na estação, a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais substituiu a placa com o nome da estação de Santa Bárbara para Villa Americana

(**Revista Nures**, ano XI, número 31, setembro-dezembro de 2015). Essa mudança refletiu não apenas a presença expressiva da comunidade americana na região, mas também a afirmação da identidade da Villa Americana como um centro em crescimento, marcado pela diversidade cultural e pela interconexão entre os habitantes locais e os imigrantes. O episódio contribuiu para a consolidação do nome da vila e também reiterou o papel da estação como um ponto importante de convergência e desenvolvimento ao longo da história de Americana (**Revista Nures**, ano XI, número 31, setembro-dezembro de 2015).

**Figura 12.** Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Intendente Dr. Manoel de Assis Vieira referente ao triênio de 1899-1901.

Relatório dos Prefeitos/1899-1901. Arquivo Municipal de Campinas

RUAS	GUIAS	PARALLELEPIPEDOS
2.º TRIMESTRE :		
José Paulino . . . . .	361. <sup>m</sup> 80	4.104. <sup>m</sup> 5250
Saldanha Marinho . . . . .	41. <sup>m</sup> 00	
Ferreira Penteado . . . . .	339. <sup>m</sup> 65	1.397. <sup>m</sup> 6200
Francisco Glycerio . . . . .	220. <sup>m</sup> 15	642. <sup>m</sup> 5100
	932. <sup>m</sup> 60	3.144. <sup>m</sup> 6550
3.º TRIMESTRE :		
Regente Feijó . . . . .	368. <sup>m</sup> 00	1.051. <sup>m</sup> 9530
Ferreira Penteado . . . . .	707. <sup>m</sup> 90	2.108. <sup>m</sup> 5510
José de Alencar . . . . .	356. <sup>m</sup> 20	1.055. <sup>m</sup> 1400
Alvares Machado . . . . .	136. <sup>m</sup> 30	435. <sup>m</sup> 2200
Visconde do Rio Branco . . . . .	932. <sup>m</sup> 60	341. <sup>m</sup> 4200
	1.568. <sup>m</sup> 40	4.992. <sup>m</sup> 2840
4.º TRIMESTRE :		
Senador Saraiva . . . . .	342. <sup>m</sup> 80	982. <sup>m</sup> 3900
Visconde do Rio Branco . . . . .	123. <sup>m</sup> 50	383. <sup>m</sup> 1800
Regente Feijó . . . . .	200. <sup>m</sup> 60	649. <sup>m</sup> 0900
José Paulino . . . . .	89. <sup>m</sup> 32	712. <sup>m</sup> 7800
	756. <sup>m</sup> 22	2.727. <sup>m</sup> 4400

Assentaram-se, por conseguinte, durante os meses de Janeiro a Novembro 4.015.<sup>m</sup>22 de guias e 12.099.<sup>m</sup>23590 de paralelepípedos, na importância de 140.992\$726. Nessa quantia acham-se incluídos todos os serviços necessários de aterros, escavações, preparação do leito das ruas, etc.

Além desses, foram executados calçamentos com pedras irregulares em um trecho da avenida Itapura, entre os trilhos da linha de bonds; feitas precintas nas ruas Sebastião de Souza, Culto à Ciência, José de Alencar e numa do Guanabara.

Ainda macadamizou-se a rua 14 de Dezembro, bem como parte da rua Saldanha Marinho, nas proximidades do armazem da Companhia Paulista.

Em Outubro e Novembro, com pedras irregulares, ainda fez-se também o calçamento, entre trilhos, na linha do Mata-douro, dentro do edificio e nas passagens de nível nas estradas de Itú e S. Paulo, e sargetas (rua José Paulino,) sommando estes serviços 486.<sup>m</sup>2, na importância de 1:269\$300.

Dado o impulso para este trabalho, e sendo executado com fidelidade o respectivo contracto, dentro em breve nenhum logar poderá ter vantagem sobre Campinas, no tocante ao serviço de calçamento.

Desde 1896 que a Camara Municipal de Campinas representa ao Congresso sobre a passagem da Villa Americana do municipio de Santa Barbara para este, por julgar que aquelle povoado está em territorio nosso.

Inuteis têm sido todas as representações, todas as informações prestadas aos poderes publicos. Em o anno passado decretamos o lançamento e arrecadação dos impostos municipaes na povoação da Villa Americana e si esse acto não se tornou effectivo, foi com o fim de não onerar aquelles nossos municipes com o pagamento duplo de impostos, em Santa Barbara e Campinas.

Mas a nossa resolução é lei que pode, em qualquer tempo, ser posta em execução. Da defeza dos habitantes de Villa Americana, vexados por arbitrariedades fiscaes da Camara de Santa Barbara, foi encarregado o Snr. Dr. Antonio Lobo, bem como para redigir um memorial juridico e historico relativo á questão de limites entre os litigantes, que foi apresentado ao Congresso. Tendo sido achados no Archivo Publico novos documentos de muito valor para nossa causa, pelo Snr. Dr. José Lobo foi redigido novo memorial em complemento do primeiro, e também enviado ao Congresso. Esperamos que afinal o Congresso faça justiça a Campinas restituindo-lhe o territorio de Villa Americana que é o seu, como já foi resolvido desde Dezembro de 1829, pelo poder competente.

Os serviços attinentes á hygiene publica, ramo importante da administração, acham-se a cargo da Commissão Sanitaria

Fonte: Disponível em: <https://arq-camp.campinas.sp.gov.br/uploads/r/arquivo-municipal-de-campinas/7/4/f/74f99763846403970a127728820eaaa94ffbd33f70034b861f736be0b561beb2/1899-1901.pdf>

O ano de 1904, segundo o jornal **O Liberal**, foi significativo na história da Villa Americana, pois o povoado foi promovido à categoria de Distrito. Essa promoção representou o reconhecimento oficial do crescimento e desenvolvimento contínuo do território.

A decisão de conceder o *status* de Distrito foi, sem dúvida, um reflexo das transformações socioeconômicas e culturais que a Villa Americana experimentou ao longo dos

anos. A evolução da Villa, desde sua fundação até a obtenção do *status* de Distrito, testemunhou os avanços na infraestrutura e na economia local e também a consolidação de sua identidade.

Vila Americana até as primeiras décadas deste século era constituída basicamente por dois aglomerados que se uniam por uma estrada, configurando uma terceira paralela ao lado do rio Quilombo e da ferrovia da Paulista, os gestores do nascimento da cidade. Seu entorno era repleto de fazendas e sítios produtores de hortaliças, frutas e algodão, mas eram as duas centralidades urbanas que definiam com diferentes ênfases a vida das pessoas e a paisagem do lugar (Lima, 2002, p. 25).

De acordo com Gobbo (1999, p. 16), a Villa Americana, ainda em fase de crescimento, deparou-se com seus primeiros desafios de mobilidade. A peculiaridade residia no fato de que seus dois principais núcleos populacionais (a região central e o bairro Carioba) estavam localizados em margens opostas do Ribeirão Quilombo e, conseqüentemente, da ferrovia. Essa divisão geográfica apresentou um obstáculo significativo para a livre circulação entre as áreas urbanas.

[...] se um curso d'água, por um lado, favorece o desenvolvimento do núcleo urbano, por outro, pode se tornar um obstáculo, como é o caso da urbanização de Americana na margem direita do Ribeirão Quilombo, a leste da cidade. Esta foi menos intensa na primeira metade do século XX devido às dificuldades em transpor não só o ribeirão como a ferrovia (Gobbo, 1999, p. 16).

A solução improvisada para transpor essa barreira natural era a utilização da “porteira”<sup>16</sup> da Rua Carioba. Essa rua desempenhava um papel crucial ao conectar o centro da vila à área operária e à Fábrica Carioba. No entanto, a dinâmica de funcionamento dessa “porteira” era afetada pela passagem frequente dos trens, resultando em sua interdição várias vezes ao dia.

---

<sup>16</sup>Era o modo que os “cariobenses” e os cidadãos da Villa se referiam à divisa. Para mais informações pesquisar em Gobbo, Célia (Org.). **Preservando nossa história**: Americana. Americana: Pallas Athena, 1999.

**Figura 13.** Antiga “porteira” que dividia o centro da cidade com o bairro Carioba. s/d.

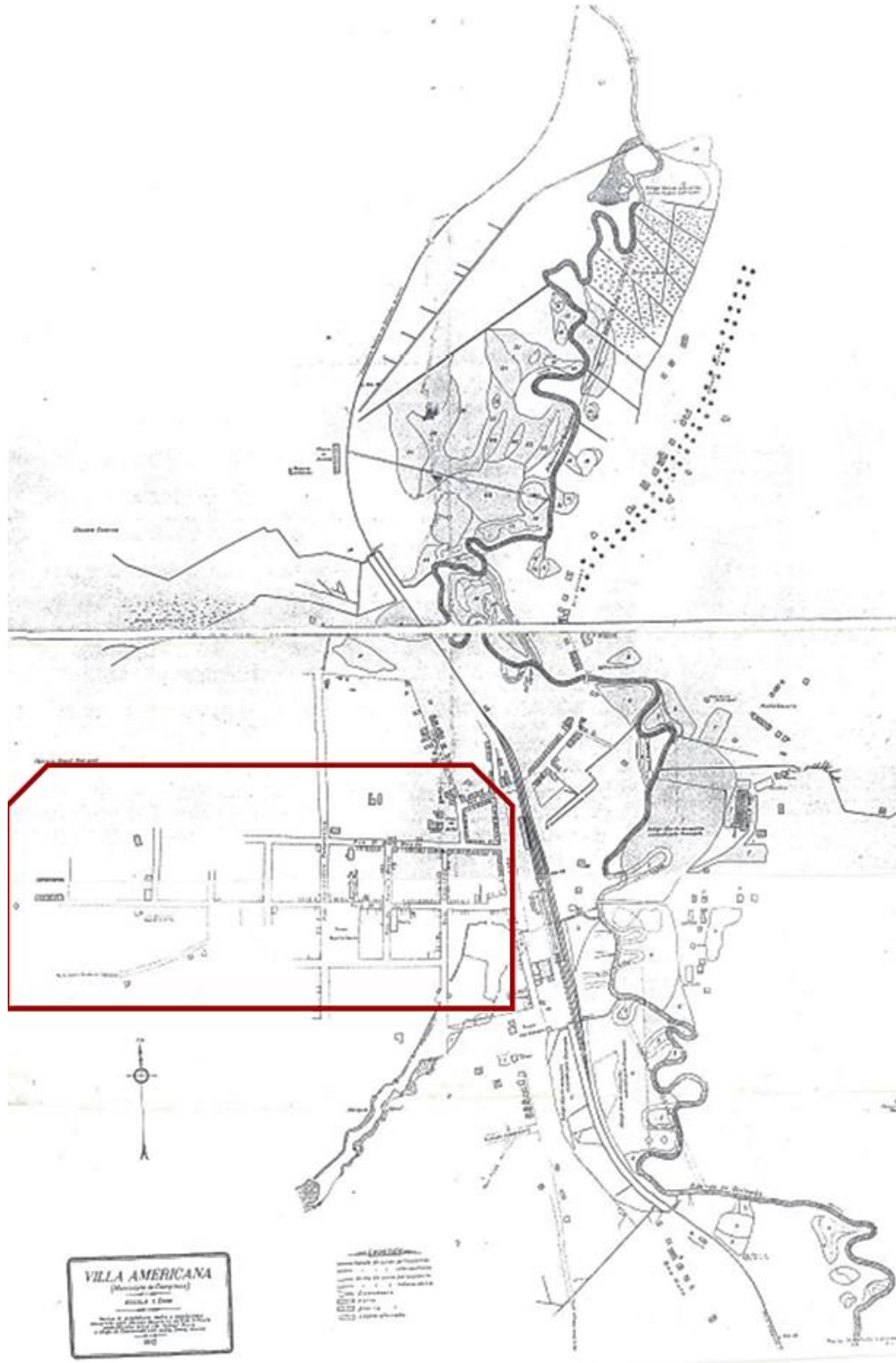


Disponível em: <https://liberal.com.br/cidades/americana/perguntas-e-respostas-sobre-a-historia-de-americana-1065431/>

A cena capturada na Figura 13 oferece uma ideia do cotidiano da Villa Americana nesse período, destacando as interações complexas entre o desenvolvimento ferroviário, as práticas agrícolas introduzidas pelos norte-americanos e as mudanças na paisagem urbana e rural.

Ao examinar a expansão da Villa a partir de uma configuração inicial, diversos elementos foram cuidadosamente ponderados, destacando-se o relevo, a geografia do espaço, a presença do rio, o vale e a ferrovia. Esses fatores desempenham papéis da maior importância para a compreensão do território, fornecendo informações essenciais que facilitam o dimensionamento e a compreensão de sua dinâmica. Inicialmente, a disposição do território, muitas vezes moldada por características naturais, como rios e relevo, influenciou a forma como as comunidades se estabeleceram e interagiram. A presença do rio e do vale, por exemplo, pode ter desempenhado um papel central na definição de assentamentos iniciais e das rotas de transporte.

**Figura 14.** Retificação do Ribeirão Quilombo em Americana (1917), Prefeitura Municipal de Americana.



LEGENDA

— Loteamentos da Villa Americana.

Fonte: Candin, 2020, p. 93.

A observação do mapa apresentado na figura 14 destaca características marcantes da Villa Americana, revelando um pequeno núcleo urbano cercado por chácaras e sítios. A topografia irregular, evidenciada pelo vale do Ribeirão Quilombo, que atravessa o terreno de norte a sul, contribui para a delimitação da paisagem. A presença da ferrovia acompanhando o curso do Ribeirão indica a importância estratégica desse recurso natural na configuração da infraestrutura local. Além disso, a similaridade nos traçados das principais estradas que conectavam a Villa Americana às localidades vizinhas, como Limeira, Santa Bárbara e Campinas, sugere uma rede viária planejada para facilitar a interconexão entre os centros urbanos da região. Essas estradas desempenharam um papel vital<sup>17</sup> no acesso e na integração entre diferentes comunidades, favorecendo o intercâmbio comercial e cultural (Bem, 1998, p. 383).

Americana foi elevada à condição de cidade em 27 de agosto de 1924, de acordo com a Lei Estadual n. 2.090. Essa data marcou a transição do *status* de “distrito” para “cidade”, conferindo autonomia administrativa e reconhecimento oficial à localidade.<sup>18</sup>

Com o crescimento da atividade econômica e a demanda por serviços, áreas urbanas se expandiram, criando mais espaços habitáveis para a população. Percebe-se que, até a década de 1930, o tecido urbano da cidade de Americana caracterizou-se por um crescimento contínuo e concentrado nos arredores da estação ferroviária. A ferrovia foi o principal agente indutor do crescimento da mancha urbana, já que as áreas rurais eram maioria e, conseqüentemente, o trabalho no campo.

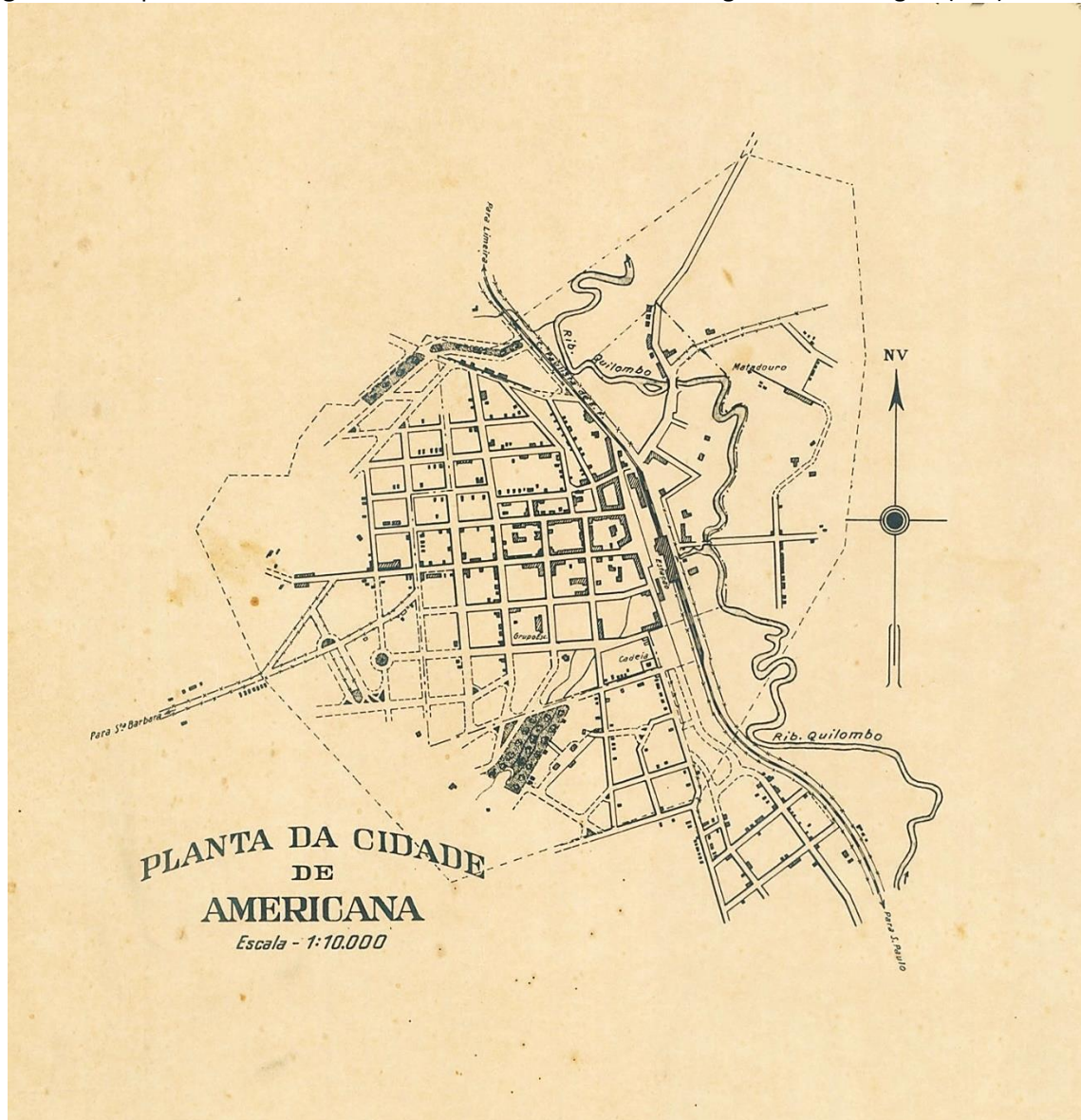
---

<sup>17</sup>Bem (1998, p. 383) destaca a influência positiva da construção da estação ferroviária no crescimento populacional da região. A chegada de uma estação ferroviária é apontada como um catalisador do desenvolvimento econômico, capaz de atrair trabalhadores, investimentos e, conseqüentemente, impulsionar o aumento da população no território. A análise de Bem (1998) ressalta que a presença da estação ferroviária não apenas atraiu indústrias, comércios e negócios para a região, mas também criou oportunidades de emprego. A geração de empregos, por sua vez, é um fator significativo na atração de mais trabalhadores para a área, contribuindo para o crescimento demográfico. Essa dinâmica ilustra de maneira clara como o transporte ferroviário desempenhou um papel crucial na expansão da cidade e no aumento de sua população. Essa relação entre a infraestrutura ferroviária, o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional destaca a importância estratégica desse meio de transporte na configuração urbana e na transformação socioeconômica das regiões atendidas.

<sup>18</sup>Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=284435#:~:text=Os%20primeiros%20registros%20de%20Americana,%C3%A9%20o%20centro%20da%20cidade.>

**Figura 15.** Mapa da cidade de Americana elaborado Instituto Geográfico e Geológico (IGG) em 1938

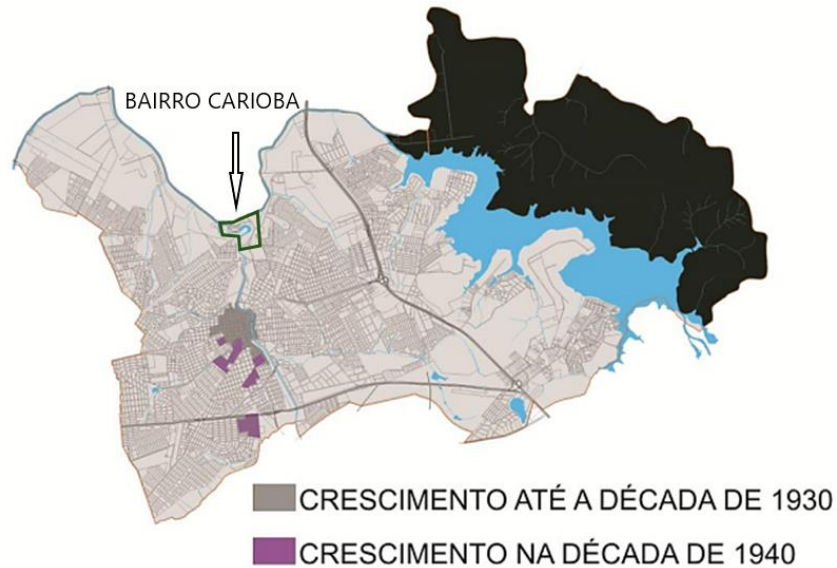


Fonte: Disponível em: <https://igchistoria.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/10/cidade-de-americana.jpg>

Outro aspecto interessante da população de Americana reside no espírito desenvolvimentista da época. Conforme destacado por Lima (2002, p. 21), esse entusiasmo pelo progresso exercia uma influência contagiante nos habitantes locais, que testemunhavam a cidade passando por significativas transformações e expansões, como evidenciado no mapa apresentado anteriormente na Figura 15. Inicialmente apenas um pequeno loteamento, a área central começou a se desenvolver rapidamente. No entanto, à medida que o ritmo dessas mudanças aumentava, surgia também uma crescente apreensão em relação à potencial perda de controle sobre o território. O acelerado processo de transformação gerava um senso de urgência e incerteza na população.

É notável o fortalecimento do sentimento cívico nesse contexto, especialmente evidenciado nas obras que retratam a história local. A preocupação com o destino da cidade e o desejo de preservar a identidade comunitária tornavam-se elementos centrais na consciência coletiva.

**Figura 16.** Evolução da mancha urbana de Americana até a década de 1940.



Fonte: Pasquotto *et al.*, 2014, p. 150. Adaptado pela autora.

Assim, enquanto o processo de urbanização se desenvolvia em paralelo à industrialização, dentro do sistema capitalista, uma nova sociedade emergia, impulsionada por um equilíbrio delicado entre a aspiração pelo progresso e a preservação das raízes culturais e territoriais. Essa dualidade reflete a complexidade do período e a interação entre os impulsos modernizadores e as preocupações locais.

### 1.2.1 O façonismo em Americana (SP)

A prática do “façonismo” teve uma expressiva utilização na França e na Itália, antes de ser disseminada para países em desenvolvimento, incluindo o Brasil.

O início do sistema façonista em Americana ocorreu quando o vendedor de fios de seda Luiz Bertoldo tomou conhecimento de 12 teares usados que estavam praticamente parados devido à falência de tecelagens anteriores. Então ele decidiu pela sua compra, transferindo-se com a família para Americana. Por meio de um acordo com a tecelagem Ítalo-Brasileira, se propôs a trabalhar a matéria-prima que a tecelagem forneceria, recebendo pelo serviço prestado, evitando o emprego de capital próprio (Trentin, 2008, p. 11).

O façonismo é uma modalidade de terceirização de serviços, caracterizada pelo fornecimento de fios por uma grande firma contratadora a outros pequenos produtores, os quais na cidade eram majoritariamente tecelões que alugavam ou compravam teares usados, em número de 1 ou 2, e trabalhavam nas horas vagas como forma de expandir os ganhos. Os façonistas complementavam assim a produção dessas grandes indústrias em momentos de maior demanda, sem que para isso houvesse a necessidade destas investirem em mão-de-obra e equipamentos (Lima, 2002, p. 35).

Observou-se um fenômeno significativo em Americana, quando trabalhadores que já estavam empregados nas indústrias existentes começaram a manifestar interesse em adotar o trabalho em casa, conhecido como “fação”, adquirindo seus próprios teares. Essa transição evidencia mudanças nas dinâmicas laborais e nas aspirações individuais dos trabalhadores, assim como na natureza da produção industrial na cidade. Esse interesse crescente pelo trabalho em casa sinaliza uma adaptação às novas formas de produção e também destaca a busca por autonomia por parte dos trabalhadores. O surgimento dessas práticas evidencia a complexidade das relações de trabalho na cidade de Americana, moldadas pelas necessidades do mercado e pelas aspirações individuais dos trabalhadores, que buscavam conciliar suas atividades laborais com uma maior flexibilidade e controle sobre seus próprios meios de produção.

A matéria-prima era fornecida pela própria indústria em que trabalhava. O material era transportado na maioria das vezes em carrocinhas, carro de mão e até mesmo na traseira de bicicletas, o que induz ao fato de essa produção ser em pequenas quantidades. O auxílio da mulher levou a instalação de teares até mesmo na

cozinha, possibilitando o trabalho no tear e nas panelas do fogão. Ainda assim, o rendimento era pequeno e o pagamento da máquina tornava-se mais demorado, o que inviabilizava a compra de outra máquina (Trentin, 2008, p. 11).

É importante ressaltar que, no contexto façonista, nem sempre os indivíduos que assumiam essa prática eram experientes mestres ou contramestres. Como destacado por Rodrigues (1978, p. 42), muitos dos façonistas eram cidadãos que, embora não possuíssem conhecimento prévio na indústria têxtil, eram impulsionados pelas oportunidades promissoras oferecidas pelo florescente setor industrial local.

Rodrigues (1978, p. 42) também enfatiza que esses empreendedores, muitas vezes provenientes da zona rural e detentores de reservas financeiras, decidiram investir na atividade façonista. Mesmo sem compreensão prévia do setor têxtil, eles adquiriram e instalaram máquinas, contrataram empregados e passaram a desempenhar o papel de industriais dentro do sistema façonista. Esse fenômeno ilustra a dinâmica peculiar do ambiente industrial em Americana, onde o sucesso da atividade têxtil atraiu não apenas especialistas do ramo, mas também empreendedores diversos, contribuindo para a diversificação e descentralização das práticas produtivas da cidade.

Assim, o sistema façonista em Americana baseava-se em conhecimentos técnicos especializados e também proporcionava oportunidades para aqueles que, motivados pelo contexto favorável, decidiam ingressar no cenário industrial, configurando uma paisagem empresarial diversificada e adaptável às diversas origens e habilidades dos empreendedores locais.

De forma paralela a esse intenso crescimento, o mercado imobiliário ganha força e conduz a implantação das áreas industriais em locais mais lucrativos para as empresas, em áreas afastadas do centro.<sup>19</sup> Segundo Lima (2002, p. 57), esse processo induziu as políticas públicas a levarem melhorias de infraestrutura a esses locais.

Esse movimento era caracterizado por greves e protestos liderados por trabalhadores da indústria têxtil, que desempenhavam um papel crucial na economia da cidade naquela época (Lima, 2002, p. 57).

---

<sup>19</sup>Existem resquícios dessas microindústrias façonistas espalhadas pela cidade até os dias atuais.

O cenário urbano de Americana funcionava com a vitalidade desses estabelecimentos (a *fação*), que, ao contrário dos grandes complexos industriais, caracterizavam-se pela descentralização e pela flexibilidade operacional. O constante movimento de materiais, com a presença diversificada de meios de transporte, conferia à cidade uma dinâmica peculiar, marcada pela intensa atividade industrial e comercial.

O que chamava atenção em Americana, que futuramente obteve o apelido de “Princesa Tecelã”, não eram os grandes estabelecimentos autônomos, mas sim os estabelecimentos à *fação* que se encontravam espalhados pela mancha urbana. A atividade desempenhada era ininterrupta, podendo-se observar a frequente entrada e saída de materiais (tecidos) sendo transportados por diferentes meios de transporte, como cita Rodrigues (1978, p. 42), caminhões, caminhonetes, furgões, carrocinhas puxadas por animais.

Essa rede de estabelecimentos à *fação*, com suas operações incessantes, solidificou a posição de Americana como um importante centro têxtil e também contribuiu para a formação de uma identidade urbana única.

A partir da década de 1950, observou-se um crescimento industrial intensificado que deixou uma marca na trajetória da cidade de Americana. Nesse período, testemunhamos a introdução nas indústrias têxteis de avançadas tecnologias para a produção de fibras e tecidos sintéticos, acompanhadas de modernas instalações e significativos investimentos de capital estrangeiro. A indústria têxtil despontou como um dos setores industriais mais proeminentes, conferindo à cidade um papel destacado como centro de produção de tecidos e roupas confeccionadas (Trentin, 2008, p. 12).

Americana ainda não apresentava um Plano Diretor definido para o município e, em 1953, convida-se o engenheiro Prestes Maia<sup>20</sup> para a elaboração de um Plano. Americana carecia de orientações que representassem um Plano futuro para a cidade, com vias de ligações entre os bairros; definição das zonas comerciais, industriais e residenciais; áreas livres

---

<sup>20</sup>Francisco Prestes Maia foi um importante urbanista e engenheiro civil brasileiro que teve um papel significativo na elaboração de planos diretores e no planejamento urbano de diversas cidades brasileiras (Silva, 2020, p. 15). Prestes Maia elaborou planos para as cidades de Campos do Jordão, em 1935, para Campinas, em 1934, e para Santos, em 1947 (Krogh, 2018, p. 194).

destinadas à educação, aos parques e jardins; regulamentação das terras, lotes e glebas, valorizando a propriedade (Lima, 2002, p. 58).

Trentin (2008, p. 40) explica que, a partir de 1955 e ao longo da década de 1960, surgiram novas relações de trabalho provindas do comércio internacional de bens agrícolas e agroindustriais e do avanço tecnológico da agricultura. Isso teve repercussão nas atividades urbanas, pois novas formas de comercialização e consumo foram introduzidas. Americana, seguindo o exemplo de outros municípios, com o forte crescimento econômico, apresentou também maior crescimento populacional e industrial.

O acelerado desenvolvimento urbano e industrial gerou problemas sociais e econômicos que repercutiram diretamente sobre a população na época, afetando principalmente a qualidade de vida urbana. Pode-se dizer, portanto, que existe um limite para o desenvolvimento saudável da cidade; no entanto, quando extrapolado, graças aos bons fluxos econômicos existentes, o desenvolvimento fica comprometido, em razão das influências negativas dos problemas gerados pelo excesso de concentração populacional decorrente da expansão urbano-industrial (Trentin, 2008, p. 52).

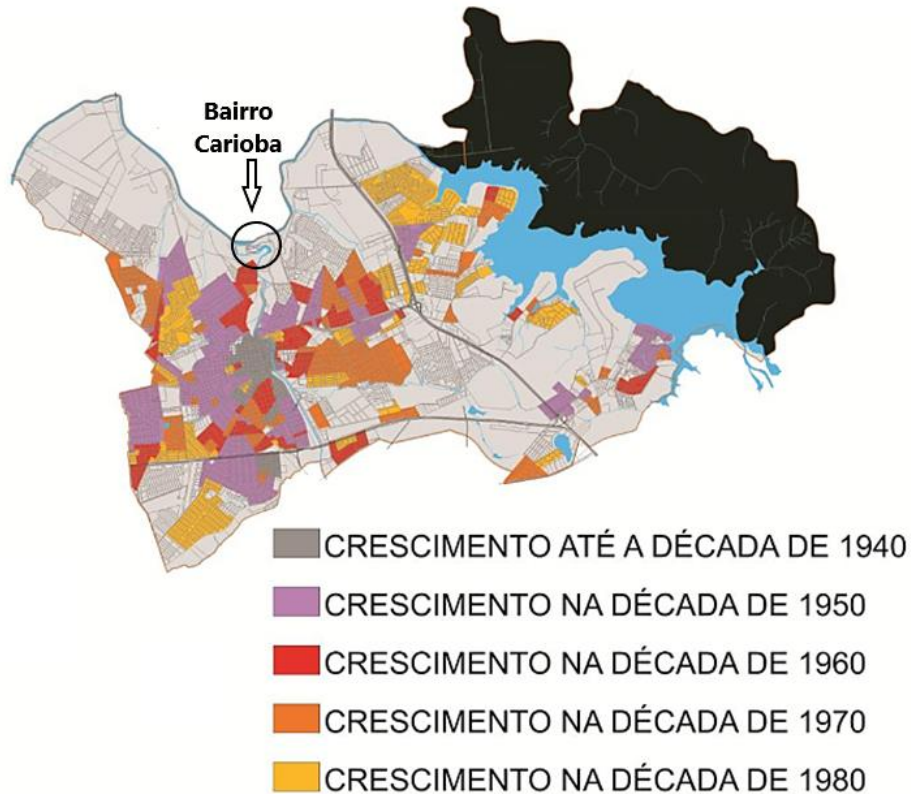
Esse período marcado pelo crescimento industrial evidencia a interconexão entre desenvolvimento econômico e as mudanças demográficas, moldando de maneira significativa a morfologia urbana de Americana. A cidade, ao se consolidar como um centro industrial de destaque, vivenciou uma mudança não apenas em seu horizonte econômico, mas também na configuração do seu espaço urbano, culminando em uma fase de intensa urbanização e crescimento populacional.

Essa é uma parte do progresso trazido pela ação do executivo municipal, a par com isso, contudo, Americana progredia em todos os setores. Aumentara de forma marcante seu parque industrial, onde uma laboriosa colmeia de trabalhadores opera com suas mais de 400 indústrias, sua população em 1963 era estimada em mais de 42.000 habitantes e aumentava dia a dia. Americana deixará de ser a cidade modesta que fora até 1940, tornando-se um grande centro industrial, criando condições de vida cada vez melhores para seus habitantes, acolhendo de braços abertos os que para ela chegavam. Por tudo isto, no ano de 1958, Americana, com muita justiça, foi qualificada entre os dez municípios de maior progresso no Brasil (Bryan, 1967, p. 72).

O período de maior crescimento econômico deu-se entre as décadas de 60 e 70, relacionado também com o incremento industrial proveniente da metrópole paulistana, ou seja, o processo de interiorização da indústria. Porém, a crise

econômica dos anos 90 trouxe um desaquecimento para a economia local, pois, com a abertura dos mercados para o capital externo, muitas empresas faliram e como a indústria têxtil era predominante no município, o impacto foi maior. Atualmente, verifica-se um desaquecimento da economia local e um grande conflito relacionado com a concorrência dos produtos importados (Trentin, 2008, p. 14).

**Figura 17.** Evolução da mancha urbana de Americana (1940-1980).



Fonte: Pasquotto *et al.*, 2014, p. 154. Adaptado pela autora.

Portanto, a expansão da Villa Americana, pertencente à cidade de Campinas, e elevada à categoria de cidade situada no interior do estado de São Paulo, emerge como uma representação única da trajetória do desenvolvimento urbano e econômico da região. Como está representado na figura 17, ao longo dos anos, Americana testemunhou um crescimento notável impulsionado por uma intrincada rede de fatores. A rica história de expansão do município está entrelaçada com fenômenos como a imigração, que trouxe diversas influências culturais e sociais, a industrialização, que moldou a paisagem econômica da cidade, e a agricultura, que desempenhou um papel fundamental na configuração inicial da região. Essa mistura de elementos, criada ao longo do tempo, contribuiu para a construção da identidade

de Americana. A cidade é um reflexo das transformações sociais, econômicas e culturais que caracterizam a história do estado de São Paulo. A expansão não é apenas um capítulo local, mas um testemunho vivo das complexidades e dinâmicas que moldaram o interior paulista.

## CAPÍTULO 2

### O bairro Carioba



Fonte: elaborada pela autora, 2024.

## 2.1 O núcleo de Carioba<sup>21</sup>

**Figura 18.** Vista aérea da Fábrica de Tecidos Carioba (191\_[sic]).



Fonte: **Coleção Carioba**. Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas, SP.

Domingos Costa Machado, proprietário da sesmaria concedida, em 1799, estabelece, em 1848, a Fazenda Machadinho. Em 1866, algumas partes da fazenda foram vendidas para Antônio Bueno Rangel e para o Coronel William Hutchinson Norris (Britto, v. XVIII, p. 163, *apud* Processo de Tombamento 23132/1984, p. 32).

Em 1873, a Fazenda Salto Grande foi desmembrada e parte foi adquirida pelos irmãos agricultores Antônio e Augusto de Souza Queiroz, fazendeiros da cidade de Campinas, em parceria com o engenheiro William Pultney Ralston<sup>22</sup>, que fundam a Fábrica de Tecidos Carioba, em 1875 (Processo de Tombamento 23132/1984, p. 33).

A localização geográfica estratégica de Carioba, a presença da ferrovia e a proximidade com recursos naturais, como o Ribeirão Quilombo, próximo à sua confluência com o rio Piracicaba, contribuíram significativamente para o desenvolvimento e a prosperidade do

---

<sup>21</sup>Carioba significa, em tupi-guarani, “pano branco” (Processo de Tombamento 23132/1984, p. 36).

<sup>22</sup>“O engenheiro William Pultney Ralston veio para o Brasil trabalhar na Estrada de Ferro Central do Brasil no Rio de Janeiro. Transfere para o estado de São Paulo, quando veio trabalhar na Companhia Lidgerwood, na cidade de Campinas, sendo o responsável pela planta da Fábrica de Tecidos São Luiz em Itu” (Processo de Tombamento 23132/1984, p. 35).

bairro, que foi assim se constituindo gradualmente, entre os anos de 1882 e 1896, firmando-se como um importante polo industrial e econômico, pertencente à cidade de Campinas (**Aspeca**, 2015). Essa instalação industrial marcou o início de uma era industrial na localidade (Gobbo *et al.*, 1999; Bryan, 1974).

A industrialização no Estado de São Paulo, assim como na capital, se implanta seguindo os trilhos dos trens. A extensão das linhas se fez para facilitar o transporte do café, mas desde a segunda metade do século XIX observa-se a instalação de indústrias perto das estações ferroviárias, ou a instalação de ramais especiais que ligam as linhas principais às indústrias (Blay, 1985, p. 32).

A Fábrica de Tecidos Carioba encontrava-se integrada à Fazenda Salto Grande, que desempenhou um papel central no fornecimento de matéria-prima para a Fábrica. Segundo o levantamento apresentado pela **Revista Aspeca** (2015), a produção de algodão na fazenda sustentava as atividades da Fábrica de Tecidos Carioba, consolidando uma interdependência entre a produção agrícola da fazenda e a atividade industrial do bairro.

Após alguns anos, a Fábrica foi adquirida pelos irmãos Clement e George Willmot, de origem inglesa, que expandiram o estabelecimento industrial. No entanto, diversos fatores, como a abolição da escravatura e as condições do mercado externo de tecidos, levaram ao fechamento da Fábrica em 1896 (Processo de Tombamento 23132/1984, p. 36).

No ano de 1901, o Comendador Franz Müller<sup>23</sup>, regressando da Alemanha, em parceria com seu irmão Hermann Müller, consegue financiamento com a empresa inglesa Rawlinson e adquire a Fazenda São Domingos por meio de um leilão, em 28 de setembro de 1901 (Processo de Tombamento 23132/1984, p. 37). Essa aquisição abarcou as extensões territoriais da fazenda e também incorporou a Fábrica, diversas residências e melhorias na infraestrutura do local. Essa transação consolidou a presença do Comendador Müller na região, evidenciando seu interesse estratégico nas operações relacionadas à fazenda, à indústria presente e às infraestruturas associadas (Processo de Tombamento n. 23132/1984, p. 37).

O comércio de tecido em Higienópolis, São Paulo, passava por um momento difícil em 1901 quando Franz Müller soube da fábrica posta à venda em Carioba, e pensa

---

<sup>23</sup>Chegando ao Brasil em 1879, inicialmente se estabelece no Rio Grande do Sul. Em 1889, muda-se para São Paulo, onde abre uma casa de importações que comercializava ferragens e maquinário (Processo de Tombamento 23132/1984, p. 37).

em colocá-la para finalidade lucrativa, com a ajuda do irmão e do sócio inglês Rawlinson (Lima, 2002, p. 28).

Em carta datada de 21 de outubro de 1901, escrita à sua esposa, Franz Müller revela suas aspirações sobre o futuro da indústria da Carioba.

[...] Hoje é dia de muita correspondência e muito serviço. Não terminei as minhas anotações e ainda tenho que preparar um relatório para o Hermann sobre a Carioba apresentando-lhe a minha proposta sobre a venda. Espero que o assunto chegue logo ao fim, pois estas eternas ponderações são muito aborrecidas. Amanhã cedo vou voltar a Carioba, sendo que o Jansen, o novo Mestre Geral, já seguiu levando também um mecânico. Bem que eu gostaria que a venda não se realizasse e que depois de colocá-la em funcionamento nós conseguíssemos ficar com ela. Porém eu tenho que fazer uma proposta oferecendo-a aos compradores a um preço válido até 30 de junho do próximo ano, naturalmente com tudo funcionando. Para o Hermann e seus amigos deverão sobrar uns 30 contos de réis. Bem vamos ver (Leyen, 1954, p. 35, *apud* Ribeiro, 2005, p. 46-47).

Em 18 de novembro de 1901, Franz Müller enviava outra carta à esposa Albertina:

[...] Meu bem, não se preocupe com o assunto da Fábrica. Eu receio que venhamos a ter uma proposta irrecusável, pois confio tanto nas possibilidades dessa indústria que não tenho medo dos problemas nem das responsabilidades envolvidas. Se isto não funcionar, então nada funciona. Os artigos têm tão boa aceitação no mercado, que a lucratividade somente dependerá da eficiência na produção. Recebo e aceito com muita gratidão os seus votos de boa sorte e sucesso. Como você sabe, sinto muita satisfação ao criar algo e assim o trabalho não me causa qualquer desânimo, mas ao contrário, me estimula. Ontem e anteontem estive novamente em Carioba para verificar o andamento do trabalho. Nesses 15 dias o aspecto da fábrica já mudou muito, com boa parte das máquinas da fiação e dos teares já limpos e consertados. Também o rego progrediu bastante de modo que até o dia 1º de dezembro as turbinas poderão entrar em funcionamento. De qualquer modo a produção deverá se iniciar no dia 1º de janeiro de 1902. Estou muito ansioso. Não fosse tão necessária a minha presença em São Paulo, eu iria morar em Carioba para dirigir tudo pessoalmente. Bem quem sabe, futuramente será assim. Para minha grande alegria chegou hoje um telegrama do Hermann dizendo que vai colocar o capital necessário à minha disposição. Ele que fique bem tranquilo, pois nós aqui haveremos de cuidar para que funcione tão bem quanto possível (Leyen, 1995, p. 35, *apud* Ribeiro, 2005, p. 47).

Conforme relatado por Lima (2002, p. 30), no ano de 1902, apenas um ano após a compra, o Comendador Franz Müller *“ficou cativado pelo clima agradável e pela beleza singular de Carioba”*. A presença marcante de dois cursos d’água, o Rio Piracicaba e o Ribeirão Quilombo, contribuiu para impressionar não apenas o Comendador, mas também sua esposa e seus seis filhos. O fascínio foi tão impactante que a família decidiu abandonar a ideia inicial de vender as terras e, em vez disso, decidiu estabelecer residência definitiva em Carioba.

Eu jantei às 6 horas na casa do meu gerente, o Jansen, onde não havia, entretanto nem um pouco de ambiente natalino. A noite está um encantamento, a temperatura é morna e muito agradável, a lua cheia brilha no céu. No horizonte as nuvens sobre as colinas ainda refletem os últimos clarões do sol que já se escondeu. Contra a mata escura se destaca o cintilante Rio Piracicaba. Ouço o sussurro do riacho ao fundo, ao redor é paz e tranquilidade. Isto é muito bom e eu sinto que é noite de Natal. Sinto-me pertinho de vocês todos (Comendador Müller. *In*: Leyen, 1995, p. 32, apud Ribeiro, 2005, p. 47).

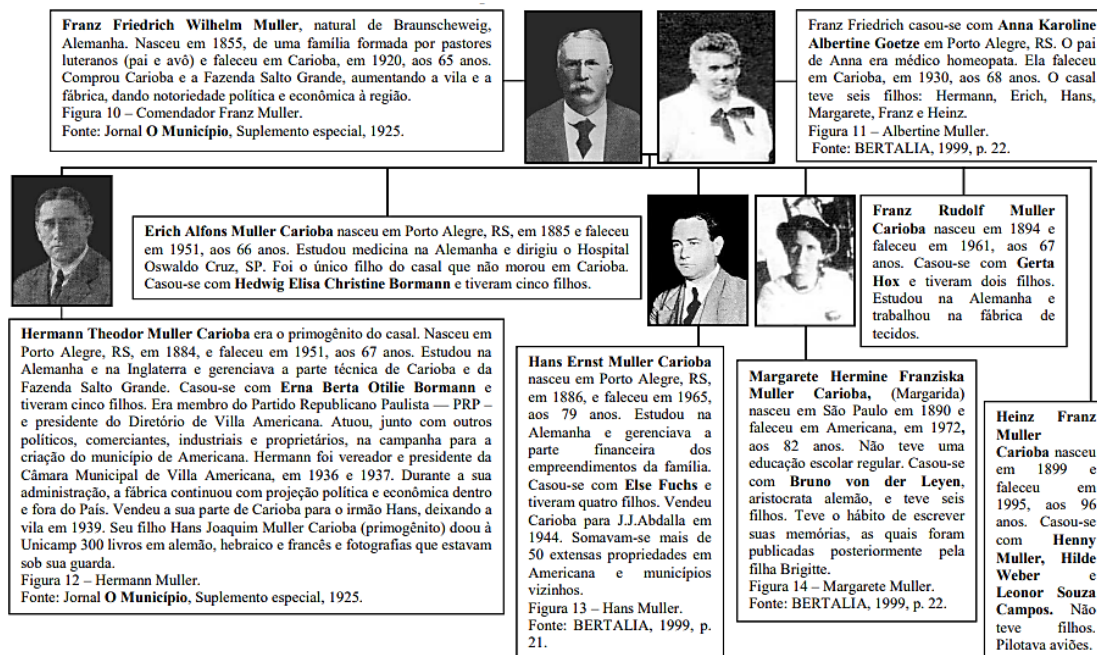
A análise da correspondência entre o Comendador Müller e sua esposa oferece uma janela única para reconstruir a trajetória sociocultural desse empresário, tanto no Brasil quanto na Alemanha. Pelas suas cartas, é possível destacar as iniciativas e os relacionamentos que estabeleceu para concretizar seus empreendimentos. Essa correspondência atravessa diferentes esferas, desde questões privadas e familiares até assuntos institucionais e empresariais, permitindo-nos entender o contexto no qual as decisões foram tomadas. Além disso, revela aspectos da personalidade do empresário, evidenciando seu entusiasmo pela paisagem natural da região, na qual planejava desenvolver seus projetos. Essa escolha revela a apreciação pessoal do Comendador e de sua família pelo ambiente local e também sugere uma conexão profunda com as características naturais e geográficas da região.

Em março de 1902, ocorreu a inauguração da empresa, marcada pelo entusiasmo do proprietário, autoridades e habitantes da Villa Americana. A população da Villa aumentou significativamente com a chegada de diversas famílias atraídas pelas oportunidades de trabalho na construção da vila operária e na Fábrica de Carioba (Pinhanelli, 1998, p. 6). Segundo Moretti (1999, p. 82), a transferência da família Müller para Carioba efetivou-se nos últimos dias de dezembro de 1901.

Na Figura 19, estão representados os principais membros da família Müller, iniciando-se a árvore genealógica a partir do Comendador e sua esposa Albertina. Esta imagem oferece

um panorama visual dos descendentes diretos do casal, ilustrando a linhagem que se desenvolveu ao longo das gerações, destacando figuras de significativa importância e contribuições para a história e cultura local.

**Figura 19.** Principais membros da família Müller.



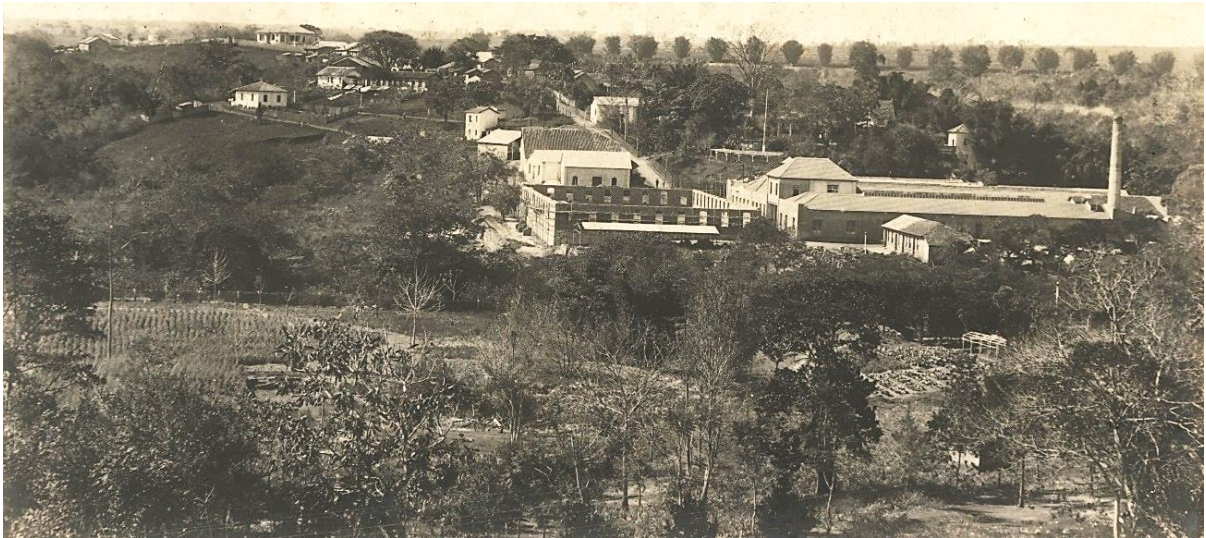
Fonte: Stock, 2009, p. 34.

De acordo com Leyen (1995, p. 49), os anos entre 1902 e 1905 foram marcados por uma convivência familiar intensa para a família Müller. Enquanto Franz Müller se dedicava arduamente à supervisão direta na construção da vila operária e ao funcionamento da indústria, sua esposa Albertina assumia a responsabilidade pelo gerenciamento da criação de gado leiteiro, destinado a fornecer leite tanto para a família dos proprietários quanto para os moradores da vila operária, além de se dedicar à fabricação de manteiga e queijo.

Conforme relatado por Martareli (2013, p. 11), em 1907, o Comendador Franz Müller, em parceria com seus sócios, adquiriu a parte restante do território da Fazenda Salto Grande. O principal objetivo era aproveitar a queda d'água existente para a geração de energia, o que garantiria a expansão do complexo industrial (Processo de Tombamento 23132/1984, p. 38). Nesse período, realizou melhorias significativas na plantação de algodão, aplicando técnicas

apreendidas no plantio europeu, e também investiu recursos financeiros na aquisição dos equipamentos mais avançados para a época.

**Figura 20.** Vista aérea da Fábrica de Tecidos Carioba. (s/d)



Fonte: **Coleção Carioba.** Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas, SP.

Na Figura 20, é possível identificar a estrutura da fábrica de tecidos, composta por galpões industriais e algumas propriedades associadas, incluindo a residência da família Müller e o início de um bairro industrial adjacente. A área também abrange a fazenda e as plantações que forneciam sustento à operação da fábrica.

O mapa apresentado na Figura 21, datado entre novembro de 1916 e fevereiro de 1917, detalha o bairro Carioba e a fazenda Salto Grande. Apesar da qualidade visual limitada, o mapa revela a extensão considerável do território ocupado quando ambos os espaços foram integrados em uma única área.

**Figura 21.** Bairro Carioba e Fazenda Salto Grande, Município de Campinas. Levantado e desenhado, de novembro de 1916 a fevereiro de 1917.



Fonte: Acervo da família Hafers<sup>24</sup>. *Apud* Ribeiro, 2005, p. 50.

Esse investimento, além de aumentar a eficiência do cultivo, também melhorou a qualidade e competitividade do algodão comercializado. A atuação do Comendador Franz

<sup>24</sup>A autora tentou contato com a família para ter acesso ao Acervo, mas não obteve sucesso.

Müller não se restringiu apenas ao campo agrícola. Ele também se destacou no desenvolvimento econômico e na modernização da região de Carioba.

O investimento mencionado não apenas incrementou a eficiência agrícola, mas também elevou a qualidade e competitividade do algodão comercializado. Além de suas contribuições no campo agrícola, o Comendador Franz Müller desempenhou um papel significativo no desenvolvimento econômico e na modernização da região de Carioba. Esta evolução pode ser observada na Figura 22, onde a fábrica e a vila operária apresentam uma estrutura robusta, com suas vias começando a se estender para outras partes de Americana, ainda que sejam predominantemente de terra batida neste estágio inicial.

**Figura 22.** Vista aérea de Carioba, no final do século XX.



Fonte: Disponível em: <http://oespiritodolugar.blogspot.com/p/bairro-carioba.html>

Na Figura 23, são apresentadas as diversas etapas do processo de cultivo de algodão na Fazenda Salto Grande, ilustrando desde o plantio até a colheita. Este registro visual destaca a significativa dependência da mão de obra humana e animal durante o início do processo de industrialização. Além disso, evidencia a importância estratégica e a vantagem de produzir a própria matéria-prima dentro da propriedade para abastecer a fábrica e comunidade local.

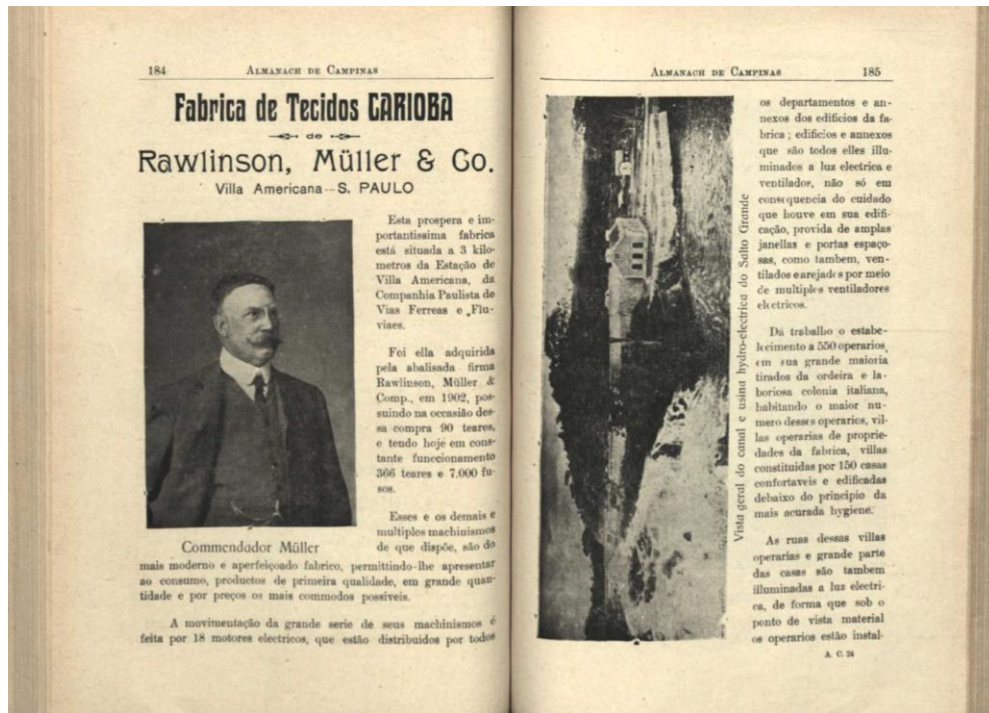
**Figura 23.** Etapas do processo de cultura de algodão da Fazenda Salto Grande.



Fonte: Disponível em: <https://atom.cmu.unicamp.br/index.php/fazenda-salto-grande-rawlinson-muller-cia-carioba-villa-americana-cultura-de-algodao>

## 2.2 O agente transformador: a família Müller

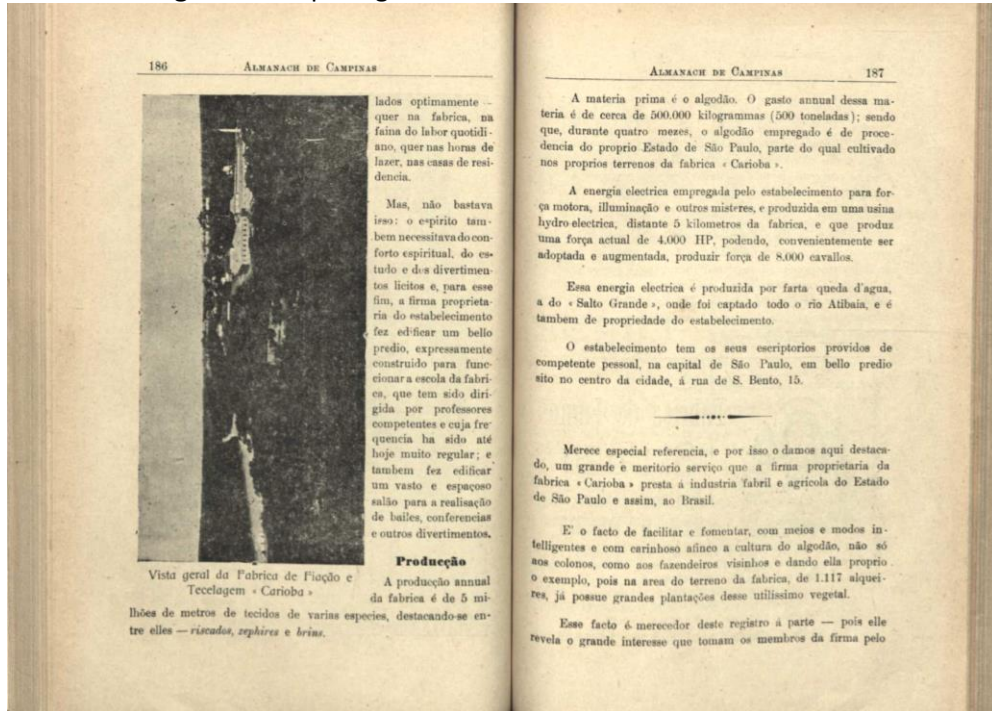
Figura 24. Reportagem sobre a Fábrica de Tecidos Carioba.



Fonte: Almanach Historico e Estatístico de Campinas, 1912, p. 184-185.

Nas Figuras 24, 25 e 26, são apresentadas reportagens detalhando a história da Fábrica de Tecidos Carioba. Desde o anúncio da parceria com a Rawlinson, Muller & Co. até suas diversas evoluções dentro do setor têxtil, esses registros documentam o desenvolvimento contínuo da fábrica. Além disso, destacam a evolução do bairro Carioba, que se desenvolveu perpendicularmente à cidade e à própria fábrica, refletindo o impacto da indústria têxtil na estrutura urbana e econômica da região.

Figura 25. Reportagem sobre a Fábrica de Tecidos Carioba.



Fonte: Almanach Historico e Estatístico de Campinas, 1912, p. 186-187.

Figura 26. Reportagem sobre a Fábrica de Tecidos Carioba.

188 ALMANACH DE CAMPINAS

desevolvimento do paiz, onde, em boa hora, vieram empregar a sua bem intencionada actividade e fazer produzir os seus capitães.

Não bastava o sumptuoso estabelecimento fabril que possuem e que, por si só é obra de magna utilidade e que attesta o alto grau de progresso do paiz — ainda lhes é de mister empregar o seu esforço, a sua intelligencia, a sua operosidade, no desenvolvimento de uma das mais importantes culturas que existem.

Isso faz jus aos mais calorosos applausos, estereotypando o que são e o que valem os distinctos e adeantados proprietarios do importante estabelecimento manufactureiro — fabrica de tecidos « Carioba », cujos excellentes productos alcançaram, unanimemente, uma medalha de ouro na Exposição Nacional de 1908, attestado mais patente do que as nossas palavras, da superioridade dos seus artefactos.

**Fabrica de Fumos**  
**“S. João”**  
 Avenida Rangel Pestana n. 151  
 S. Paulo — BRASIL

Tem sempre grande e variado sortimento de artigos para fumantes e vende a preços reduzidos.  
 Fumos em folha, em corda e beneficiados.  
 Unicos fabricantes do almadado fumo Caporal Delicioso em pacotes e dos cigarros “Ruy Barbosa”, “Antonio Prado” e dos cigarettes “Rebouças”.

**SALGADO & COMP.**

189 ALMANACH DE CAMPINAS

**“CASA ERICO”**  
**SCHILL & COMP.**

RIO DE JANEIRO - Rua S. Bento, 20 — Caixa do correio, 1073  
 SÃO PAULO - Rua de Commercio, 15 — Caixa do correio, 292

**Machinismos para Industrias e Lavouras**

Especialidades em machinismos para Serrarias e Carpintarias. Officinas Mechanicas e Ferrarias. Machinismos para Folheiros. Moinhos para Fubá e Café. Ferramentas completas para Ajustadores, Carpinteiros, etc. Sortimento completo de Valvulas, Lubrificadores, Torneiras, Encanamentos, etc. Motores a vapor, a gaz de illuminação, a petroleo, a gaz pobre por aspiração.

**UNICO AGENTES DOS AFAMADOS FABRICANTES:**  
 R. Hornsby & C. Ltd., Mansons Sims & Jefferies Ltd., J. Sagar & C. Ltd., Galena Signal Oil Co.

**FONDEADORES DE WATERLOO PARA ESTABRAN DE FERRO**

Fornecem essas lubrificantes a todas as estradas de ferro do Estado de S. Paulo e de mais importantes do Estado do Rio de Janeiro e do Sul do Brazil.

→ Enviaremos preços, catalogos e informações a quem nos peça →

Fonte: Almanach Historico e Estatístico de Campinas, 1912, p. 188.

Analisando os momentos históricos, percebe-se que o crescimento do bairro Carioba estava intrinsecamente associado ao desenvolvimento da Fábrica na região. À medida que tanto a Fábrica quanto o bairro se expandiam, a família do Comendador, figura central nesse desenvolvimento, também se expandia consideravelmente. Esse crescimento se estendeu aos seus filhos e netos, todos optando por estabelecer residência em Carioba (Stock, 2009, p. 23-23).

A estreita relação entre a família do Comendador e o bairro demonstra um vínculo afetivo e também destaca o papel crucial da família no crescimento e na consolidação de Carioba como um núcleo comunitário. O fato de várias gerações da família escolherem Carioba como sua morada sugere uma conexão profunda com a comunidade local, contribuindo para a perenidade do legado familiar na região. Essa narrativa não apenas exemplifica o impacto da família na formação do bairro, mas também evidencia a influência duradoura que exerceram sobre a vida e a identidade de Carioba.

Conforme observado por Stock (2009, p. 23), a família Müller desempenhou um papel fundamental na construção e desenvolvimento de Carioba, sendo responsável pela edificação da grande maioria das habitações na região. Seu compromisso e empenho em promover o crescimento local não se limitaram apenas à infraestrutura industrial, mas também se estenderam à criação de um ambiente residencial sólido e acolhedor. A dedicação da família Müller na construção dessas moradias moldou a paisagem urbana de Carioba e contribuiu para a formação de uma comunidade unida, refletindo o cuidado e a atenção dispensados aos moradores locais.

Lima (2002, p. 30) aponta que houve um significativo investimento em infraestrutura no bairro Carioba, abarcando a instalação de sistemas de água encanada, a construção de escolas, consultórios odontológicos, uma cooperativa agrícola, diversos estabelecimentos comerciais, um clube e um cinema. Essas medidas refletem uma abordagem ampla, visando promover o bem-estar e o progresso na comunidade de Carioba. Além de satisfazer as necessidades básicas dos residentes, tais iniciativas também contribuíram para fortalecer o senso de coletividade dentro da vila.

**Figura 27.** Vista da Vila Operária. (s/d)



Fonte: **Coleção Carioba**. Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas, SP.

As pequenas casas à esquerda da figura 27 são as residências dos operários. Essas casas, com telhados de telhas cerâmicas, construídas em alvenaria de tijolos, reflete a arquitetura da época. A construção maior à direita é a Fábrica de Tecidos Carioba, um pilar econômico da região, com suas janelas que deixam transparecer a atividade interna da indústria. As árvores ao longo da rua conferem um toque de tranquilidade e natureza ao cenário, enquanto a estrada de terra batida retratada representa as primeiras vias do bairro e da cidade, marcando o início do desenvolvimento urbano e industrial desta localidade.

O ano de 1911 foi marcante, pois houve contribuições para a infraestrutura local com a implantação de uma usina hidrelétrica<sup>25</sup> no rio Atibaia, como supracitada, situada nas propriedades da Fazenda Salto Grande. Essa usina tinha uma capacidade de 2.000KW e

---

<sup>25</sup>Segundo Martareli (2013, p. 15), em razão da crise de 1929 e da interferência da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), em 1930 a usina é vendida para a CPFL que constrói, nesse mesmo lugar, uma usina com maior potência.

desempenhou um papel crucial ao fornecer energia elétrica para Carioba, Villa Americana, Villa de Santa Bárbara d'Oeste, Rebouças, Cosmópolis e Nova Odessa (Lima, 2002, p. 30).

**Figura 28.** Propaganda sobre a instalação das turbinas para fornecimento de energia a empresas industriais.

LXXXII

SELLARIA E SAPATARIA  
 ADRIANO CORSI  
 ARMAZEM DE SECCOS E MOLHADOS  
 PEDREIRA

Pharmacia São José  
 Completo sortimento de Drogas, Produtos Químicos e Farmacêuticos, etc.  
 PREÇOS MODICOS. SERVIÇOS CUMULOSOS  
 Pharmaceutico José da Silva Pinto  
 PEDREIRA

Armazem de Seccos e Molhados  
 IMPORTAÇÃO DIRECTA  
 ESPECIALIDADE EM GENEROS FINOS  
 JOAQUIM MANOEL DA FONSECA  
 Telephone N. 69  
 Rua General Osório, 124-A CAMPINAS

Constantino Barreto  
 GERENTE DA EMPRESA TELEPHONICA POSSENSE  
 Residente em MARTIM FRANCISCO  
 LINHA MOGYANA — ESTADO DE PAULO

LXXXIII

RAWLINSON, MÜLLER & C.ª  
 VILLA AMERICANA  
 FIAÇÃO E FABRICA DE TECIDOS DE ALGODÃO  
 "CARIOBA"

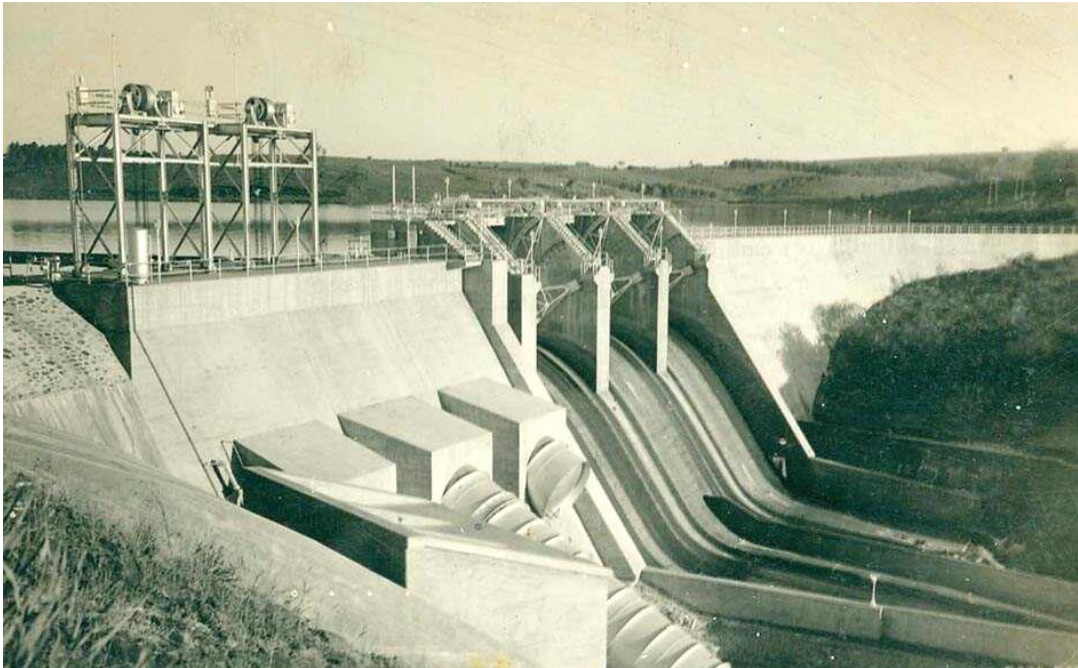
Instalação de turbinas e electricidade nas margens do Rio "Atibaia" com uma produção de 4.000 H.P.

Condições favoráveis para fornecimento de luz e força a empresas industriais em VILLA AMERICANA, e futuramente em NOVA ODESSA, REBOUÇAS, COSMOPOLIS e VILLA SANTA BARBARA.

Informações mais detalhadas em Carioba — Villa Americana na escriptura da firma Rawlinson, Müller & C.ª RUA S. BENTO N. 15, sobrado SÃO PAULO

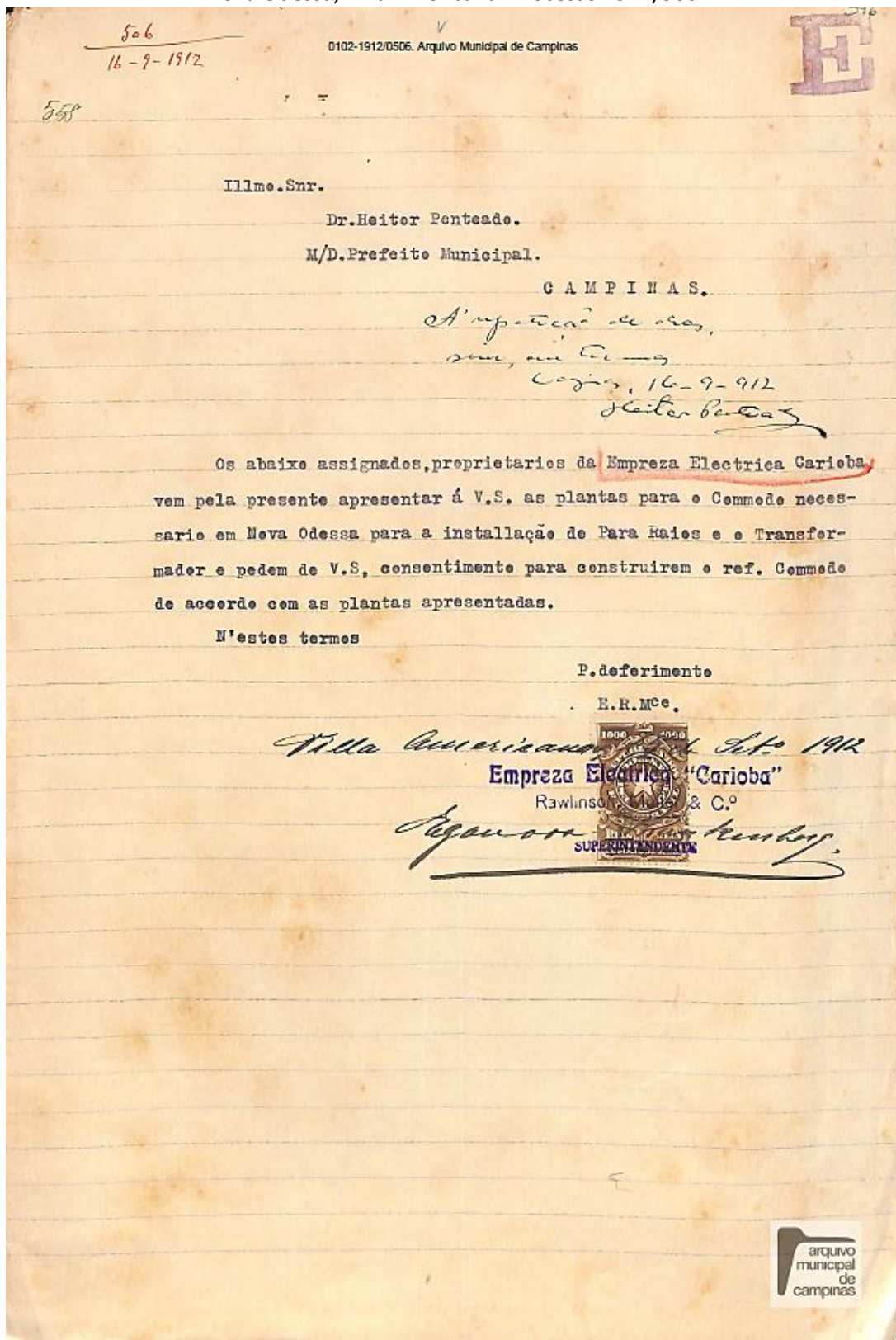
Fonte: Almanach Historico e Estatístico de Campinas, 1912, p. LXXXIII.

**Figura 29.** Usina Hidrelétrica de Salto Grande (1911).



Fonte: Jornal **O Liberal**, edição de novembro de 2019. Disponível em:  
<https://liberal.com.br/cidades/americana/usina-hidreletrica-de-americana-chega-aos-seus-70-anos-1107080/>

**Figura 30.** Pedido para construir cômodo para a instalação de para-raios e transformadores na empresa Elétrica Carioba Rawlinson Müller e Companhia, Nova Odessa, Villa Americana. Processo 1912/506.



Fonte: Disponível em: <https://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/construir-c-modo-para-instala-o-de-para-raios-e-transformadores-da-empreza-el-trica-carioba-nova-odessa-b-vila-americana>

**Figura 31.** Projeto do cômodo para a instalação de para-raios e transformadores na empresa Elétrica Carioba Rawlinson Müller e Companhia, Nova Odessa, Villa Americana. Processo 1912/506.



Fonte: Disponível em: <https://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/construir-c-modo-para-instala-o-de-para-raios-e-transformadores-da-empresa-el-trica-carioba-nova-odessa-b-vila-americana>

Nesse mesmo ano, foram instaladas uma serraria, visando a utilização eficiente da madeira, e uma olaria, para garantir a produção tijolos e telhas necessários para a construção do complexo industrial. Essas iniciativas complementares contribuíram para fortalecer a base de recursos e materiais indispensáveis para o desenvolvimento contínuo da Rawlinson Müller e Companhia (Processo de Tombamento 23132/1984, p. 38), assim como instalação da Companhia Leyen – Fábrica de Fitas de Seda, sob a direção do genro do Comendador Franz Müller (Processo de Tombamento 23132/1984, p. 39).

Figura 32. Propaganda da Leyen, Müller & Cia.



Fonte: Almanach Historico e Estatístico de Campinas, 1914, p. VII.

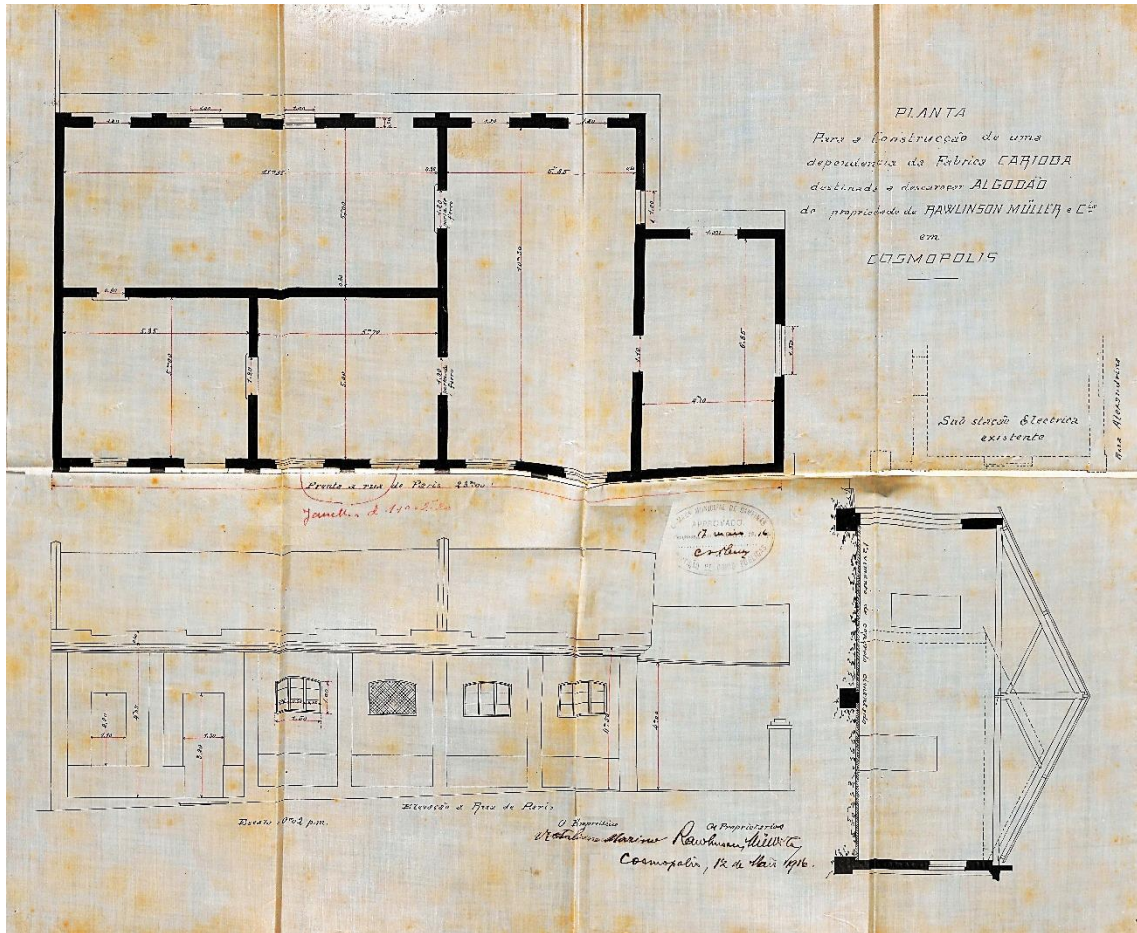
Os dados bibliográficos encontrados a respeito da família Müller oferecem uma perspectiva sobre o empenho e o comprometimento desses empreendedores, cujas ações foram fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento do núcleo de Carioba. O foco em empreendimentos especializados e o compromisso com o desenvolvimento local destacam a visão progressista da família Müller, que buscava o sucesso empresarial e valorizava a qualidade de vida da comunidade.

Figura 33. Solicitação para construir uma dependência da Fábrica de Tecidos Carioba.



Fonte: Disponível em: <https://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/construcao-de-pavilhao-para-descarocar-algodao-na-fabrica-de-tecidos-carioba-r-paris-s-n-b-cosmopolis>

**Figura 34.** Solicitação para construir uma dependência da Fábrica de Tecidos Carioba.

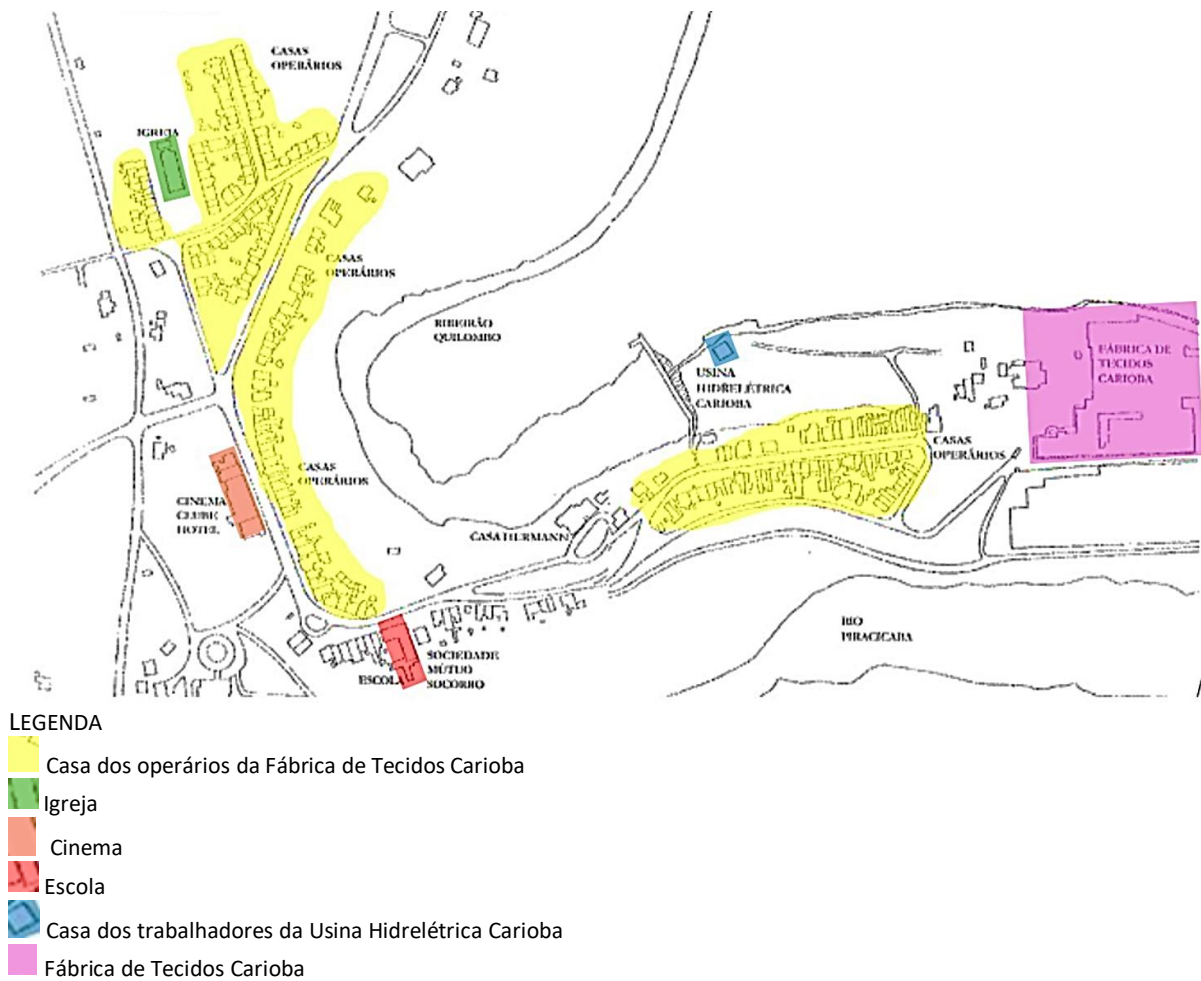


Fonte: Disponível em: <https://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/construcao-de-pavilhao-para-descarocar-algodao-na-fabrica-de-tecidos-carioba-r-paris-s-n-b-cosmopolis>

O papel da família Müller no núcleo de Carioba não apenas impactou a vida dos moradores locais, mas também desempenhou um papel determinante na urbanização de Americana como um todo. O compromisso com o desenvolvimento urbano, aliado à visão empreendedora da família, deixou um legado que influenciou positivamente o crescimento e a identidade da cidade. O sucesso de Carioba como um centro comunitário autossuficiente é, em grande parte, resultado dos esforços visionários da família Müller.

Em 1918, havia 233 prédios ocupados na vila, sendo: 223 casas de operários e 10 prédios mistos e para uso comercial. O número de habitantes era de 1.196, sendo 594 homens e 602 mulheres, a maioria imigrantes ou filhos de imigrantes vindos da Itália (Stock, 2009, p. 23).

**Figura 35.** Mapa de Carioba utilizado pelo sr. Hercules Giordano para inserção dos moradores, a partir de lembranças e entrevistas.



Fonte: Bertalia, 1999, p. 170-171. Modificado pela autora.

No Mapa de Carioba, retratado e modificado na Figura 35 e 36, observa-se o crescimento progressivo do bairro e a instalação de diversas infraestruturas. Uma característica marcante é a presença de edifícios como cinema, igreja dedicada exclusivamente ao bairro, escola e a casa de controle da hidrelétrica local. Esses elementos destacam-se pela sua relativa escassez no território de Americana, contrastando com a concentração e disponibilidade dentro do próprio bairro de Carioba.

**Figura 36.** Vista aérea do complexo industrial da Fábrica de Tecidos Carioba. (s.d.)



Fonte: Disponível em: <https://casahermannmuller.com.br/index.php/paraiso-europeu/>

Ao optarem por residir na “casa-grande”, os Müller não apenas desfrutavam de um “lar majestoso”, mas também personificavam uma presença destacada na comunidade, posicionando-se de maneira estratégica para acompanhar o desenvolvimento da Fábrica e do bairro como um todo. A escolha dessa moradia ressalta a continuidade da ocupação desse espaço ao longo das transformações e evoluções em Carioba (Bertalia, 1999, p. 172).

**Figura 37.** Bairro Carioba.



Desenho de Kurt Schiering, 1914.

Fonte: Arquivo Histórico da Alesp. In: Stock, 2009, p. 24.

As residências destinadas aos proprietários e aos funcionários em posições de liderança não apenas refletiam um *status* diferenciado, mas também demonstravam uma preocupação especial com o conforto e a qualidade de vida. A distribuição mais generosa do

espaço interno dessas moradias sugere uma atenção dedicada ao bem-estar e às necessidades específicas desses ocupantes. Essa diversidade de moradias na Vila dos Operários evidencia uma hierarquia social no planejamento urbano, e reflete o compromisso em atender às diferentes demandas e estilos de vida presentes na comunidade (Stock 2009, p. 28).

**Figura 38.** Vista da Vila Operária. s/d



Fonte: **Coleção Carioba**, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas, SP.

Nas figuras 38 e 39, observamos fotografias que capturam algumas das casas existentes na vila dos operários. As imagens revelam um pouco das diferenças no tamanho das casas e sua distribuição espacial. Algumas residências são mais espaçosas, situadas em terrenos maiores, que proporcionam mais amplitude em seu entorno. Já outras são construídas mais próximas umas das outras, refletindo uma densidade populacional maior. Essas variações demonstram a diversidade no planejamento e na ocupação do espaço dentro da vila, atendendo às diferentes necessidades e realidades dos moradores.

**Figura 39.** Vista da Vila Operária. s/d



Fonte: **Coleção Carioba**, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas, SP.

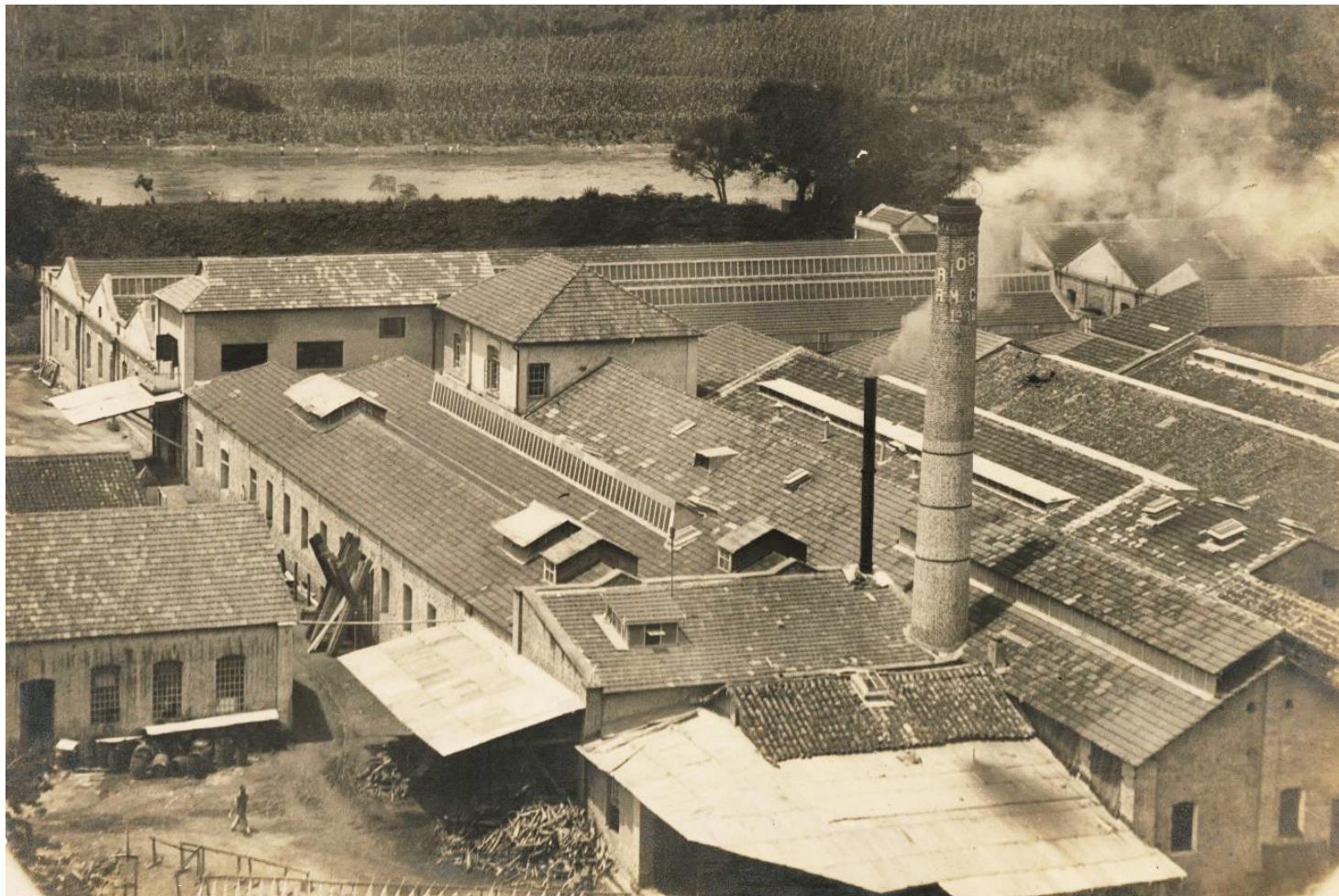
A administração de natureza paternalista promovia um sentimento de segurança entre os trabalhadores. Como destacado por Dean (1991, p. 67), essa dinâmica, na qual o empregador atuava na esfera privada de seus funcionários (colaboradores), inicialmente, aparentava-se como inovadora, porém acabava por exigir dos trabalhadores um nível de submissão quase ingênuo. Contudo, é inegável que Franz Müller foi capaz de transformar rapidamente a Vila Operária em um local apazível, tanto para residir quanto para trabalhar, assemelhando-se a um “país desenvolvido”.

Os depoimentos de cariobenses e de familiares dos proprietários de Carioba mostraram como os patrões interferiam na vida privada de seus operários e moradores e como eles se habituaram a prestar-lhes contas e até a esperar a aprovação patronal para seus projetos pessoais. Os benefícios oferecidos aos operários mais dóceis, colaboradores e a vida em comum das famílias que dividiam o mesmo espaço físico proporcionaram meios para uma intimidade, convertida em aliança, fortalecendo assim, a ideia de uma grande família (Stock, 2009, p. 25).

Conforme Ribeiro (2005, p. 58), durante a década de 1920, a Fábrica de Tecidos Carioba alcançou renome tanto nacional quanto internacionalmente. Esse reconhecimento

levou a família Müller a oficializar a associação do nome Carioba ao seu sobrenome, passando os membros a assinar como Müller Carioba.

**Figura 40.** Vista aérea da Fábrica de Tecidos Carioba. s/d



Fonte: **Coleção Carioba**, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas, SP.

Nas figuras 40 e 41, as fotos ilustram claramente como a Fábrica de Tecidos Carioba cresceu e evoluiu ao longo dos anos. Sua infraestrutura se expandiu significativamente, com a construção de vários galpões adicionais que acomodaram o aumento da produção e a diversificação das operações. Essas imagens capturam a transformação da fábrica, refletindo seu desenvolvimento contínuo e a adaptação às demandas crescentes do mercado.

**Figura 41.** Vista aérea da Fábrica de Tecidos Carioba. s/d



Fonte: **Coleção Carioba**, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas, SP.

Dois anos após o falecimento do Comendador, em 30 de maio de 1922, a comunidade de Carioba prestou-lhe uma homenagem marcante ao inaugurar um monumento erguido em sua memória na praça pública local. Esse monumento tornou-se um símbolo duradouro do legado deixado por ele na região. Além disso, nos anos subsequentes, a escola local foi batizada com o nome do Comendador, honrando assim sua contribuição para o desenvolvimento educacional da comunidade. Essas iniciativas refletem o profundo respeito da população de Carioba pelo Comendador Müller e seu legado (Ribeiro, 2005, p. 58).

**Figura 42.** Escola de Carioba.



Nota: A fotografia faz parte do processo do pedido de emancipação de Americana, de 1917.

Fonte: Aspeca. Disponível em: <https://www.aspeca.com.br/>

**Figura 43.** Monumento em homenagem ao Comendador Franz Müller, na praça pública central da cidade de Americana, atualmente.



Disponível em: <https://wikimapia.org/2103555/pt/Pra%C3%A7a-Comendador-Muller>

No dia 30 de julho de 1922, o jornal **Gazeta de Campinas**<sup>26</sup> publicou um artigo assinado por Benedito Cavalcanti, sob o título *Perpetuando a memória de um homem*. Esse artigo ressaltava o agradecimento por parte dos trabalhadores da Fábrica Carioba durante a cerimônia de inauguração do busto em homenagem ao Comendador Müller, em Carioba. Essa manifestação pública de reconhecimento demonstrou o profundo apreço e respeito que os trabalhadores tinham pelo Comendador, destacando sua importância não apenas como um empresário de sucesso, mas também como um líder respeitado e admirado pela comunidade local.

Carioba, o pinturesco recanto do labor indefesso, vai ser hoje teatro de um acontecimento que marca eloqüentemente a solidariedade entre o capital e o trabalho. Inaugurando hoje o busto do Comendador Francisco Müller, os operários fazem mais do que prestar uma homenagem, pagam um tributo de honra [...] Essa grandiosa manifestação de estima – extraordinário pleito de simpatia, sagrado e admirável tributo de gratidão e de respeito – que vai ser hoje prestada pelos operários da Fábrica de Carioba à saudosa memória do benemérito cavalheiro Comendador Francisco Müller, fala bem alto, confirmando o asserto de que nem sempre patrões e operários vivem divorciados uns dos outros, nas suas idéias, seus princípios e seus fins. Comendador Francisco Müller foi um bom patrão, melhor ainda, foi um amigo devotado, um benfeitor extremoso. Praticando o bem, cuidando espontaneamente e com carinho dos interesses físicos, moraes e materiais dos seus operários, dia a dia, vinha o bondoso chefe demonstrando claramente que o trabalho coletivo de toda aquela massa humana convertia, em fundo, para a felicidade de cada um deles perpetuamente na pessoa dos filhos, netos e outros descendentes nas gerações futuras (**Gazeta de Campinas**, 30 de julho de 1922).

Nessa mesma edição, com seu irmão Hermann Müller à frente, a Fábrica foi destacada por seu notável progresso desde sua reabertura em 1902 até o ano de 1922. Segundo o **jornal**, em 1902 a Fábrica contava 90 teares e 1.800 fusos, enquanto em 1922 esse número havia aumentado significativamente para 430 teares e 8.000 fusos.

Em 1924, o Estado estava empenhado em consolidar um ideal republicano mais forte, e, nesse contexto, o apoio que a família Müller oferecia à educação representava um ato político estrategicamente calculado (Nobre, 2004, p. 57). Ao seguir as orientações legislativas educacionais, abrigou diversas escolas da Villa e consolidou-as em uma única escola. Os

---

<sup>26</sup>Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Ver em Anexos.

professores, cedidos pelo governo estadual, tornaram-se parte integrante da comunidade, com muitos residindo na própria Villa por longos períodos. Essa abordagem reflete o comprometimento da família Müller com a educação e o bem-estar da comunidade de Carioba.

De acordo com Dean (1991, p. 110-113), os estabelecimentos comerciais e de serviços desempenhavam um papel na autossustentação do bairro Carioba e eram mantidos em edifícios construídos pelos próprios proprietários. Esses empreendimentos eram geridos pelos moradores, que ofereciam serviços tanto para os residentes de Carioba quanto para visitantes que chegavam para negociar com a Fábrica.

Por volta de 1927, as casas dos operários começaram a ser cedidas gratuitamente para os operários de Carioba. A concessão, sem a cobrança de aluguel, das habitações que pertenciam aos proprietários da fábrica, foi considerada como benevolência dos patrões com relação aos seus empregados. Não era um contrato assinado e, sim, um costume local com poder de lei (Stock, 2009, p. 28).

Stock (2009, p. 25) aponta que, notavelmente, não existia a cobrança de aluguel ou taxas aos proprietários dos edifícios, e as concessões eram negociadas diretamente com os patrões. A ideia aplicava-se também às mudanças ou concessões de moradias aos operários, que podiam ocorrer à medida que as famílias cresciam ou os trabalhadores assumiam funções mais graduadas, proporcionando-lhes a possibilidade de mudar para residências mais confortáveis.

O jornal **O Município**<sup>27</sup>, em sua edição de 12 de novembro de 1937, forneceu detalhes sobre a expansão da Fábrica sob a direção de Hermann Müller. Naquele ano, a Fábrica possuía impressionantes 500 teares e 10.000 fusos, com uma equipe de 800 operários. Esses números destacam a magnitude do crescimento e desenvolvimento da Fábrica Carioba ao longo do tempo. Além disso, o **periódico** mencionou que a Fábrica Carioba destacava-se na produção dos artigos *Zepholes* e *Xadrezes*, alcançando uma produção anual de 7.000.000 metros de tecido. Um aspecto notável enfatizado pelo **jornal** foi a maneira como os empregados eram tratados, sem qualquer distinção. Todos trabalhavam unidos em prol de um objetivo comum: o progresso não apenas da Fábrica, mas também da Fazenda Salto Grande e de todo o núcleo

---

<sup>27</sup>Informação do Acervo da Prefeitura Municipal de Americana. Destaca-se que houve um grande incêndio em 2000 que infelizmente resultou em pouquíssimos documentos disponíveis para consulta.

Carioba. Essa abordagem refletia os valores e a visão que Hermann Müller trouxe de herança do Comendador Franz para a administração da empresa e na interação com os operários e seus habitantes.

O relato de Hércules Giordano, um memorialista e antigo morador de Carioba, presente em seu livro **Minhas memórias: histórias de um cariobense, revivências da Villa Americana**, publicado em 2004, proporciona uma visão sobre a atmosfera que caracterizava o bairro Carioba. Giordano destaca a notável ausência de preconceitos, enfatizando que as amizades eram autênticas e que a alegria permeava as interações cotidianas. Essa dinâmica comunitária positiva contribuía para a construção de um ambiente acolhedor e inclusivo (Giordano, 2004, p. 12).

A descrição de Carioba como um lugar que, mesmo nos primeiros anos do século, assemelhava-se a um pequeno município, é reveladora. A presença de infraestrutura básica, como água encanada e sistema de esgoto tanto nas ruas quanto nas residências, sugere um compromisso precoce com o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade. Esses elementos não apenas indicam a visão progressista dos residentes, mas também evidenciam a capacidade de Carioba em antecipar e implementar avanços em sua infraestrutura (Giordano, 2004, p. 11).

A narrativa de Giordano destaca as características tangíveis do bairro e ressalta aspectos intangíveis, como a qualidade das relações sociais e o ambiente positivo que envolvia a vida cotidiana em Carioba. Essa combinação de fatores contribuiu para a construção de uma identidade comunitária única e para a consolidação do bairro como um lugar especial e acolhedor ao longo do tempo.

### **2.3 O início do declínio de Carioba**

Historicamente, a década de 1930 foi caracterizada por um período de crise desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque e suas repercussões no Brasil, especialmente devido aos baixos preços do café, que na época era o principal produto de exportação do país. Essa circunstância econômica desafiadora culminou na Revolução de 1930 e na ascensão do governo Vargas ao poder. Esse contexto de instabilidade política e

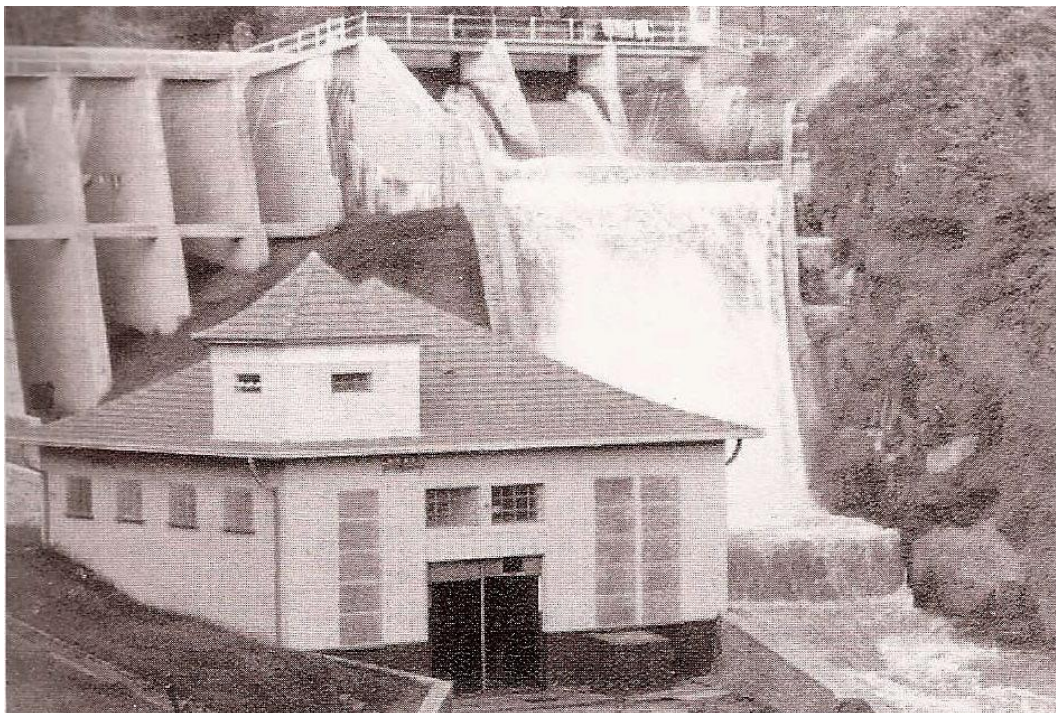
econômica teve um impacto significativo na sociedade brasileira, alterando profundamente as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do país.

Em Carioba, segundo Martareli (2013, p. 15), a crise econômica teve um impacto direto na indústria têxtil, ocasionando a acumulação de grandes estoques de tecidos devido à redução do poder aquisitivo das classes populares. Diante dessa grave situação econômica, a empresa adotou medidas para enfrentar os desafios. Uma delas foi a venda, em 1930, da Hidrelétrica de Salto Grande à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Esse acontecimento ocorreu em um contexto em que o Estado começava a assumir um papel fundamental como investidor nos setores essenciais, incluindo a geração de energia. Como parte desse processo de mudança, a parceria com os ingleses foi dissolvida, e a empresa passou a ser denominada apenas como Fábrica de Tecidos Carioba, de Müller e Cia. Essas adaptações evidenciaram a necessidade de se adequar às novas dinâmicas econômicas e políticas da época.

Com os recursos obtidos por meio dessa transação, a empresa decidiu investir na construção de uma hidrelétrica de menor porte. Aproveitando a queda d'água do Ribeirão Quilombo, localizada nas proximidades da indústria, essa iniciativa visava assegurar o abastecimento de energia de maneira mais eficiente e sustentável para as operações da empresa.

Tal período marcou uma nova infraestrutura para o bairro, representada pelo asfalto, propiciado pelo aproveitamento das pedras retiradas do leito do rio, britadas e utilizadas como calçamento, após serem recobertas com o piche importado da Alemanha, que sobrava da construção da hidrelétrica. O asfaltamento acentuou as características da urbanização e se constituiu sempre em orgulho para os cariobenses, que comparavam o bairro com a Villa Americana que possuía poucas ruas calçadas com paralelepípedos (Ribeiro, 2005, p. 106).

**Figura 44.** Vista da barragem e da casa de máquinas da Usina Hidrelétrica de Carioba.



Fonte: Disponível em: <https://www.aspeca.com.br/>

A figura 44 mostra uma vista da barragem e da casa de máquinas da Usina Hidrelétrica de Carioba. A barragem robusta, controla o fluxo de água, criando uma queda d'água que se desdobra sobre a estrutura. Em primeiro plano, a casa de máquinas se destaca com sua arquitetura funcional, possivelmente abrigando os equipamentos essenciais para a geração de energia hidrelétrica. Este cenário ilustra a engenharia e a infraestrutura desenvolvidas para aproveitar os recursos naturais e fornecer energia para a região.

Conforme observado por Bertalia (1999, p. 74), a construção da hidrelétrica, denominada Cariobinha, atraiu muitos trabalhadores para o bairro, incluindo numerosos técnicos estrangeiros que se hospedaram no hotel local por aproximadamente um ano. A chegada desses novos residentes e profissionais reorganizou de maneira significativa as atividades comerciais na Vila Operária, impulsionando o consumo e estimulando o comércio local. Esse aumento na demanda por produtos e serviços proporcionou oportunidades para que muitas pessoas economizassem e investissem em novos empreendimentos. Assim, a construção da hidrelétrica não apenas beneficiou a empresa e seus trabalhadores, mas também teve um impacto positivo na economia e na vida cotidiana da comunidade local.

Entretanto, no contexto familiar dos proprietários, a construção da hidrelétrica gerou divergências entre os dois principais acionistas da empresa, o sr. Hermann Müller e seu irmão Hans. Enquanto Hermann defendia o investimento na modernização do setor produtivo da indústria, com a aquisição de máquinas mais sofisticadas, Hans estava empenhado na construção da hidrelétrica. Essas diferentes visões demonstram a complexidade das decisões empresariais e as diferentes perspectivas sobre o caminho a ser seguido para o desenvolvimento e sucesso da empresa. Tais divergências familiares podem ter influenciado significativamente sobre a direção dos negócios e a dinâmica dentro da empresa (Ribeiro, 2005, p. 107).

Ribeiro (2005) apresenta depoimentos de ex-moradores do bairro, especialmente do sr. Joaquim, filho de Hans Müller, que oferecem perspectivas sobre a direção administrativa que o bairro tomou a partir da década de 1940. Esses relatos evidenciam as mudanças na gestão e na dinâmica da comunidade ao longo desse período, fornecendo uma visão esclarecedora sobre o desenvolvimento histórico e as transformações sociais ocorridas em Carioba, após o término da Segunda Guerra Mundial.

**Sr. Joaquim** [...] inclusive na Alemanha o curso que eu fiz na escola lá é um curso bem avançado. Em outubro de 1932, eu tinha ficado dois anos nos Estados Unidos para trabalhar em fábrica de tecidos lá, conhecer o negócio, fábrica de tecidos e fábrica de máquinas, também de teares e fiação, e voltei em 32. Durante a viagem, naquele tempo não tinha avião ainda, estourou a revolução de 32, então eu tive que descer no Rio e fiquei esperando passar a revolução, então dois, três dias depois de terminado, tinha trem, então eu vim direto para cá e no dia seguinte já estava trabalhando, porque eu sabia o que é fábrica de tecidos. Uma é que desde criança eu gostava muito, toda tarde, eu ia pra fábrica, eu era moleque de seis, oito anos, eu gostava de ir, de modos que eu sabia muito bem como funcionava. Eu sabia operar qualquer uma das máquinas com 10, 12 anos.

**M. J. Ribeiro** O senhor trabalhou até que ano?

**Sr. Joaquim** 43. Trabalhei dez anos na indústria, era o chefe encarregado da produção, aí papai não descia mais e eu ia, de tarde passava lá no escritório dele para um papinho, mas ele nunca mais desceu.

Sobre a venda de Carioba, eu não sei como é que foi, porque meu pai nunca explicou, nunca entrou em detalhes. Um dia ele chegou pra nós, nós estávamos aqui em São Paulo, nós irmãos, e ele perguntou:

– Olha, o Hans quer vender, ou ele compra a minha parte ou eu compro a parte dele. Ele quer dividir o negócio.

E papai perguntou:

– O que vocês acham?

Eu não tinha ânimo pra pegar, porque aquilo era um período difícil e ainda eu não tinha ânimo, aliás, não podia ser, tempos difíceis. Bom, a única dificuldade poderia ser importar anilinas e lançadeiras, o resto tinha tudo lá, enfim nós e (pausa) os outros irmãos eram menores, o irmão Chico trabalhava aqui, só o Everardo que trabalhava lá na parte de *rayon* e eu na parte de algodão e nós dois dissemos (pausa): é melhor você vender, porque a gente assumir essa responsabilidade! Depois a gente foi ver que foi uma ninharia que o Hans pagou pro meu pai.

**M. J. Ribeiro** Quando vocês saíram de Carioba, a indústria estava produzindo normalmente, nenhuma crise?

**Sr. Joaquim** Estava! Não, os teares não eram modernos e depois aconteceu uma coisa: aquelas tecelagenszinhas todas em Americana. Chegou a faltar tecelão na Carioba, então isso foi uma certa dificuldade, arranjar gente pra trabalhar, sempre tinha um tear parado por falta de tecelão, mas é por causa das fabriquinhas todas lá. Nós depois compramos uma tecelagem em Campinas, dos Manar, e era *rayon*, e nesse meio tempo também foi montada a estamperia em Carioba, e a fábrica de Campinas não era pequena, fazia bastante tecido.

(Sr. Joaquim Müller Carioba, 85 anos, 1995, *apud* Ribeiro, 2005, p. 107)

Com base nos relatos e informações disponíveis, é possível interpretar que a expressão “tempos difíceis”, em 1943, mencionada pelo sr. Joaquim, pode estar associada à ascendência alemã dos Müller. Embora haja diversas versões sobre os motivos da venda da Fábrica e das terras para a família Abdalla, em 19 de setembro de 1944, a explicação considerada como mais plausível é a perseguição aos alemães, após o término da Segunda Guerra Mundial. Essa medida pode ter afetado negativamente os negócios e a estabilidade financeira da família Müller, levando à venda de seus ativos para a família Abdalla. Essa interpretação é apoiada pelo contexto histórico-político da época, caracterizado pela hostilidade contra os alemães e suas propriedades, em alguns países após o fim da Guerra (Ribeiro, 2005, p. 107).

Segundo Dietrich (2001, p. 187), o clima de desconfiança que predominava na época deu origem a diversas histórias e “lendas” que apontaram a Segunda Guerra Mundial como a

principal causa da venda definitiva da Fábrica e das terras. No entanto, é importante observar que a perseguição aos alemães foi uma questão datada, concentrada principalmente entre os anos de 1942 e 1945. Isso sugere que, embora a Segunda Guerra Mundial possa ter desempenhado um papel na decisão de venda, é possível que outros fatores e pressões também tenham contribuído para essa transação, incluindo dificuldades econômicas, políticas e sociais enfrentadas pela família Müller na época.

De acordo com Camillo (1998, p. 123), as mudanças produtivas adotadas pela cidade de Americana, a partir dos anos 1940, desempenharam um papel crucial na decadência da Fábrica. Essas alterações produtivas podem ter incluído avanços tecnológicos, mudanças nos padrões de consumo, novas práticas de gestão ou outros fatores que afetaram a competitividade e a viabilidade econômica da Fábrica de Tecidos Carioba. Essa interpretação sugere que a evolução do contexto econômico e industrial da região desempenhou um papel significativo no declínio da empresa, destacando a importância de considerar não apenas os eventos internos à Fábrica, mas também os fatores externos que influenciaram o seu destino.

Outro ponto relevante a ser considerado é que, com o passar do tempo, o avanço tecnológico na geração de fios artificiais e sintéticos resultou na expansão da atividade manufatureira em Americana. Isso se deve ao menor custo da matéria-prima, inicialmente adquirida na capital paulista e, posteriormente, na própria cidade. Esse fenômeno pode ter gerado uma forte concorrência para a Fábrica de Tecidos Carioba, que até então era reconhecida como uma produtora excepcional de tecidos de algodão e seda, na primeira metade do século XX. A introdução de novas tecnologias e materiais na indústria têxtil transformou o cenário competitivo, exigindo adaptações, por parte de Carioba, para enfrentar os desafios impostos por essa mudança de paradigma na produção de tecidos.

#### **2.4 A gestão da família Abdalla**

Quando a família Abdalla adquiriu tanto a Fábrica de Tecidos quanto a Vila dos Operários, conforme depoimento apresentado pelo sr. Hercules (Giordano, 2004, p. 42), fica evidente o descontentamento dos operários em relação à venda. A leitura revela que os operários e os residentes da região estavam habituados a receber uma espécie de “cuidado”

por parte dos antigos proprietários, embora soubessem como negociar e reivindicar seus benefícios. A reverência pela figura do Comendador, agora transmitida para o seu primogênito Hermann, era evidente. A separação da família Müller, que resultou na venda definitiva da Fábrica de Carioba para outra família, deixou os moradores inseguros e enfurecidos.

Segundo os relatos do memorialista Hercules Giordano, em sua obra **Minhas memórias**, de 2004, supracitada, a família Abdalla adquiriu a Fábrica de Carioba de “porteira fechada”. Na tentativa de apaziguar os ânimos e conquistar a simpatia dos operários, em dezembro de 1944, ofereceram um abono de 500 mil réis e um corte de opala (tecido para camisas), além de distribuírem mais de mil brinquedos para as crianças da Vila dos Operários. No entanto, mesmo diante desses esforços, o descontentamento persistiu, e os operários permaneceram revoltados. Como Giordano descreve, “quando o homem está revoltado não quer saber se é preto ou branco”, o que resultou em uma série de greves consecutivas.

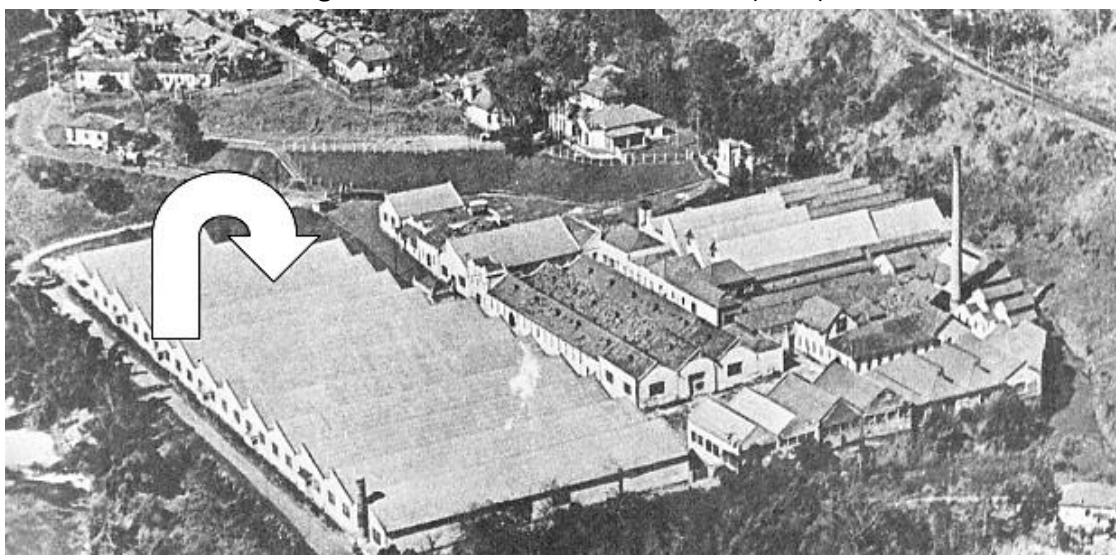
A vila e a fábrica eram como uma família. E laços afetivos foram criados entre moradores e patrões, apesar das fronteiras simbólicas. Estas surgem de um complexo processo social, no qual a harmonia deve ser “permanentemente negociada pelos diferentes atores” que as delimitam (Velho, 2004, p. 57).

As lembranças narradas nos depoimentos contestam as demissões e afirmam que os moradores não aceitaram a venda de Carioba para a família Abdalla, optando por deixar a Vila dos Operários. Esse episódio é recordado como um êxodo, mas, na realidade, esse deslocamento ocorreu gradualmente e estava diretamente relacionado à nova administração da Vila e às mudanças nas leis trabalhistas. Aqueles que partiram tornaram-se “façonistas”, representando uma mudança significativa na estrutura e na dinâmica social da comunidade, como foi descrito no Capítulo 1.

Em seu depoimento, Hercules Giordano narra a história de seu pai, sr. Afonso Giordano. Este solicitou demissão da Fábrica e deixou a Vila dos Operários após uma discussão com o patrão, que descontou doze dias não trabalhados devido a “dores nas costas”. Horas que, segundo seu filho, foram trabalhadas anteriormente, sem receber por elas, pois ele era remunerado mensalmente. “Ele procurou pelo patrão e falou: *O sr. Manoel, eu trabalhei mais horas e o senhor não pagou*. Ele respondeu: *O mundo é dos espertos*. Ele pediu a conta na hora!” (Giordano, 2004, p. 45).

De acordo com Stock (2009, p. 40), a Vila dos Operários e a Fábrica passaram por uma expansão significativa. Na figura 45 pode-se constatar que durante o período de 1949 a 1950, novos salões industriais foram erguidos e maquinários de fição foram instalados onde anteriormente ficava o Clube de Regatas e Natação de Carioba. Além disso, aproximadamente 50 novas casas para os operários foram construídas, a maioria delas próxima à Igreja São João Batista, sem alterar a estrutura original da Vila. A construção da igreja, que foi realizada graças a um mutirão pelos moradores de Carioba, contou com o apoio da família proprietária, que, assim como os Müller, não interferia nos rituais religiosos locais. Durante a década de 1950, várias ruas de Carioba foram pavimentadas e uma guarita com cancela foi instalada na entrada da Vila.

**Figura 45.** Fábrica de Tecidos Carioba (1975).



Nota: A seta indica os salões da fição construídos pela família Abdalla. Também, entre as construções mais antigas, foram edificados outros salões. A família ainda possuía uma empresa de tinturaria e acabamento localizada no bairro São Jerônimo, próximo de Carioba.

Fonte: Jones; Bryan, 1975, p. 91.

Parece que a família Abdalla demonstrou respeito pelos espaços de memória da família Müller, uma vez que não realizou alterações nesses locais. O monumento do Comendador continuou na praça, a escola, o parque e a Sociedade de Mútuo Socorro mantiveram seus nomes originais, e os quadros expostos no Clube Recreativo e Esportivo permaneceram pendurados em uma das paredes até sua destruição<sup>28</sup>. Além disso, os Abdalla não se

<sup>28</sup>Informações adquiridas na Prefeitura de Americana, Acervo Histórico, com o vereador Vagner Aparecido Malheiros, Membro da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas.

empenharam em criar seus próprios espaços de memória dentro da Vila dos Operários e na cidade de Americana. No entanto, contribuíram significativamente para a comunidade, principalmente por meio de doações de cimento de sua fábrica em Perus. Essas doações foram destinadas à construção do Hospital São Francisco, Hospital André Luís, Orfanato Monteiro Lobato, Colégio Divino Salvador, Colégio Salesiano Dom Bosco e vários campos de futebol, como os Clubes do Flamengo e do Rio Branco, além da Igreja de Santo Antônio<sup>29</sup>.

A família Abdalla viu-se confrontada não apenas pela concorrência das novas indústrias instaladas na cidade, mas também pelo surgimento de novos tecidos diferentes dos de algodão. Além disso, uma série de questões trabalhistas desencadeou prolongados embates judiciais, resultando no encerramento da Fábrica em 1977, embora seus habitantes tenham permanecido até 1980. Em 1983, a família Abdalla entra em acordo com a Prefeitura, transferindo a Casa do Comendador para o patrimônio público municipal, bem como os edifícios da escola e da Fábrica (Processo de Tombamento 23132/1984, p. 39-40).

Na Figura 46, estão representados os principais membros da família Abdalla, iniciando-se a árvore genealógica a partir do João e sua esposa Amélia. Esta imagem oferece um panorama visual dos descendentes diretos do casal, ilustrando a linhagem que se desenvolveu ao longo das gerações, destacando figuras de significativa importância e contribuições para a história e cultura local.

---

<sup>29</sup>Informações adquiridas durante pesquisa sobre a cidade de Americana no acervo do **Jornal de Americana**.

**Figura 46. Principais membros da família Abdalla.**

**João Abdalla** nasceu no Líbano e veio para o Brasil em 1870, com idade entre 15 e 18 anos. Mascateou pelo Vale do Paraíba, Minas Gerais e parte do Rio de Janeiro. Foi comerciante em Guaratinguetá, SP, e possuiu diversas lojas na Rua 25 de Março, SP, capital. Faleceu antes de os filhos comprarem Carioba.  
 Figura 17 – João Abdalla.  
 Fonte: Acervo de Judith Abdalla Gomes, década de 1920.



João Abdalla casou-se com **Amélia Felix**, filha de comerciantes de Guaratinguetá, SP. O casal trabalhava na loja que construíram nessa cidade e teve oito filhos, quatro homens e quatro mulheres. Os homens, seguindo a tradição árabe, têm o nome do pai: João. Amélia passava temporadas em Carioba.  
 Figura 18 – Amélia Abdalla.  
 Fonte: Acervo de Judith Abdalla Gomes, década de 1920.



**José João Abdalla** nasceu em 1903, em Aparecida do Norte, SP, e faleceu em 1988, aos 85 anos. Estudou no Ginásio São Joaquim (salesiano) em Lorena, SP, e na Faculdade Nacional de Medicina, Universidade do Brasil, RJ, em 1927. Foi médico em Birigüi, SP, por 16 anos e médico voluntário na Revolução de 1932. Foi Deputado Federal em várias legislaturas: 1946-1951, 1951-1955, 1955-1959, 1959-1963 e 1963-1967. Participou da Câmara Municipal de Birigüi, SP, como presidente, de 1935 a 1937; foi prefeito municipal de Birigüi - interventor, SP, de 1937 a 1941; participou da Assembleia Nacional Constituinte, como Deputado, de 1946-1948. Foi um dos fundadores do Partido Social Democrático de São Paulo — PSP —, em 1945. O PSP foi extinto pelo Regime Militar através do Ato Institucional n. 2, em 1965. Durante a sua existência foi o partido majoritário na Câmara dos Deputados e elegeu dois presidentes da República: Dutra (1945) e Juscelino Kubistchek (1955). Entretanto, Abdalla perdeu o mandato de deputado federal na legislatura 1963-1967, por força do Ato Institucional n.1, de 1964. Foi secretário do Trabalho, Indústria e Comércio de São Paulo, entre 1948 e 1950, no governo estadual de Ademar de Barros. Em 1975, com base no Ato Institucional n.5, sofreu confisco de bens para saldar dívidas com os poderes públicos. Casou-se com **Rosa Abdalla**, médica, filha do comendador Assad Abdalla e Corgie Haddad Abdalla, proprietários de lojas e fábricas de tecidos nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O casal teve dois filhos: José João Abdalla (solteiro), preparado pelo pai para assumir os negócios da família e Maria Helena Abdalla (casada com Samir Auaad, com quem tem uma filha). Foi Presidente do Grupo Abdalla, maior conglomerado privado da América do Sul, grupo que criou, junto com os irmãos, J. J. Abdalla tinha residência em Carioba e, quando comprou a vila, construiu uma casa na propriedade que era de Hans Muller, mas a frequentava pouco, geralmente em época de sua campanha eleitoral ou em companhia de políticos que apoiava. As suas alianças o ligam a políticos como Getúlio Vargas, Ademar de Barros, Jânio Quadros e Carvalho Pinto, e a regimes ditatoriais, como o de Vargas e dos militares.  
 Figura 19 – José João Abdalla.



**Nicolau João Abdalla** nasceu em 1908, em Aparecida do Norte, SP, e faleceu em 1984, aos 76 anos. Estudou odontologia em Lorena (salesianos), mas nunca exerceu a profissão. Nicolau lutou na Revolução de 1932 na cidade de Cunha, SP, e é considerado um de seus doze heróis. O seu depoimento está gravado no Museu da cidade, além do registro na obra de Coupé (1983, p. 121-125). Em Americana, exerceu a vereança por vários anos: 1952-1955, 1956-1959, 1960-1963, 1964-1964 e foi sendo presidente da Câmara Municipal nos anos de 1953 e 1954, 1954 a 1956, 1961 a 1963. Apesar de seus cargos políticos estarem restritos aos de vereador em Americana, mantinha muitos contatos e amizades com políticos do quadro estadual e federal. Nicolau foi amigo de Ademar de Barros, Jânio Quadros e Getúlio Vargas, que frequentavam a sua casa em Carioba. Judith, filha de Nicolau, afirma que Getúlio se hospedou por algum tempo em sua casa, "escondido", quando ela ainda era muito pequena. Neste caso, é necessário observar que, entre 1947 e 1950, Getúlio Vargas isolou-se em sua fazenda em São Borja, até sair candidato à presidência do País. Em março de 1950, concretizou-se o acordo secreto que garantiu o apoio de Ademar de Barros, governador de São Paulo, a Getúlio e a sua eleição presidencial. Nicolau casou-se com **Diva Antonio**, filha de comerciantes libaneses estabelecidos na cidade de Birigüi, SP. O casal teve dois filhos: **Judith Abdalla** – bióloga e musicoterapeuta, casada com o médico e professor da Escola de Medicina de São Paulo, Paulo Gomes, com quem tem dois filhos: Charles (músico) e Milena (advogada), que foi preparada pelo pai para assumir os negócios da família; e **João Abdalla Neto**, produtor de leite em Araçatuba, SP. Nicolau, dentro do Grupo Abdalla, administrava a região de Carioba, que compreendia a fábrica de tecidos, a vila, a laticínia e a usina hidrelétrica, além das fazendas: Sobrado Velho e Salto Grande, em Americana. Administrava, ainda, a Indústria de Artefatos de Ferro em Campinas e todas as fazendas do Noroeste do Estado de São Paulo. Em Carioba, construiu uma casa, ainda hoje frequentada por Diva Abdalla e sua filha Judith.  
 Figura 20 - Nicolau João Abdalla.  
 Fonte: Acervo de Judith Abdalla Gomes, década de 1950.



**Manoel João Abdalla** faleceu na década de 1960, com pouco mais de 50 anos. Era solteiro. Em Carioba, era de sua propriedade a casa que pertenceu a Hermann Muller, a qual ele raramente frequentava. Morava no Rio de Janeiro e dirigia a Fábrica de Tecidos Confiança.  
 Figura 21 – Manoel João Abdalla.  
 Fonte: Acervo de Judith Abdalla Gomes, década de 1940.



**Antonio João Abdalla**, o mais novo dos irmãos, morava em São Paulo, mas também tinha em Carioba uma propriedade que, antes, era o abrigo das irmãs saluatorianas onde funcionava uma creche e era feita a catequese para os cariobenses. Antonio dirigia a Fábrica de Cimento Perus, SP, adquirida pelo Grupo na década de 1950. Foi casado e teve dois filhos.  
 Figura 22 – Antonio João Abdalla.  
 Fonte: Acervo de Judith Abdalla Gomes, década de 1940.

Fonte: Stock, 2009, p. 41-42.

## CAPÍTULO 3

### Os desafios para a preservação – o bairro Carioba

#### 3.1 O campo da preservação

Ao longo dos séculos, a preocupação e o reconhecimento de valores culturais têm sido temas recorrentes de discussão e reflexão. A partir da segunda metade do século XX, a definição do que são “bens culturais” foi ampliada, reconhecendo seu valor tanto material quanto imaterial, e suas contribuições para a composição do espaço. Essa nova perspectiva levou a uma apreciação mais profunda das estruturas urbanas e dos conjuntos de edifícios, que passaram a ser considerados artefatos culturais dignos de valorização e proteção. Diante disso, a preservação desses ambientes urbanos requer uma série de medidas complexas, considerando seus aspectos formais, documentais, memoriais e simbólicos, garantindo que sejam transmitidos às gerações presentes e futuras (Rufinoni, 2011, p. 2).

Nos anos que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial, seja devido às grandes destruições provocadas pelos bombardeios, seja pela constatação das perdas geradas pelo desenvolvimento urbano acelerado, a observação dos conjuntos urbanos como artefatos autônomos e não somente como entorno de monumentos excepcionais receberia impulso decisivo (Rufinoni, 2011, p. 3).

A preservação implica a consideração dos aspectos formais, documentais, memoriais e simbólicos, destacando-se a importância da discussão sobre a “memória”. Nesse sentido, Le Goff afirma que a memória, ao preservar informações, mantém o passado vivo, evitando seu completo esquecimento. Ele argumenta que “a memória permite que os indivíduos aprimorem suas percepções e conhecimentos do passado, garantindo que a história permaneça presente” (Le Goff, 1990, apud Alberti, 2004, p. 15). No entanto, o passado só permanece “vivo” por meio da síntese da memória, que nos possibilita revivê-lo ao compartilharmos nossas experiências e permanências, tornando assim a memória “viva”.

Essa conexão intrínseca entre memória e história é explorada por Pierre Nora em sua publicação sobre os “lugares de memória”. Iniciado nos anos 1970, esse campo de estudo surgiu a partir do artigo de Nora, intitulado *Mémoire Collective*, como uma extensão da análise das memórias coletivas proposta por Maurice Halbwachs (Halbwachs, 1950, p. 22). Nora

argumenta que os “lugares de memória” não são apenas espaços físicos, mas também conceituais, nos quais as memórias compartilhadas pela sociedade são preservadas e perpetuadas. Segundo Nora, "a memória é a vida, sempre carregada de novos significados, uma trama em constante evolução" (Nora, 1989, p. 7). Assim, tanto Le Goff quanto Nora destacam a importância da memória na manutenção da história viva e na construção de identidades coletivas.

Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o símbolo determinado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais (Nora, 1989, p. 7).

Não há identidade sem memória, como diz uma canção catalã: “aqueles que perdem suas origens perdem sua identidade também” (Ballart, 1997, p. 43, *apud* Carvalho, A. V.; Funari, P. P. A., 2012, p. 10). A visão de identidade pode ser entendida como algo que se manifesta por meio da cultura material encontrada em sítios urbanos. Esses bens culturais não apenas indicam a presença humana, mas também revelam aspectos do cotidiano e da interação sociocultural dos grupos que os produziram e os utilizaram. Portanto, refletem diretamente as ações sociais e culturais desses grupos, proporcionando debates sobre sua identidade cultural e o modo como ocupavam e interagiam com determinado espaço em um período específico (Netto, 2008, p. 157).

O bem cultural é permeado por uma interdependência entre os elementos tangíveis e intangíveis, que revelam a identidade cultural de um determinado grupo social. Essa simbiose evidencia a relevância histórica do bem cultural e incide significativamente na memória coletiva dos cidadãos (Nogueira, 2009, p. 220). Nesse sentido, "devemos trabalhar por uma abordagem que trate, de fato, materialidade e imaterialidade como os dois lados de uma mesma moeda" (Vieira-de-Araújo, 2022, p. 122-123), ou seja, a materialidade é o suporte físico para a preservação dos aspectos memoriais e simbólicos. Este tema é amplamente debatido em instituições de preservação cultural e nos âmbitos acadêmicos das universidades. Nesse contexto, as palavras de Antônio Gilberto Nogueira ecoam com significado e pertinência.

[...] Tais ideias encontram, nos bens arquitetônicos selecionados, a materialidade do qual são revestidos; presentificam-se, no espaço e no tempo, os lugares da memória nacional (Nora, 1984). Ao retificar a história da nação a esses bens, é atribuído o conceito monumento/documento (Le Goff, 1992) que, de um lado, revela a abordagem histórica na forma tradicional e, de outro, sinaliza para a hegemonia do grupo de arquitetos no engendramento das representações da nação (Nogueira, 2005, p. 220).

A citação destaca como a arquitetura é usada para preservar e expressar a memória e a identidade de um grupo social ou de uma comunidade. Os bens arquitetônicos selecionados são vistos como locais em que essa memória coletiva é encapsulada, tornando-se “lugares da memória nacional” (Nora, 1984). Além disso, a arquitetura é considerada não apenas como monumentos físicos, mas também como documentos históricos que registram a história e a identidade de uma nação (Le Goff, 1992).

Nora introduz o conceito de "lugares de memória" para descrever os espaços, objetos ou práticas que encarnam a memória coletiva. Segundo Nora, esses lugares são criados quando a memória viva de uma comunidade começa a desaparecer, necessitando de âncoras físicas ou simbólicas para preservação. Os monumentos arquitetônicos, nesse contexto, servem como testemunhos tangíveis do passado, carregando significados culturais, históricos e políticos.

Le Goff, por sua vez, explora a ideia de monumento/documento, sugerindo que os monumentos não são apenas símbolos estéticos ou marcos geográficos, mas também documentos que contêm informações valiosas sobre a época em que foram construídos e as sociedades que os criaram. Esta dualidade permite uma leitura mais rica e multifacetada da arquitetura, entendendo-a como um recurso de investigação histórica.

Além disso, conforme Nogueira (2005, p. 220) observa, a produção e preservação de tais bens arquitetônicos refletem não apenas a história tradicional, mas também as dinâmicas de poder dentro da sociedade. A hegemonia dos arquitetos e de outros agentes culturais na seleção e promoção desses monumentos indica como certos grupos têm a capacidade de moldar a memória coletiva e, por extensão, a identidade nacional. A escolha dos monumentos que são preservados ou promovidos pode revelar as prioridades e os valores dominantes de

uma sociedade, enquanto aqueles que são negligenciados ou esquecidos podem indicar tensões e disputas internas sobre o que merece ser lembrado.

A intersecção entre arquitetura, memória e identidade revela uma complexa trama de relações sociais e culturais. Os edifícios não são apenas objetos físicos, mas também símbolos que carregam consigo as marcas do passado e as aspirações do presente. Ao estudar a arquitetura, podemos compreender como as sociedades constroem e transformam suas identidades ao longo do tempo, e como as disputas pelo poder se manifestam na seleção e preservação do patrimônio cultural.

Cada espaço urbanizado, seja um edifício histórico ou um sítio industrial, assume uma importância singular como potencial guardião da memória coletiva, estabelecendo uma ponte entre o passado e o presente e servindo de guia para o futuro. Os vínculos emocionais entre os indivíduos e o local tornam-se especialmente tangíveis nos momentos de ameaça iminente de alteração ou destruição. É nessas circunstâncias críticas que se desperta uma profunda reflexão sobre a extensão dos direitos morais e éticos dos cidadãos em relação aos elementos construídos que compõem sua memória e identidade.

Partindo desse princípio, de que os cidadãos têm o direito à memória, que por sua vez faz parte da sua identidade, para atuar no campo da preservação,

os profissionais deveriam, como evidência Kühl, ter a plena consciência das responsabilidades que lhes competem: ***assegurar o direito ao conhecimento e à memória, dos quais os bens são portadores, mecanismos esses entendidos como necessidade humana e social, sem os quais a compreensão e a apreensão da realidade ficam prejudicadas, limitando a construção do próprio presente e, principalmente, restringindo a construção do futuro*** (Kühl, 2009, p. 10, *apud* Farah, 2012, p. 23, grifo nosso).

A partir dessa colocação, garantindo sua preservação, a atuação deve se pautar nos instrumentos teórico-críticos, ou seja, em princípios e critérios “que constituem um mecanismo regulador para que conduzam as soluções adequadas de intervenção, e que, de fato, possam promover a efetiva preservação dos aspectos documentais, materiais, formais, memoriais e simbólicos das obras” (Farah, 2012, p. 36).

No contexto internacional, documentos como a Carta de Veneza (1964), a Carta de Burra (1979) e a Carta de Washington (1987) oferecem diretrizes fundamentais para a preservação e restauração do patrimônio cultural, influenciando significativamente as práticas globais e locais. A Carta de Veneza estabelece princípios para a conservação e restauração de monumentos e sítios históricos, enfatizando a importância do respeito à integridade e autenticidade dos bens culturais (Icomos, 1964, p. 1-3). Este documento é amplamente reconhecido como uma das bases da teoria moderna de conservação e restauração. A Carta de Burra<sup>30</sup>, por sua vez, fornece estratégias para a conservação do patrimônio cultural, focando em abordagens metodológicas e técnicas específicas para garantir a preservação (Australia Icomos, 1979, p. 4-7). A Carta de Burra é notável por seu enfoque prático e adaptável, permitindo a aplicação em uma variedade de contextos culturais. A Carta de Washington, também conhecida como a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, destaca a necessidade de preservar a autenticidade e a integridade dos centros históricos urbanos, promovendo um equilíbrio entre desenvolvimento urbano e conservação patrimonial (Icomos, 1987, p. 2-5). Este documento sublinha a importância de políticas integradas que considerem tanto a conservação do patrimônio quanto as necessidades de desenvolvimento das cidades.

No Brasil, o conceito de preservação abarca uma ampla “gama de atividades, incluindo inventário, registros, medidas legais para proteção, programas educacionais sobre patrimônio e desenvolvimento de políticas públicas” (Kühl, 2008, p. 59). A partir dessa perspectiva, investigaremos como essas práticas moldam o entendimento desse campo e delinearemos medidas para a preservação do Bairro Carioba, situado na cidade de Americana.

---

<sup>30</sup> Esclarece que esses documentos internacionais adotados pela Assembleia Geral não são equivalentes às Cartas elaboradas pelos Comitês Nacionais do Icomos. A Carta de Burra é um documento aprovado pelo Comitê Nacional da Austrália (Icomos-Austrália). Embora sejam de interesse para a compreensão, tais documentos não são aprovados pela Assembleia Geral, o que limita sua validade ao âmbito local (Kühl, 2010, p.292).

Importante salientar que, em 1945, foi criada, oficialmente<sup>31</sup>, a Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é Estado-membro fundador<sup>32</sup>, e em 1946, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que

é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, [...] com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, **acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros** [...] na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades (<http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional>. Acesso em: 1 mai. 2024).

Outras organizações foram estabelecidas para atender às necessidades do campo da preservação. Em 1946, foi criado o Conselho Internacional de Museus (Icom)<sup>33</sup>, seguido, em 1956, pelo Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais (Iccrom)<sup>34</sup>, organização não governamental (o Conselho de Promoção), com o intuito de oferecer formação profissional para preservação do patrimônio cultural. Em 1965, foi fundado o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos)<sup>35</sup>, um órgão consultivo e de colaboração que se concentra na preservação e conservação de monumentos e sítios históricos. O Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH), criado em 1978, tem como objetivo “promover a cooperação internacional na preservação, conservação, investigação, documentação, interpretação e promoção do patrimônio industrial, assim como a educação sobre esses objetivos”<sup>36</sup>. Em 1988, foi organizada a Reunião Internacional para a Documentação e Conservação de edifícios, sítios e entorno do Movimento Moderno (Docomomo)<sup>37</sup>, com a finalidade dedicada à documentação e à conservação de edifícios, sítios, bairros e entorno do Movimento Moderno.

---

<sup>31</sup>Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas#:~:text=As%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%2C%20entretanto%2C%20come%C3%A7aram,o%20Dia%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas>. Acesso em: 1 mai. 2024.

<sup>32</sup>Decreto n. 19.841, 22/10/1945. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/about>; <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=19841&ano=1945&ato=ec80TVq50dJR0Tfe4>. Acesso em: 1 mai. 2024.

<sup>33</sup>Disponível em: <https://icom.museum/en/>. Acesso em: 1 mai. 2024.

<sup>34</sup>Disponível em: <https://www.iccrom.org/>. Acesso em: 1 mai. 2024.

<sup>35</sup>Disponível em: <https://www.icomos.org/en>. Acesso em: 1 mai. 2024.

<sup>36</sup>Disponível em: <https://ticcih.org/>. Acesso em: 1 mai. 2024.

<sup>37</sup>Disponível em: <https://docomomo.com/>. Acesso em: 1 mai. 2024.

Como citado anteriormente, os princípios e critérios devem se fundamentar nos instrumentos teórico-críticos. Nesse sentido, esses pressupostos estão presentes nos documentos internacionais, vigentes na Unesco e no Icomos (Farah, 2012, p. 25).

A representação da Unesco foi estabelecida no Brasil em 1964, refletindo o compromisso do país com as iniciativas internacionais no campo da preservação do patrimônio cultural. Desde então, a colaboração entre o Brasil e as organizações internacionais têm sido fundamental para promover a preservação do patrimônio cultural e garantir o acesso à educação, à ciência e à cultura para todos os cidadãos brasileiros.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 reforça o compromisso com a preservação do patrimônio cultural.

Constituição Federal de 1988 da República Federativa do Brasil.

TÍTULO I – Dos Princípios Fundamentais

TÍTULO II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais dos quais a República Federativa do Brasil faça parte ([www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)).

A partir dessa premissa, o Brasil tem o dever ético e deontológico (que está previsto na nossa Constituição como princípios adotados nos tratados internacionais Unesco e Icomos) de compreender o campo da preservação por meio das prescrições contidas nesses tratados, dos quais é signatário, e, por meio das cartas patrimoniais, aplicá-las ao nosso contexto político, econômico, social e cultural.

As cartas patrimoniais são documentos que fornecem fundamentação teórico-crítica [...] (Kühl, 2010, p. 288, *apud* Farah; Merlin, 2019, s/p) e são textos sucintos e precisos, com caráter indicativo ou, no máximo, prescritivo (jamais normativo) e, importante salientar, não são receituários para uma simples aplicação direta, contudo suas análises devem ser fundamentadas para que tenha o preciso

entendimento de suas formulações (Kühl, 2010, p. 289, *apud* Farah; Merlin, 2019, s/p).

Posto isso, no que se refere ao campo da preservação, emergiram novos debates, em meados das décadas de 1960 e 1970, resultando em reuniões científicas, originando compromissos, cartas e declarações que culminaram na adoção de princípios e prescrições internacionais de proteção (como descrito anteriormente). É notável o impacto da **Carta de Veneza** (1964), da **Declaração de Amsterdã** (1975) (Pelegri, 2004, p. 58) e da **Carta de Washington** (1987), as quais trouxeram novos parâmetros para a análise desse tema.

Elaborada na década de 1960, a **Carta de Veneza**<sup>38</sup>, resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e Especialistas em Monumentos Históricos, configura como documento-base do Icomos e foi de maior relevância para o avanço da preservação do patrimônio no ambiente urbano. A **Carta** delimita o conceito de monumento, afirmando que este abrange não apenas as grandes obras, mas também as modestas que, ao longo do tempo, adquirem um valor cultural (Costa, 2012, p. 12).

O patrimônio adquire, nesta Carta, dimensões temporal e espacial ao afirmar que o monumento é inseparável da história e do meio em que se situa. Quanto à necessidade de restauração, ou apenas de conservação, o documento coloca que a restauração deve ocorrer em caráter excepcional e objetiva revelar o valor histórico e estético do bem; baseia-se no respeito à matéria antiga e a documento autêntico; a restauração deve parar quando começam as problemáticas, de acordo com o documento. Termina afirmando que as restaurações devem ser precedidas e acompanhadas por estudos históricos e arqueológicos do edifício. Quanto à preservação dos centros históricos, a **Carta de Veneza** reitera que esses devem ser objeto de cuidados especiais para salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, manutenção e valorização; essa vem em contraponto à **Carta de Atenas**, que desconsiderava a preservação dos centros históricos das cidades,

---

<sup>38</sup>Segundo Kühl (2010), no Brasil, a **Carta de Veneza** é frequentemente mencionada, mas sua análise detalhada é relativamente escassa. Embora o Brasil tenha sido representado em Veneza, a discussão sobre o documento só ganharia mais destaque na década seguinte. Um momento significativo foi o curso de restauração e conservação de monumentos arquitetônicos realizado em 1974 pela FAU-USP, em colaboração com o Iphan e o Condephaat. Nesse curso, a **Carta de Veneza** era parte da bibliografia utilizada, e seu estudo foi ministrado por Hugues de Varine-Bohan (Kühl, 2010, p. 298, *apud* Mayumi, 2008, p. 148-155). No entanto, o arquiteto Fernando Machado Leal, também professor no curso, adotava uma abordagem contraditória ao definir restauração como “restaurar a edificação à sua forma original”, conforme documentado por ele e apresentado na publicação de Kühl (2010, p. 298). Ainda hoje, no Brasil, há uma notável dificuldade em interpretar o conteúdo da **Carta de Veneza** (Kühl, 2010, p. 298).

valorizando monumentos isolados, numa visão reducionista do patrimônio e do território urbano (Costa, 2012, p. 12).

E, nas definições, no Art.1º, já descreve que

[...] não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo (**Carta de Veneza**, 1964).

A avaliação da obra é fundamentada na interação dinâmica entre os elementos estéticos e históricos, o que requer uma abordagem que considera as especificidades de cada caso e evita generalizações simplistas. O processo de restauração é descrito como um “exercício crítico em prática” (Kühl, 2010, p. 295, *apud* Bonelli, 1995, p. 57), pois, após a fase crítica, segue-se a fase operacional, que se apresenta na obra como uma “hipótese crítica” (Kühl, 2010, p. 296, *apud* Brandi, 1954, p. 47.), reconhecendo assim que a intervenção é resultado do entendimento e da reflexão sobre um determinado período. Essa intervenção não deve comprometer futuras intervenções, uma vez que mudanças de contexto ou o desenvolvimento de técnicas mais apropriadas podem tornar necessárias – ou oportunas – novas intervenções (Kühl, 2010, p. 296).

As cartas em geral, e a **Carta de Veneza**, em particular, não são um receituário de utilização fácil, nem de relação mecânica de causa-efeito. Para poder utilizar suas proposições, que se equiparam a uma norma deontológica, é necessário compreender sua natureza, as discussões que estão em sua base, os modos como suas indicações foram apreendidas e incorporadas na prática ao longo do tempo, e, assim, poder interpretar esses postulados de maneira fundamentada, com rigor metodológico (Kühl, 2010, p. 289).

Ao analisar as especificidades que são reconhecidas em casos individuais, é fundamental compreender que “cada caso é único” em relação à estrutura da obra, aos materiais e às suas condições ao longo do tempo. No entanto, essa individualidade não deve ser interpretada como uma justificativa para ações arbitrárias. Para a preservação, a intervenção deve ser guiada por princípios fundamentais, em vez de regras rígidas, que devem

orientar o comportamento ético dos profissionais. O objetivo é distanciar o processo do campo da preservação de um empirismo simplista, e sim conectá-lo ao pensamento crítico e científico contemporâneo. Assim, a atuação no campo da preservação não parte mais de abordagens empiricamente orientadas, como anteriormente, mas sim de uma base ética e científica, aplicável a todas as formas de expressão cultural, antes de considerar as peculiaridades de cada obra individualmente (Kühl, 2010, p. 296).

Em 1975, houve um marco importante na sistematização dos princípios da conservação integrada, representado pela **Declaração de Amsterdã**. Este documento foi influenciado pelo êxito da intervenção em áreas históricas em Bolonha, onde viviam comunidades de baixa renda. A declaração foi o resultado do Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu, que ocorreu durante a reunião do Conselho da Europa no mesmo ano (Lacerda; Zancheti, 2012, p. 21).

Congresso enfatizou as seguintes considerações básicas:

- a) Para além do seu precioso valor cultural, o património cultural europeu proporciona aos seus povos a consciência da sua história comum e do seu futuro comum. A sua preservação é, portanto, uma matéria de grande importância.
- b) O património cultural inclui não só os edifícios individuais de excepcional qualidade e as suas envolventes, mas também todas as áreas das cidades ou das vilas com interesse histórico ou cultural.
- c) Como estes tesouros são propriedade comum de todos os povos da Europa, estes têm a responsabilidade conjunta de os protegerem contra os crescentes perigos de que estão ameaçados – negligência ou degradação, demolição deliberada, construção nova incongruente ou trânsito excessivo.
- d) No planeamento de uma cidade ou de um país a conservação arquitetónica deve ser considerada não como um assunto marginal, mas como um objetivo principal.
- e) As autoridades locais, a quem compete a maioria das decisões importantes sobre o planeamento, têm uma especial responsabilidade sobre a proteção do património cultural e devem se apoiar mutuamente através do intercâmbio de ideias e de informações.
- f) A reabilitação das áreas antigas deve ser concebida e executada de forma tal que garanta, onde possível, que não se necessite de uma alteração grave na composição social dos residentes e que todos os setores da sociedade possam partilhar dos benefícios dos restauros financiados pelos fundos públicos.
- g) Devem ser fortalecidas e tornadas mais eficazes, em todos os países, as necessárias medidas legislativas e administrativas.

h) Devem ser disponibilizados apoios financeiros adequados, pelas autoridades locais, e, de igual forma, devem ser disponibilizados apoio financeiro e alívio fiscal aos proprietários particulares como ajuda nos custos do restauro, da adaptação e da manutenção dos edifícios e das áreas com interesse arquitetônico e histórico.

i) O patrimônio cultural só conseguirá sobreviver se for apreciado pelo público e, em particular, pelas gerações mais novas. Os programas educacionais para todas as idades devem, portanto, prestar atenção redobrada a este assunto.

j) Devem ser encorajadas as organizações independentes – internacionais, nacionais e locais –, o que ajudará a potenciar o interesse público.

k) Como os edifícios de hoje vão ser o património de amanhã, devem ser feitos todos os esforços para se garantir que a arquitetura atual seja de elevada qualidade (**Declaração de Amsterdã, 1975**).

O Congresso emite um apelo abrangente direcionado a uma variedade de entidades, que incluem governos, parlamentos, instituições culturais e religiosas, organizações profissionais, setores comerciais e industriais, associações independentes e cidadãos individuais. O propósito deste apelo é solicitar o apoio integral para os princípios delineados na **Declaração** e assegurar que todas as partes envolvidas se empenhem ao máximo para a sua implementação (**Declaração de Amsterdã, 1975**).

A partir das suas deliberações, o Congresso apresentou suas conclusões e recomendações:

A menos que seja urgentemente implementada uma nova política de proteção e de conservação integrada, a nossa sociedade irá, brevemente, ver-se obrigada a desistir do seu patrimônio de edifícios e sítios que formam o seu ambiente tradicional. Atualmente é necessária proteção para as cidades históricas, para os bairros antigos das cidades, vilas e aldeias que tenham um carácter tradicional, assim como para os parques e jardins. A conservação destes complexos arquitetônicos só pode ser concebida numa perspectiva ampla, abrangendo todos os edifícios com valor cultural, desde o maior até ao mais humilde – não esquecendo os construídos nos nossos próprios dias – em conjunto com as suas envolventes. Esta proteção global deve complementar o prato de resistência que é a proteção dos monumentos e sítios individuais e isolados (**Declaração de Amsterdã, 1975**).

Já a **Carta de Washington** aborda especificamente as cidades, independentemente do seu tamanho, e os seus centros históricos ou bairros, destacando o seu valor tanto como

registros históricos quanto como expressões dos princípios das antigas civilizações urbanas. No entanto, esses locais enfrentam ameaças como degradação, desorganização ou até mesmo destruição, muitas vezes devido a um planejamento urbano que surgiu durante a industrialização e que afeta atualmente todas as sociedades ao redor do mundo (**Carta de Washington, 1987**).

Este novo documento complementa a **Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios de Veneza**, elaborada em 1964. Ele estabelece princípios, objetivos, métodos e ferramentas para preservar a qualidade das cidades históricas. O objetivo é promover a harmonia na vida individual e social e preservar todos os tipos de bens, mesmo os mais simples, que representam a memória da humanidade (**Carta de Washington, 1987**).

#### Princípios e objetivos

A salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, e ser considerada nos planos de ordenamento e de urbanismo a todos os níveis.

Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, em especial:

- a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária;
- as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres;
- a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
- as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem;
- as vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história;
- qualquer ataque a estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica (**Carta de Washington, 1987**).

Dessa forma, essa ampliação conceitual abriu caminho para que as iniciativas de preservação incorporassem abordagens e ideias da arqueologia industrial, dando origem a um campo vasto de estudo: *o patrimônio industrial*<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup>“Quando nos deparamos com conceitos em publicações referentes ao patrimônio industrial, notamos uma recorrência constante a estudos relacionados à Arqueologia Industrial. Somente a partir dos anos 1950-1960 é que surgem os primeiros textos relacionados a esse tema, motivados pela “historiografia social, do trabalho,

### 3.1.1 O patrimônio industrial

Desde o surgimento dos primeiros debates a respeito dos artefatos industriais<sup>40</sup> como testemunhas relevantes do passado, houve uma consolidação do campo disciplinar dedicado à conservação e à valorização dessas estruturas. Os conceitos associados a esse campo são objeto de discussões em uma variedade de grupos envolvidos em seu estudo e proteção.

A ponderação sobre a demora em valorizar o legado industrial no Brasil deve considerar que os ciclos de industrialização e desindustrialização em países em desenvolvimento desenrolam-se em fases mais tardias em comparação com as nações desenvolvidas. A ascensão da industrialização no Brasil só se evidenciou a partir de 1930, enquanto os impactos da desindustrialização só se fizeram verdadeiramente sentir nas décadas de 1980 e 1990 (Morais, 2017, p. 49). O Brasil “abordou apenas recentemente a necessidade de preservação do patrimônio industrial, principalmente devido à desintegração de grandes plantas industriais e à destruição de habitações, armazéns e outros símbolos do período industrial” (Meneguello, 2006, p.1).

A partir da década de 1930, as demais regiões passariam a ter uma expansão industrial bastante condicionada. Os segmentos que mais cresceriam seriam os vinculados à complementação industrial da economia paulista. A “periferia” jamais conseguiria ativar suas forças endógenas para romper esse quadro. Tal ruptura somente poderia se dar através de uma ação maior do Estado (Morais, 2017, p. 49, *apud* Cano, 1985, p. 256).

A vasta extensão das áreas ocupadas por antigas indústrias é um dos principais desafios contemporâneos que as iniciativas de valorização enfrentam. O patrimônio

---

econômica, das ciências da técnica e da arquitetura, com vinculações à antropologia e à sociologia” (Kühl, 2008, p. 37-38). Nas décadas de 1970 e 1980, foram necessárias discussões sobre a conceituação de Arqueologia Industrial [definições: “o que é atividade industrial, o recorte cronológico e a expressão *arqueologia industrial*” (Kühl, 2021, p. 41)], em que vários autores estabeleceram uma compreensão de forma ampliada, ligada às fases do passado por meio das manifestações humanas, cujo objetivo seria a preservação do patrimônio industrial (Kühl, 2021, p. 42). Segundo Kühl, a discussão amadureceu e interpretou-se que Arqueologia Industrial é um campo temático e não deve ser apreendido como uma disciplina autônoma, sendo um tema multidisciplinar que exige colaboração de várias áreas do saber e “deve calcar-se em referenciais teórico-metodológicos de diversos âmbitos” (Kühl, 2021, p. 41-42; Ranolfi, 2022, p. 47).

<sup>40</sup>A mudança do olhar sobre os vestígios industriais emergiu a partir do confronto com o seu desaparecimento na Europa, na segunda metade do século XX. A devastação da Segunda Guerra Mundial e o fenômeno da desindustrialização provocaram, por um lado, a obliteração e, por outro, a valorização das marcas da industrialização europeia (Rosa, 2011, p. 1).

industrial, ou seja, todos os bens materiais e imateriais resultantes da industrialização, foi de extrema importância para o desenvolvimento do mercado econômico e tecnológico nacional e internacional. Entretanto, com a substituição do sistema ferroviário pelo rodoviário, as infraestruturas e os equipamentos que eram ligados às ferrovias foram abandonados, assim como todo o seu significado histórico para o desenvolvimento do país, com pouca ou, em alguns casos, sem nenhuma previsão de aplicabilidade no cotidiano contemporâneo (Rufinoni, 2013, p. 14).

A questão das antigas áreas urbanas industriais desativadas ou subutilizadas e a dos novos cenários a serem buscados para a sua valorização são temas que vêm assumindo significativa representatividade no panorama das políticas de desenvolvimento urbano em diversos países e em diferentes escalas (Rufinoni, 2013, p. 15).

Rufinoni (2013, p. 15) afirma que essas áreas industriais desativadas não poderiam passar despercebidas com as transformações urbanas contínuas e aceleradas que persistem.

Correia (2010, p. 7) diz que existem diversos fatores para que o desmonte das indústrias e vilas industriais ocorra.

Ao contrário do que sugere parte da bibliografia sobre o tema, a construção destas vilas e núcleos no Brasil não foi um fenômeno específico ao início da industrialização: tanto antecede este momento quanto continua a ocorrer ao longo do século XX. No país, construção de moradias por patrões para seus empregados e escravos é anterior à emergência da indústria moderna, remontando ao período da colonização portuguesa, quando ocorre em fazendas, engenhos de açúcar e empreendimentos de mineração. Esta ação teve continuidade ao longo do século XIX, sobretudo, através da ação de engenhos e usinas de açúcar, de empresas de mineração, de fábricas têxteis, de ferro e de pólvora e de companhias ferroviárias. Com a emergência e difusão da indústria moderna, entretanto, esta prática ganha novos contornos: aumenta em termos quantitativos; modifica sua configuração espacial; o modelo de habitat se altera; e a ação patronal se amplia, incorporando com frequência a criação de igrejas, escolas, clubes, armazéns de consumo, cinemas etc. (Correia, 2010, p. 6).

Os fatores que desencadeiam o desmonte são diversos. Um fator importante tem sido o encerramento das atividades de empresas, pela falência de indústrias ou pela exaustão de jazidas exploradas por mineradoras. Outros fatores importantes estão relacionados a demandas específicas de empresas, tais como necessidades de áreas para a expansão de fábricas ou de áreas de mineração. Decisões políticas externas – como a Lei do Inquilinato ou a conversão do núcleo residencial em sede de

município – também estiveram associadas a alguns casos de desmonte. Outro fator importante de desmonte é o redirecionamento da produção, através de ações como a terceirização de segmentos da produção, mudanças nos processos produtivos que envolvam a desmobilização de parte da mão de obra, ou alterações de ordem administrativas, algumas vezes relacionadas com a venda ou privatização de empresas. Mudanças no contexto urbano – especialmente a valorização imobiliária dos terrenos ocupados pelas casas – têm se revelado uma causa importante de decisões de venda ou demolição de vilas operárias. Lutas políticas e conflitos sociais envolvendo a empresa, os moradores e lideranças políticas e sindicais também influíram em algumas trajetórias de desmonte (Correia, 2010, p. 7).

Considerando a ampliação do conceito do patrimônio, muitos edifícios e espaços urbanos começaram a ser valorizados tanto por sua estética quanto por sua importância emblemática para a paisagem urbana. Essas ponderações voltaram-se também para o interesse no patrimônio industrial e, segundo Rufinoni (2013, p. 187), essa ampliação tornou-se um “monumento coletivo”. Muitos historiadores, arquitetos, pesquisadores e arqueólogos, ao analisar os documentos internacionais e todo o contexto histórico advindo desses “monumentos coletivos”, empenharam-se em instaurar discussões de métodos para a proteção do patrimônio industrial.

O primeiro congresso dedicado à temática industrial foi realizado em 1973, em Ironbridge, Inglaterra. Esse grupo de acadêmicos, no subsequente encontro de 1978, foi encarregado de estabelecer o Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage – TICCIH), cuja influência se espalhou globalmente, organizando congressos tanto nacionais quanto internacionais e colaborando com diversas entidades regionais na preservação do patrimônio industrial (Andreotti, 2015, p. 83).

Houve um aumento significativo no interesse pelo patrimônio industrial, o que foi evidenciado pela elaboração da **Carta de Nizhny Tagil**, em 2003, pelo TICCIH. Neste documento, são discutidos definições, valores e a importância da identificação do patrimônio industrial, bem como a necessidade de proteção legal. Além disso, são apresentadas diretrizes sobre intervenções, abordando questões como manutenção e conservação (Rodrigues; Camargo, 2010, p. 149).

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (Carta de Nizhny Tagil, 2003).

Em 28 de novembro de 2011, durante a 17ª Assembleia Geral do - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), foram estabelecidos os **Princípios de Dublin** e a nova definição de “patrimônio industrial”. Os objetivos desse conjunto de princípios estão alinhados com os conceitos estabelecidos desde a Revolução Industrial até o mundo contemporâneo. Esse período foi caracterizado pelo avanço e uso de tecnologias e processos relacionados a produção, transporte, geração de energia, comércio internacional e mudanças nos padrões sociais e culturais. O principal interesse é compreender e preservar essa evolução e suas influências ao longo do tempo (**Princípios de Dublin, 2011**).

Reconhecendo as características únicas do patrimônio industrial e as várias questões e ameaças que ele enfrenta devido à sua interação com os contextos legais, culturais, ambientais e econômicos contemporâneos, o Icomos e o TICCIH expressam o desejo de intensificar mútua colaboração. Eles buscam adotar e promover a disseminação dos seguintes Princípios, com o objetivo de auxiliar na documentação, proteção, conservação e valorização do patrimônio industrial, reconhecendo-o como parte integrante do legado das sociedades humanas em todo o mundo.

1. Definição: O patrimônio industrial compreende sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens assim como maquinaria, objetos ou documentos relacionados que fornecem evidências dos processos de produção industrial passados ou em desenvolvimento, da extração de matéria-prima, de sua transformação em bens de consumo, das infraestruturas de transporte e de energia relacionadas. O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matéria-prima, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para outros mercados. Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral.

2. Os sítios de patrimônio industrial são muito diversificados em termos de função, projeto e evolução. Muitos são representativos de processos e tecnologias, assim como de condições regionais ou históricas, enquanto outros constituem grandes realizações de alcance global. Outros são complexos industriais com operações distribuídas em diferentes lugares ou são sistemas cujos componentes são interdependentes frequentemente de tecnologias e períodos históricos diferentes. O significado e o valor do patrimônio industrial são intrínsecos aos próprios sítios e estruturas, seu material construtivo, componentes, maquinaria e disposição, expressos na paisagem industrial, em documentos textuais e também nos registros intangíveis contidos nas memórias, nas artes e nos costumes.

*I – Documentar e entender estruturas, sítios, áreas e paisagens industriais e seus valores*

3. Pesquisar e documentar estruturas, sítios e paisagens industriais e maquinaria, equipamento, registros ou aspectos intangíveis relacionados são essenciais para a sua identificação, conservação e reconhecimento de seu significado e valor patrimonial. As habilidades e os conhecimentos humanos envolvidos em antigos processos industriais são recursos extremamente importantes para a conservação e devem ser considerados no processo de avaliação patrimonial.
4. A pesquisa e a documentação de sítios e estruturas do patrimônio industrial devem contemplar suas dimensões históricas, tecnológicas e socioeconômicas para oferecer uma base integrada para sua conservação e sua gestão, sendo necessária uma abordagem interdisciplinar sustentada por pesquisas interdisciplinares e programas educativos para identificar o significado de sítios e estruturas de patrimônio industrial. Diversas fontes de conhecimento e informação devem ser utilizadas, incluindo coleta de campo e registro, investigação histórica e arqueológica, análise de material e paisagem, história oral e/ou pesquisa em arquivos públicos, de empresas ou privados. A pesquisa e preservação de registros documentais, arquivos de empresas, plantas de edifícios e exemplares de produtos industriais devem ser incentivadas. A avaliação e análise de documentos devem ser realizadas por um especialista da respectiva área industrial para determinar seu significado patrimonial. A participação das comunidades e de outras partes interessadas também é uma parte essencial dessa atividade.
5. É necessário um conhecimento profundo da história industrial e socioeconômica de uma área ou país, assim como de suas relações com outras partes do mundo, para compreender o significado de sítios ou estruturas de patrimônio industrial. Contextos industriais particulares, estudos tipológicos ou regionais, com um componente comparativo, dirigidos a setores ou tecnologias-chave são muito úteis no reconhecimento dos valores patrimoniais inerentes a estruturas, sítios, áreas ou paisagens individuais, devendo ser acessíveis ao público, aos acadêmicos e gestores para buscas e consultas.

*II – Assegurar uma efetiva proteção e conservação de estruturas, sítios, áreas e paisagens de patrimônio industrial*

6. Políticas apropriadas e medidas legais e administrativas precisam ser adotadas e adequadamente implementadas para proteger e assegurar a conservação de sítios e estruturas de patrimônio industrial, incluindo sua maquinaria e documentos. Essas medidas devem contemplar a estreita relação entre patrimônio industrial, produção industrial e economia, especialmente no que se refere a regras para empresas e investimentos, transações comerciais ou propriedade intelectual, tais como patentes e normas aplicáveis a operações industriais ativas.
7. Inventários integrados e listas de estruturas, sítios, áreas e paisagens, sua disposição e objetos, documentos, desenhos e arquivos associados ou patrimônio intangível devem ser desenvolvidos e utilizados como parte dessas políticas efetivas de conservação e gestão e medidas de proteção. Esses bens devem receber um reconhecimento legal, conservação e gestão adequadas para assegurar que seu significado, integridade e autenticidade sejam mantidos. No caso de patrimônio industrial identificado por meio de descoberta fortuita, deve-se conceder uma proteção temporária até que seja possível realizar a pesquisa e documentação patrimonial de modo adequado.
8. No caso de estruturas ou sítios industriais ativos de significado patrimonial, deve-se reconhecer que seu uso e funcionamento contínuo podem conter parte de seu significado patrimonial e oferecer condições adequadas para sua sustentabilidade física e econômica como instalações de produção ou extração ativas. Suas características técnicas específicas devem ser respeitadas ao se implementar as regulamentações atuais, tais como códigos de construção, exigências ambientais ou estratégias de redução de risco para lidar com ameaças de origem natural ou humana.
9. Medidas de proteção devem ser aplicadas a edifícios e seu conteúdo visto que a totalidade do conjunto e sua integridade funcional são especialmente importantes para o significado das estruturas e dos sítios de patrimônio industrial. Seu valor patrimonial pode ser gravemente ameaçado ou reduzido se a maquinaria ou outros componentes importantes forem removidos ou se elementos subsidiários que formam parte do todo forem destruídos. Meios legais e administrativos devem ser desenvolvidos para possibilitar que as autoridades respondam rapidamente ao fechamento de sítios e complexos de patrimônio industrial em operação de modo a evitar a remoção ou destruição de elementos significativos, tais como maquinaria, objetos industriais e documentos relacionados.

### III – *Conservar e manter estruturas, sítios, áreas e paisagens de patrimônio industrial*

10. O uso original ou sua readequação é o modo mais frequente e geralmente mais sustentável de assegurar a conservação de estruturas e sítios de patrimônio industrial. Os novos usos devem respeitar os materiais significativos, componentes e padrões de circulação e atividade. É necessário um conhecimento especializado para assegurar que o significado patrimonial seja considerado e respeitado na

gestão do uso sustentável de estruturas e sítios de patrimônio industrial. As normas de construção, exigências de segurança, normas ambientais ou industriais e outras regulamentações devem ser adequadamente implementadas nas intervenções físicas, levando em consideração as dimensões patrimoniais.

11. Sempre que possível, as intervenções físicas devem ser reversíveis, respeitar o valor temporal e marcas ou traços significativos. As alterações devem ser documentadas. A reversão a um estado anterior conhecido é aceitável em circunstâncias excepcionais com fins educativos, devendo ser baseada em documentação e pesquisa exaustiva. A desmontagem e realocação apenas são aceitáveis em casos extraordinários, em que necessidades econômicas ou sociais imprescindíveis e objetivamente comprovadas exigem a destruição do sítio.
12. Em caso de iminente obsolescência, desativação e/ou adaptação de estruturas e sítios de patrimônio industrial, os processos devem ser registrados, incluindo, por exemplo, onde os componentes têm de ser demolidos e a maquinaria removida. Tanto sua forma material quanto seu funcionamento e localização, como parte dos processos industriais, devem ser exaustivamente documentados. Os relatos orais e/ou escritos de pessoas ligadas aos processos de trabalho também devem ser coletados.

*IV – Apresentar e difundir as dimensões e os valores de estruturas, sítios, áreas e paisagens industriais para aumentar a conscientização pública e empresarial e apoiar treinamentos e pesquisas*

13. O patrimônio industrial é uma fonte de aprendizado que precisa ser difundida em suas múltiplas dimensões. Ilustra aspectos importantes da história local, nacional e internacional e as interações através dos tempos e das culturas. Demonstra a capacidade criativa relacionada aos avanços científicos e tecnológicos, assim como aos movimentos sociais e artísticos. A conscientização e a compreensão pública e empresarial sobre o patrimônio industrial são meios importantes para o sucesso de sua conservação.
14. Programas, equipamentos e outros recursos – como visita a sítios ativos de patrimônio industrial e a apresentação de suas operações, relatos e patrimônio intangível associados a sua história, maquinaria e processos industriais, museus industriais ou de cidades e centros de interpretação, exposições, publicações, *websites*, itinerários regionais ou transfronteiriços – devem ser desenvolvidos e mantidos como meios de promover a conscientização e a valorização do patrimônio industrial em toda sua riqueza de significados para as sociedades contemporâneas. O ideal é que estejam localizados nos próprios sítios patrimoniais onde se deu o processo de industrialização e nos quais podem ser mais bem difundidos. Sempre que possível, as instituições nacionais e internacionais da área de pesquisa e conservação do patrimônio devem ser autorizadas a usá-los como recursos educacionais para o público em geral e para as comunidades de profissionais (**Princípios de Dublin, 2011**).

De acordo com Meneguello (2011, p. 181-182), essa definição de patrimônio industrial vai além dos vestígios diretamente relacionados à unidade produtiva, como edifícios e maquinário, incluindo também uma ampla gama de outros locais associados à indústria, como vilas operárias, escolas de formação de aprendizes, sedes de sindicatos e clubes. Meneguello continua e explica que, nos estudos relacionados ao patrimônio industrial, é importante considerar a memória do trabalho e dos trabalhadores, que engloba o conhecimento das técnicas, rotinas de produção, organização e interações sociais dentro e fora do ambiente de trabalho; o estabelecimento e a preservação de acervos, tanto documentais quanto de ferramentas e maquinário, uma vez que estes representam registros importantes da cultura material e fornecem documentação para pesquisas futuras; e a presença das edificações industriais na paisagem urbana, considerando a escala desse patrimônio e os desafios relacionados à sua subutilização ou abandono, os quais se tornam questões urbanas fundamentais.

No entanto, mesmo com os novos referenciais conceituais, é ainda pouco comum encontrar processos de preservação que abarquem uma diversidade tão ampla de regras e informações. Especificamente em relação aos espaços fabris urbanos, é frequente observar a mutilação de partes das edificações e a dispersão ou até mesmo destruição dos acervos mantidos ali, resultando muitas vezes na preservação apenas do edifício principal e da chaminé como testemunhas desses conjuntos industriais. Uma análise da atuação do Condephaat na proteção desses espaços fabris urbanos pode indicar certos limites da ação preservacionista e as discrepâncias entre as discussões teóricas e a capacidade de intervenção dos órgãos de preservação (Mourão Júnior, 2021, p. 7).

Ao longo da história do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat-SP), percebemos, em passos lentos, um gradual reconhecimento da complexidade envolvida na preservação de bens industriais. Esse reconhecimento tornou-se mais evidente a partir dos anos 1980, apesar dos desafios relacionados às limitações do processo de tombamento, concebido, originalmente, para proteger edifícios isolados. Estudos sobre a atuação desse órgão indicam uma progressiva expansão conceitual nas políticas de preservação a partir desse período. Isso inclui discussões

sobre novas categorias de proteção, reconhecendo o patrimônio como um fenômeno cultural centrado nas ações humanas de preservação. Além disso, há uma crescente atenção ao ambiente construído, considerando-o não apenas como um artefato cultural, mas também como um espaço que molda e é moldado pelas relações sociais (Rufinoni, 2019, p. 48).

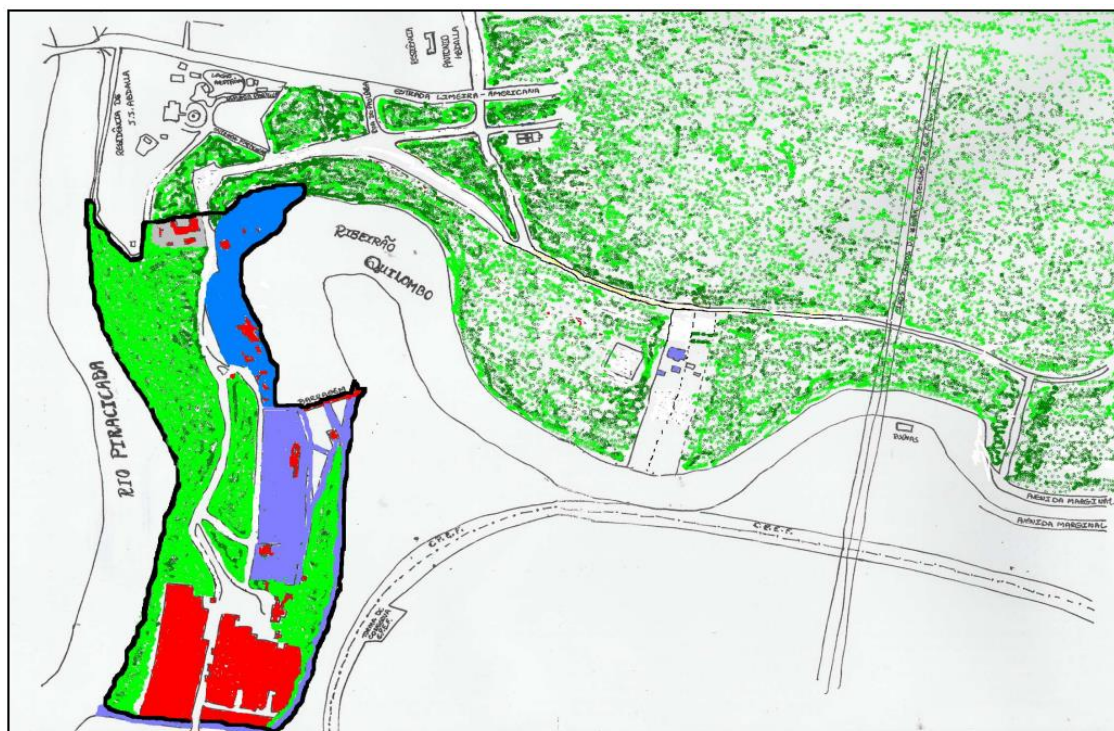
Portanto, a trajetória do Condephaat-SP reflete não apenas a evolução das políticas de preservação do patrimônio industrial, mas também uma mudança fundamental na compreensão do patrimônio como um todo. A abertura conceitual observada nos estudos de preservação, no início da década de 1980, com a solicitação para a preservação do bairro Carioba em Americana-SP, demonstra um movimento em direção a uma visão mais inclusiva, que reconhece o patrimônio como um bem cultural dinâmico, enraizado nas ações humanas e nas interações sociais. Esse progresso cria uma importante transformação na maneira como é visto e valorizado o legado cultural, proporcionando uma base sólida para futuras iniciativas de preservação.

### **3.1.2 A preservação do bairro Carioba**

A Fábrica de Tecidos Carioba foi desmantelada em 1976 e teve sua Vila Operária em grande parte demolida nos anos 1980. A dinâmica intraurbana de Americana durante as décadas de 1940 e 1950 foi influenciada pela modernização do Brasil no período pós-guerra. A introdução da produção em larga escala, práticas gerenciais padronizadas e avanços na tecnologia dos materiais resultaram na obsolescência da Fábrica de Tecidos Carioba, já que suas atividades não mais contavam com o respaldo da elite local. Esse processo contribuiu para a segregação e o declínio da Fábrica. As terras foram eventualmente divididas em lotes que serviram como compensação para os trabalhadores, e a Vila Operária foi demolida em apenas dois meses (Mestre, 2007, p. 104).

Na Figura 47, observa-se o mapa do bairro Carioba após a demolição. No mapa, a área contornada em preto representa o patrimônio municipal de Americana. A área em verde corresponde ao território demolido; a área em vermelho indica o complexo industrial e algumas residências ainda existentes; e a área em azul demarca o Ribeirão Quilombo.

**Figura 47.** Mapa do bairro Carioba após a demolição.



Fonte: Câmara Municipal de Americana. *Apud* Stock, 2009, p. 131.

Falando diretamente sobre o bairro industrial Carioba de Americana-SP, o jornal **O Liberal** noticiou que a Prefeitura de Americana enviou uma solicitação ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), buscando a autorização para o tombamento (**O Liberal**, 18 fev. 1980, p. 1).

O Projeto de Lei n. 536/1980, que “dispõe sobre o tombamento, como monumento histórico do Estado de São Paulo, da Vila Industrial do bairro Carioba, em Americana”, teve o seguinte andamento: em 21/11/1980, foi publicado no **Diário da Assembleia**; em 4/12/1980, foram publicados os pareceres favoráveis n. 1.983/1980, da Comissão de Constituição e Justiça, e 1.984/1980, da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia; em 5/5/1981, publicado o autógrafo n. 15.658, que tombou Carioba; em 21/1/1981, publicada mensagem do governador do Estado com veto total; em 5/6/1981, publicado o parecer n. 625/81, da Comissão de Constituição e Justiça, contra o Projeto de Lei; e, em 7/8/1981, publicado, no

**Diário Oficial**, à página 32, o despacho que rejeitou o Projeto de Lei e manteve o veto, por decurso de prazo, nos termos do parágrafo 5º do art. 26 da Constituição do Estado (Stock, 2009, p. 98).

A seguir, o veto do Governador Paulo Salim Maluf, que foi nomeado pelo regime militar.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI n. 536, de 1980 (mensagem n. 54 do Sr. Governador do Estado)

São Paulo, 20 de maio de 1981.

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento dessa nobre Assembleia, por intermédio de vossa Excelência, que, fazendo uso da competência a mim conferida pelo artigo 34, inciso III, combinado com o artigo 26 da Constituição do Estado, resolvo vetar totalmente o Projeto de Lei n. 536, de 1980, aprovado conforme Autógrafo n. 15638, que me foi encaminhado, por entendê-lo inconstitucional, em face das razões que passo a expor.

Determina a propositura, seja tombada, como monumento histórico do Estado, a Vila Industrial do bairro Carioba, no Município de Americana.

Assim o fazendo, a medida infringe o princípio da Independência e Harmonia entre os Poderes – inscrito no artigo 6º da Constituição Federal –, pois cuida de matéria que se insere na competência própria e exclusiva do Poder Executivo.

O tombamento, como limitação administrativa ao direito de propriedade que é, está sujeito à disciplina normativa do Poder Legislativo, que estabelece os limites dentro dos quais, a atuação governamental será considerada legítima. Dito de outra forma, o tombamento, embora ato administrativo, mantém estreitas relações com o direito civil, pois afeta na essência o direito de propriedade, que deixa de ser exercido na sua plenitude. Por essa razão, subordina-se aos princípios estabelecidos na lei federal – o Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937 – conforme, aliás, o determina a legislação estadual, através do artigo 133 do Decreto n. 13426, de 16 de março de 1979, repetindo igual norma inserida no artigo 11 do Decreto sem número, de 19 de dezembro de 1969.

Não obstante definidos por lei os preceitos norteadores do tombamento, a sua aplicação, em cada caso concreto, constitui atribuição do Poder Executivo que, se atua discricionariamente ao apreciar a conveniência e a oportunidade da medida, vincula-se a estritos critérios legais para a qualificação de um bem sendo de valor histórico ou artístico.

Nem é por outra razão que, no sistema jurídico vigente, o ato de tombamento é precedido de manifestação de órgão técnico especializado, competente para proceder à precisa qualificação do bem, segundo a valorização definida aprioristicamente pelo legislador. Com efeito, o conceito, *lato sensu*, do bem cultural a ser preservado pressupõe a análise de múltiplos elementos que compreendem desde a natureza que circunda o homem, até as obras por ele construídas ao abrigo do tempo, representativas das várias fases da evolução da comunidade. A escolha de que deve ser preservado decorre de pesquisa exigente e resulta de seleção ou amostragem típica dos bens mais expressivos das várias épocas, já que seria impossível a conservação de todas as obras arquitetônicas.

Por esses motivos, o Decreto-Lei federal n. 25, de 1937, atribuiu ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – competência para ajuizar do valor dos bens móveis ou imóveis, para fins de qualificá-los como patrimônio histórico e artístico nacional. Idênticos fundamentos conduziram o constituinte estadual a determinar que o Estado manterá o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, na forma que a lei estabelecer (Constituição Paulista, artigo 129).

A Lei n. 10247, de 22 de outubro de 1968, que regulou a matéria relativa à proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e monumental, editada em cumprimento dos artigos 128 e 129 da Constituição Estadual, conferiu ao referido Conselho a atribuição de propor às autoridades competentes o tombamento de bens.

Assim, o próprio Poder Executivo, em cuja área se insere a competência de defender o patrimônio histórico, artístico e cultural, não deverá exercê-la sem iniciativa do órgão técnico criado pela Constituição do Estado. Isto por que – permito-me sublinhar – a atribuição de valor histórico ou artístico a um bem não é atividade administrativa discricionária e sim vinculada, adstrita a critérios legais.

Resulta, por conseguinte, evidente a inconstitucionalidade da propositura, pois a matéria de que trata se situa fora da competência do Legislativo.

Aliás, o Supremo Tribunal Federal, de longa data, já consagrou entendimento no sentido de poder o Judiciário invalidar o ato de tombamento, uma vez demonstrado, por prova inconteste, de que o bem não constitui valor histórico ou artístico que justifique providência dessa natureza.

Pelas mesmas razões antes expostas, essa nobre Assembleia houve por bem acolher o veto oposto ao Projeto de Lei n. 636, de 1975, que decretava o tombamento da Igreja Matriz de São João Batista, em Bocaina, tendo reconhecido, no Parecer n. 297, de 1979, da Comissão de Constituição e Justiça, a procedência das alegações do Executivo quanto à inconstitucionalidade da propositura.

São esses, Senhor Presidente, os motivos que me levam a vetar o Projeto de Lei n. 536, de 1980, em que pesem os elevados propósitos do seu ilustre autor.

Devolvendo, assim, a matéria ao reexame dessa nobre Assembleia, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO SALIM MALUF

Governador do Estado.

(Stock, 2009, p. 100)

É fundamental destacar que foi a própria população que expressou o desejo de preservação do conjunto, evidenciando assim o forte apoio popular à iniciativa de tombamento. Assim, diante do valor inquestionável do local, das boas condições físicas e da mobilização da opinião pública, a recomendação da Diretoria do Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR) para a preservação de Carioba pelo poder municipal foi prontamente aceita pela presidência, sem submeter o assunto a discussão no Conselho, resultando no seu arquivamento em 09/3/81. (Processo de Tombamento n. 23132 de 1984, vol. II. Condephaat).

Ainda segundo informações contidas no Processo, salvo uma ou outra depredação, o magnífico conjunto fora preservado a despeito da desativação da Fábrica de Tecidos Carioba ocorrida no início da década de setenta.

Quando o processo de tombamento ocorreu, o Condephaat documentou o território em questão. Esse levantamento compõe a criação de um arquivo fotográfico que visava registrar as características e os elementos históricos, arquitetônicos e culturais do local.

**Figuras 48 a 51.** Áreas fotografadas pelo Condephaat

**Figura 48**



Figura 49



Figura 50



**Figura 51**

Fonte: Processo de Tombamento n. 23132 de 1984, vol. II. Condephaat.

Em 1984, por meio do processo número 23132/84, houve a abertura do Processo de Tombamento. Em 1993, a Prefeitura Municipal de Americana solicitou ao Secretário de Cultura do Estado de São Paulo, Adilson Monteiro Alves, o pedido “para salvarmos essa parcela da nossa identidade cultural” (Processo n. 23132 de 1984, vol. II. Condephaat-SP, p. 24), relatando a “ameaça de perder o Casarão do Carioba”. E finalmente, em 2013, o Condephaat-SP tombou o Complexo Industrial Carioba no município de Americana, por meio da Resolução 21 de 09/05/2013, com inscrição número 400, na página 118 do registro. O perímetro composto pelo conjunto dos edifícios tombados é definido pela altura do número 1600 da Avenida Carioba, às margens do Ribeirão Quilombo e às margens do Rio Piracicaba, abrangendo o terreno de propriedade da Prefeitura Municipal. Os edifícios e locais incluídos no tombamento são<sup>41</sup>:

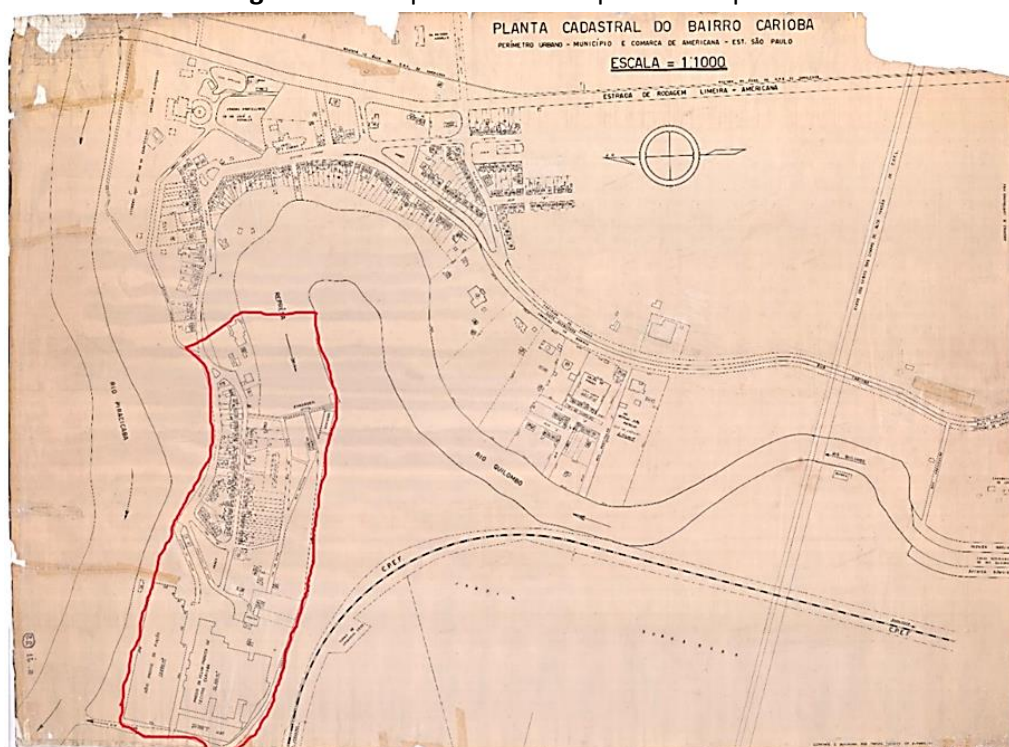
- Igreja, Av. Carioba s/n;
- Indústria Fiomatex, antiga Fábrica de Fitas e Elásticos Quilombo S/A, Av. Carioba, s/n;
- Antigo grupo escolar (c. 1921), Av. Carioba, 1600;
- Antiga sede da Associação de Mútuo Socorro, Av. Carioba, 113;

---

<sup>41</sup>Informação disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/complexo-industrial- carioba/>

- Residência Hermann Müller, incluindo casa do caseiro, antiga garagem e antigo celeiro, tratamento paisagístico da piscina, área do orquidário municipal e implantação dos edifícios existentes no terreno, Av. Carioba, 2001;
- Remanescente de residência do conjunto da Vila Operária, Rua da Represa, 89;
- Açougue e caixa d'água, Av. Carioba, s/n;
- Usina Cariobinha (formada pela barragem, Casa de Força, Decantador e residência) [1935], Estrada da Represa, s/n;
- Conjunto de galpões de fábricas têxteis, Av. Carioba, s/n.

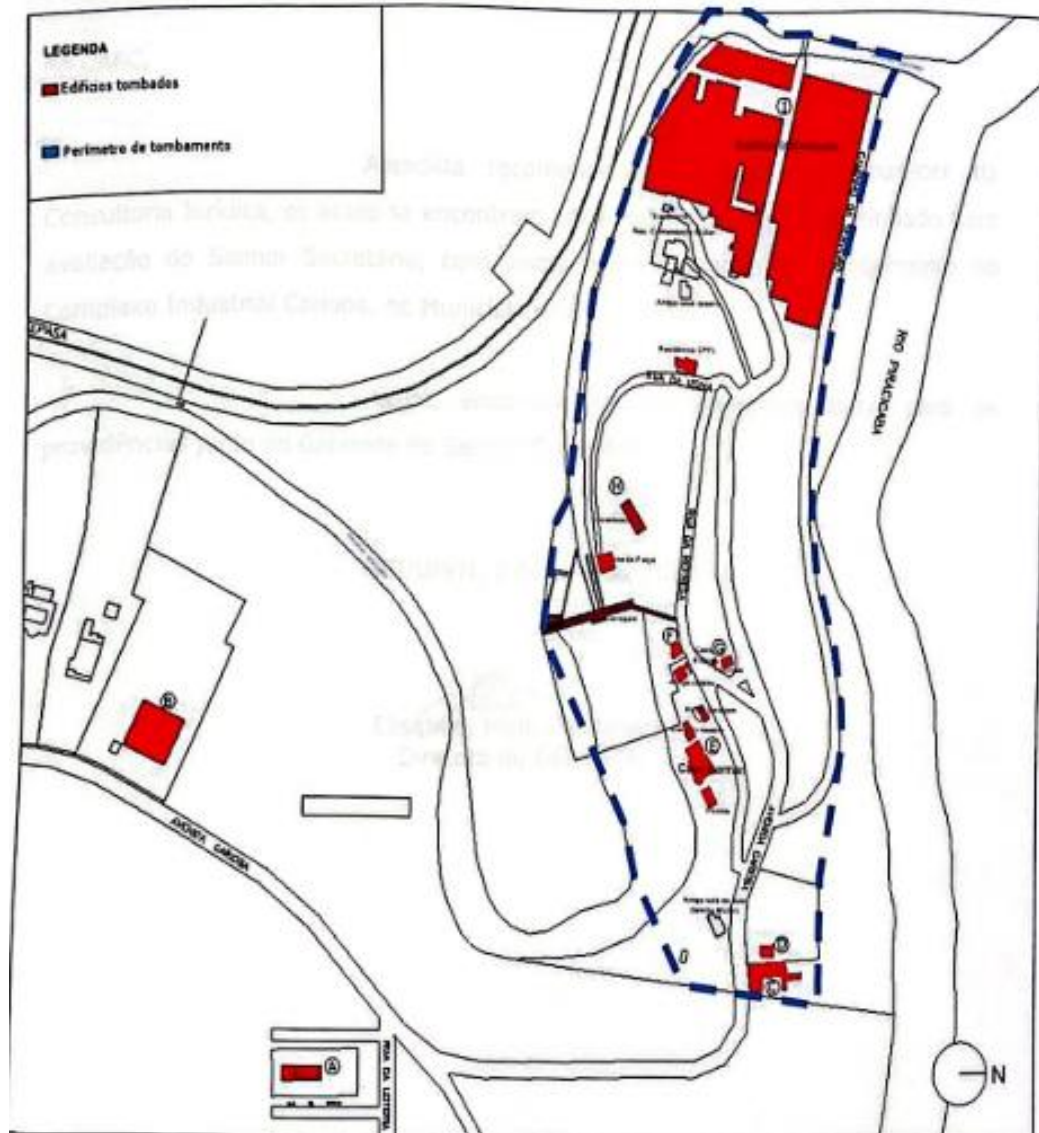
**Figura 52.** Complexo tombado pelo Condephaat



Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Americana-SP.

Figura 53. Complexo tombado pelo Condephaat

**Anexo I - Delimitação do perímetro de tombamento e edifícios tombados**



GEI/UPPH, 3 de abril de 2013.

  
 Elisabete Mitiko Watanabe  
 Diretora do GEI/UPPH

Página 5 de 5

### 3.2 A trajetória da salvaguarda e a atual situação de Carioba

A Resolução SC 021, de 09/05/2013<sup>42</sup>, dispõe sobre o tombamento do Complexo Industrial Carioba, no Município de Americana e considera

[...] as manifestações constantes do Processo Condephaat 23132/1984, o qual foi apreciado pelo Colegiado do Condephaat em Sessão Ordinária de 25-10-2010, Ata 1601, cuja deliberação foi favorável ao tombamento do Complexo Industrial Carioba, no município de Americana, sendo a minuta de Resolução de Tombamento também aprovada por aquele Conselho, na referida sessão; que o Complexo Industrial da Carioba foi construído no final do século XIX. Com a venda da fábrica aos ingleses em 1882, a indústria cresce e iniciam as obras para a construção da vila operária. A fábrica é fechada durante o período de 1896 a 1901 quando é reaberta pela firma Rawlinson Müller e prospera até a década de 1940; que configura como umas das primeiras indústrias têxteis no Estado de São Paulo; que reflete o sistema paternalista industrial presente na organização das vilas operárias, no qual a patronagem figura como elemento de organização das atividades de trabalho; que está vinculada diretamente à produção agrícola do algodão, demonstrando que não foi apenas da produção do café que São Paulo prosperou; que reflete a parte da cultura imigrante vinda ao Brasil no início do século XX, especialmente a alemã, e como esta imigração se torna a principal empreendedora industrial no Estado; que sintetiza a vida industrial através dos equipamentos que ali foram construídos, concentrando inúmeros serviços para atendimento de sua população, como os relativos à educação, à manutenção da saúde e ao lazer dos operários e suas residências; equipamentos da produção industrial como os galpões de tecelagem propriamente ditos, a produção de energia (Usina), e a administração de toda esta atividade, simbolizada pelos escritórios e pela própria residência do proprietário; que se configura como um dos primeiros exemplos de verticalização da produção no interior do estado de São Paulo, pois produzia a matéria-prima (o algodão), o industrializava e ainda fazia a comercialização dos tecidos através de seu escritório; que representa o início da indústria façonista, modalidade de prestação de serviços onde há trabalho a ser executado sem a propriedade da matéria-prima a ser trabalhada, a qual é alocada por terceiros. Neste caso, os fios eram cedidos por indústrias maiores ou por comerciantes de tecidos estabelecidos em São Paulo e o trabalho de produção era executado pelos operários e suas famílias em máquinas já obsoletas herdadas da fábrica maior, iniciando assim, uma terceirização da atividade têxtil (**Diário Oficial do Poder Executivo**, Seção I, 2013, p. 68).

---

<sup>42</sup>Publicado pelo **Diário Oficial Poder Executivo**, Seção I, quarta-feira, 22 de maio de 2013. São Paulo, 123 (95).

Existe um amplo consenso de que a preservação eficaz dos elementos culturais vai muito além do simples ato de tombá-los. Especialmente quando se trata de grandes conjuntos, como os remanescentes industriais. A “bem-sucedida” preservação demanda uma coordenação entre o governo, os proprietários e os grupos da sociedade civil. Além disso, são importantes os programas de apoio para restaurar e adaptar esses espaços para novos usos, como concessão de incentivos fiscais, linhas de crédito ou financiamento direto do governo. No entanto, devido à falta de centralidade do patrimônio cultural no debate político, inclusive dentro das secretarias de cultura e planejamento urbano, tais iniciativas de gestão raramente são colocadas em prática, resultando na eventual negligência e deterioração dos bens tombados (Mourão Júnior, 2021, p. 18).

Atualmente, as estradas secundárias que conduzem à área mais antiga de Carioba são de terra batida, e os arredores estão negligenciados em estado de ruína, com exceção de alguns edifícios em uso para atividades culturais, tais como a Casa de Cultura Hermann Müller, o Museu Histórico e Pedagógico de Americana, a Casa do Conto e a Igreja São João Batista.

**Figura 54.** Casa de Cultura Hermann Müller.



Fonte: Jornal **O Liberal**, 21 de outubro de 2020. Disponível em: <https://liberal.com.br/cultura/cultura-na-regiao/casa-hermann-muller-passara-por-restauro-com-prioridade-para-o-telhado-1814638/>

**Figura 55.** Casarão – Museu Histórico e Pedagógico de Americana.  
Fazenda Salto Grande.



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana-SP. Disponível em: <https://kellerstocco.com.br/casarao-do-salto-grande-em-americana-sera-restaurado/>

**Figura 56.** Casa do Conto.



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana-SP. Disponível em: <https://tododia.com.br/cultura/casa-do-conto-tera-oficina-de-fantoches/>

**Figura 57.** Igreja São João Batista.



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana-SP. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/tudoep/especiais/rota-do-arraia/campinas/tradicional-festa-de-carioba-de-americana-vai-ate-30-de-junho/>

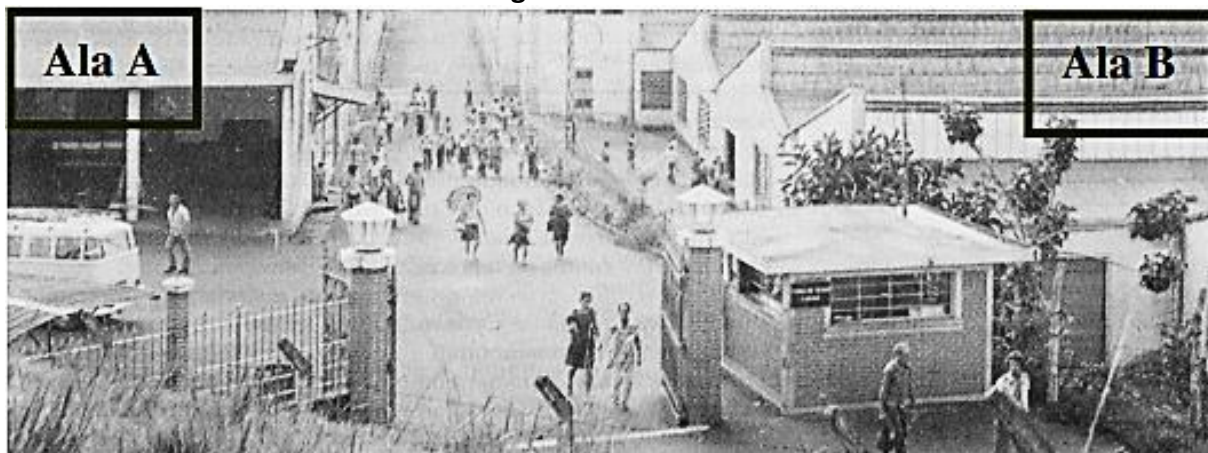
Os edifícios públicos localizados no bairro Carioba foram oficialmente incluídos no Patrimônio Histórico e Cultural do município por meio do Decreto n. 4009, em 1995, o que permitiu a elaboração dos planos de restauração arquitetônica pelo Departamento de Cultura, Esportes e Turismo (Decet). A antiga Fábrica de Tecidos Carioba, desde o seu colapso, tornou-se o único complexo industrial administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Americana (Mestre, 2007, p. 105-106).

Carioba, outrora um bairro vibrante e repleto de vida, flora exuberante e uma atmosfera de alegria e diversão, testemunhou uma transformação marcante ao longo do tempo. Agora, tornou-se um complexo tombado, porém abandonado, onde a antiga vitalidade e o esplendor foram substituídos pela quietude e pelo descaso, abandonando as memórias de um passado acolhedor.

De acordo com o Relatório dos Salões de Carioba, emitido em junho de 2005 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, havia, naquele ano, um total de 36 unidades fabris

instaladas nos barracões. Contudo, seis desses barracões estavam desocupados devido às péssimas condições de uso, encontrando-se em estado de ruína. Tanto as fachadas quanto o interior dos salões das unidades fabris de Carioba apresentavam notável deterioração. Representado na figura 58, na ala mais antiga (A), um grupo de 16 galpões permanecia locado, enquanto na ala nova (B), que foi reformulada durante a gestão Abdalla, havia 14 galpões em uso.

**Figura 58.** Divisão de alas.



Fonte: Jornal **O Liberal** – Caderno Especial: Americana 130 anos, 2005, p. 14.

O **Portal CBN Campinas** (07/09/2022) fez uma reportagem apresentando ao público que, em 5 de setembro de 2020, um incêndio de grandes proporções devastou uma área de 25 mil metros quadrados do antigo complexo têxtil da Carioba. Dos 30 galpões que estavam ocupados em 2005, apenas 22 ainda estavam em funcionamento até a data do incêndio de 2020, e cinco deles, que abrigavam cerca de 10 empresas, foram severamente atingidos pelas chamas. Conseqüentemente, uma empresa fechou as portas, duas continuam no complexo, ocupando o espaço restante, enquanto as outras três precisaram se realocar para outra região. Segundo informações do **Portal**, mesmo após o tempo transcorrido desde o incêndio, o Corpo de Bombeiros de Americana alerta que o local ainda apresenta riscos de novos incêndios, pois algumas estruturas não atendem aos requisitos mínimos estabelecidos pelas normas de segurança. O Corpo de Bombeiros já notificou a Prefeitura e os permissionários, aplicando penalidades de advertência após uma inspeção realizada no complexo, que é de propriedade pública. Enquanto isso, a Prefeitura de Americana assegura que tomou todas as medidas necessárias na área afetada pelo incêndio e afirma que uma empresa contratada para avaliação técnica não identificou riscos “significativos”.

**Figura 59.** Fábrica e galpões de Carioba antes do incêndio.



Fonte: Foto de Willian Gregio. Disponível em: <https://liberal.com.br/cidades/americana/carioba-tinha-plano-contra-incendio-aprovado-mas-dependia-de-recursos-1302070/>

**Figura 60.** Bombeiros combatendo o incêndio no complexo fabril de Carioba.



Fonte: **G1 Globo**, 06/09/2020.

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/09/06/fotos-mostram-destruicao-causada-por-incendio-em-fabricas-de-americana-sp.shtml>

**Figura 61.** Incêndio no complexo de fábricas no bairro Carioba.



Fonte: **G1 Globo**, 06/09/2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/09/06/fotos-mostram-destruicao-causada-por-incendio-em-fabricas-de-americana-sp.shtml>

**Figura 62.** Fábrica e galpões de Carioba após o incêndio.



Fonte: Foto de Willian Gregio. Disponível em: <https://liberal.com.br/cidades/americana/carioba-tinha-plano-contra-incendio-aprovado-mas-dependia-de-recursos-1302070/>

**Figura 63.** Ruínas da fábrica e dos galpões de Carioba.



Fonte: Foto da autora, 2023.

**Figura 64.** Ruínas da fábrica e dos galpões de Carioba.



Fonte: Foto da autora, 2023.

**Figura 65.** Ruínas da fábrica e dos galpões de Carioba.



Fonte: Foto da autora, 2023.

**Figura 66.** Hidrelétrica ainda hoje em funcionamento.



Fonte: Foto da autora, 2023.

### 3.3 Premissas para a preservação do bairro Carioba

Para compreender adequadamente as premissas para a preservação patrimonial, é de fundamental importância reconhecer que a formação do ambiente urbano é marcada por uma interação dinâmica entre renovações e permanências, rupturas e transformações nos locais e nos modos de vida. Esses elementos refletem a dinâmica dos processos entre sociedade e espaço, demonstrando uma relação dialética (Carlos, 2007, p. 45-60).

A fim de compreender que preservação e transformações estão entrelaçadas e ter um olhar mais atento sobre o bairro Carioba, segundo a historiadora Madeleine Rebérioux (1992), é necessário explorar as interconexões entre lugar e memória, concentrando-se em oferecer uma narrativa histórica a partir da perspectiva dos trabalhadores, das mulheres, dos camponeses, dos imigrantes e de outros grupos sociais que enfrentavam o risco de “desaparecer” e, com eles, as memórias, devido às mudanças aceleradas durante os anos 1970. Para Rebérioux (1992), os locais de memória operária encapsulam a cultura técnico-científica industrial e operária, representando uma parte fundamental do imaginário da classe trabalhadora. Suas lembranças podem nos elucidar sobre as contradições entre pressão e resistência, exploração e solidariedade, hierarquia e insurgência presentes na dinâmica entre capital e trabalho.

Rebérioux enfatiza o caráter militante dos lugares de memória operária e faz uma observação:

Acontece que só existe passado proletário quando compartilhado, o que interessa neles é sua presença na memória operária, é aquilo que os operários interrogados nos dizem a seu respeito. Em suma, é o lugar que ocupam em seus imaginários (Rebérioux, 1992, p. 49-50).

Apesar da existência da memória operária fabril, a preservação não está centrada em retroceder ao passado, mas sim em perpetuar no presente, mantendo viva essa memória. É fundamental reconhecer que a preservação do patrimônio industrial, enfatizando o bairro Carioba, não se trata apenas de congelar um momento específico no tempo, mas sim de manter uma conexão dinâmica com o presente, permitindo que a história continue relevante

e influente na contemporaneidade. Nesse sentido, a primeira premissa a ser adotada é a preservação da memória operária fabril do bairro.

A Prefeitura Municipal de Americana é constituída por diversas secretarias e uma rede de órgãos e conselhos, a saber: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Americana, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Conselho Municipal de Turismo. Essas instituições, unidas em esforço colaborativo, detêm competência operacional para conceber e executar um plano integral de preservação para o, até então, negligenciado bairro Carioba. Contudo, lamentavelmente, a realidade diverge desse potencial, e o bairro fica à mercê de contínua deterioração, imerso em estado de ruína.

Existem alguns planos que foram elaborados. A municipalidade propôs um Plano de Conservação Histórica e Ambiental de Carioba – 1999 (Mestre, 2007, p. 107). Entre os principais propósitos deste plano, destacam-se:

- Exploração do potencial turístico, cultural, econômico e urbanístico de Carioba;
- Fiscalização e estímulo à qualidade da área de expansão urbana em direção ao setor;
- Incentivo à promoção coletiva da cidade, aumentando sua reputação como um polo econômico e cultural;
- Melhoria da qualidade ambiental de Carioba e da cidade.

Nesse plano, destaca-se a busca por uma vocação turística para Carioba, enfatizando-se a necessidade de promover um localismo direcionado ao turismo.

Em 2005, a Secretaria de Meio Ambiente produziu um Relatório de Impacto Ambiental sobre os salões industriais de Carioba, indicando as seguintes observações:

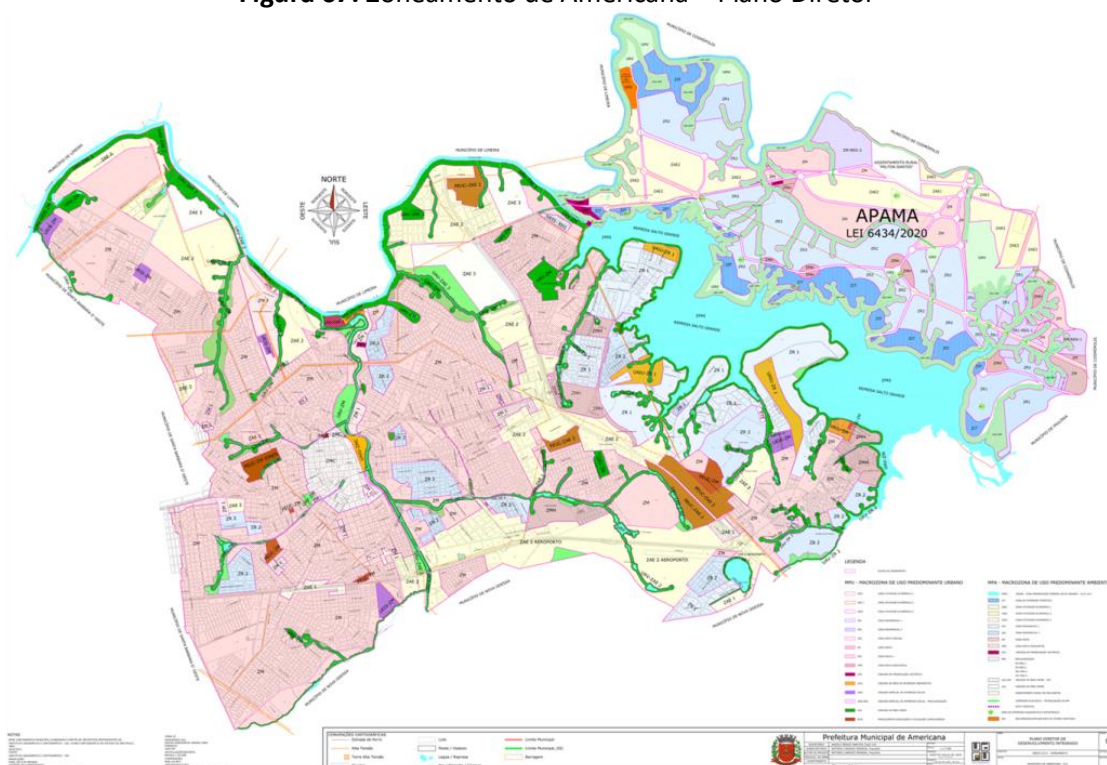
- As estruturas dos salões estão comprometidas: os pisos exibem irregularidades, a cobertura está danificada e a iluminação é inadequada para os trabalhadores;
- As empresas não apresentam alvará de funcionamento válido atualmente, pois não possuem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros em dia;
- Cerca de 90% das empresas não realizam o recolhimento de impostos diretamente ao município, como o ISS (Imposto Sobre Serviços);

- Essas empresas afirmam que há contaminação dos corpos hídricos e apontam sérios riscos de incêndio (Mestre, 2007, p. 107).

No entanto, na época e ainda hoje, era esperada da administração pública uma perspectiva mais abrangente, não apenas das condições estruturais da Fábrica e da falta de conservação e limpeza da área externa, mas uma compreensão completa dos desafios enfrentados. Podemos citar, por exemplo, que os planos urbanos poderiam estar alinhados com a realidade e as aspirações dessas pequenas empresas, considerando que essa localidade desempenha um papel importante para a subsistência dos cidadãos menos favorecidos. Desta forma, o plano viria a adquirir uma dimensão mais significativa.

O Plano Diretor vigente em Americana remonta ao ano de 2020, apresentando uma estrutura que mostra o zoneamento, o macrozoneamento e as áreas de planejamento do município.

**Figura 67.** Zoneamento de Americana – Plano Diretor



Fonte: Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=busca-resultado>

**Figura 68.** Ampliação do zoneamento de Americana, na região do bairro Carioba.



Fonte: Plano Diretor de Americana-SP.

Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=busca-resultado>

A área do bairro Carioba, conforme estipulado pelo Plano Diretor vigente, abrange uma variedade de zonas, incluindo ZM (Zona Mista Horizontal), ZAE 2 (Zona de Atividade Econômica 2), UAV (Unidade de Área Verde), UAIU (Unidade de Área de Interesse Urbanístico) e UPH (Unidade de Preservação Histórica), ao longo de toda a sua extensão. Embora tenha sido designada como uma região de interesse urbanístico, isso estabelecido no Art. 94 do Plano Diretor, nos últimos quatro anos, desde a implementação do Plano, não houve nenhum sinal de progresso em relação a melhorias no bairro.

Art. 94. A Unidade de Área de Interesse Urbanístico-UAIU Carioba tem o objetivo de promover a revitalização, a reurbanização e o desenvolvimento de atividades econômicas viáveis no perímetro urbano, ficando ratificado seu zoneamento como Zona de Uso Misto-ZM (Plano Diretor, 2020, p. 50).

**Figura 69.** Áreas de planejamento de Americana, destacando o bairro Carioba



Fonte: Plano Diretor de Americana-SP.

Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=busca-resultado>

Embora esteja cartograficamente identificada como AP-06, categoriza como AP-07, estabelecendo as seguintes diretrizes:

Unidade de Área Verde – UAV – ZM. Avenida Europa até foz do Ribeirão Quilombo. Inicia-se na divisa da gleba de cadastro 15-0680-0010 e Avenida Europa e segue pela faixa de APP do Ribeirão Quilombo e posteriormente Linha Férrea até contornar as nascentes da gleba de cadastro 16 0620 0430 000; deste deflete à direita passando novamente pela Linha Férrea; deflete à esquerda pela referida linha até o Campo de Futebol da ETE-Carioba, deflete à direita até o Rio Piracicaba; deflete à direita e segue pela margem do referido Rio até a foz do Ribeirão Quilombo; daí deflete à direita e sobe pelo eixo do Ribeirão Quilombo até a Usina Cariobinha; deflete levemente à direita e pelo referido eixo até a Avenida Europa, ponto inicial desta descrição (Plano Diretor, 2020, p. 50).

Em 2023, o Conselho Municipal de Turismo (Comtur) lançou uma proposta para a revisão do Plano Diretor de Turismo de Americana<sup>43</sup>. De acordo com Elza Cassitas, atual presidente do Comtur, “este instrumento estabelece diretrizes estratégicas, ações e prazos

<sup>43</sup>Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=busca-resultado>

para a Política Pública de Turismo, e é fundamental que seja integrado às diretrizes e prioridades do Município”. Esse projeto promete não apenas atualizar, mas também fortalecer e expandir as iniciativas turísticas da cidade, garantindo um desenvolvimento sustentável e alinhado às necessidades e potencialidades locais.

Na revisão, destaca-se a Casa de Cultura Hermann Müller como um dos importantes atrativos turísticos do município.

[...] a cultura vem ganhando destaque nas políticas urbanas, de modo a preservar a memória histórica das cidades, comprovados pelos investimentos públicos e privados, fomentando o turismo do município de Americana. Os atrativos certamente justificam o reconhecimento como município de interesse turístico: maior Igreja em estilo neoclássico do país; complexo patrimonial de Carioba (Capela, Casa de Cultura Hermann Müller, Casa do Comendador, ruínas do Castelinho, açougue, conjunto de fábricas, grupo escolar, barragem etc.); Museu Histórico construído em taipa entre os séculos XVIII e XIX (Plano Diretor de Turismo para Americana-SP, 2023).

Embora a gestão esteja empenhada para que essa área seja voltada ao turismo, como supracitado, antes de abarcar as dimensões turísticas, deve-se considerar que esse território – o bairro Carioba –, antes de tudo tem que ser pensado não de forma desmembrada, mas, sim, fazendo parte da cidade de Americana. Dessa forma, iremos elencar premissas para compreensão e intervenção no espaço urbano, alinhadas com as legislações vigentes que regem o ordenamento territorial e o direito de propriedade no Brasil, fundamentadas na preservação de seu caráter cultural, em uma abordagem integrada que valorize tanto a identidade cultural quanto a sustentabilidade socioambiental (Araújo *et al.*, 2002, p. 123-137).

As premissas para compreensão e intervenção no espaço urbano partem de dois eixos fundamentais: a participação popular, que forma e mantém vivos os valores simbólicos dos espaços construídos, e os limites de uma interferência direta no processo de formação desses valores, considerando o espaço em permanente transformação (Araújo *et al.*, 2002, p. 123-137).

## I. *Definição de uma área especial*

“Área definida no perímetro da cidade que necessite da intervenção diferenciada do Poder Público em função de suas potencialidades ecológicas, sociais, culturais, ambientais e da vontade social predominantes à época de sua instituição” (Araújo *et al.*, 2002, p. 124). Porções do território municipal que, em função de especificidades urbanísticas, culturais ou ambientais, demandam a adoção de políticas específicas de parcelamento, ocupação ou uso do solo de caráter restritivo em relação às normas gerais da legislação urbanística municipal.

## II. *Diretrizes de identificação*

II.1 Diagnóstico da área especial: torna-se necessário compreender como este espaço foi socialmente se formando. Estudos preliminares das características históricas, físico-ambientais, urbano-morfológicas, arqueológicas, socioeconômicas da área (Araújo *et al.*, 2002, p. 124).

Históricas: Pesquisa documental (textual, oral e iconográfica). Este estudo visa determinar a existência de valor cultural merecedor de proteção pública.

Físico-ambientais: Levantamento, mapeamento e análise do relevo, da vegetação e da hidrografia que eventualmente façam parte da área; entornos naturais, cursos fluviais, singularidades geomórficas.

Urbano-morfológicas: É o traçado urbano e da cultura urbana, bem como de sua evolução, considerando-se os elementos e os processos geradores e reguladores do espaço; a sistematização e o mapeamento do uso e ocupação do solo, da infraestrutura, do sistema viário e de transporte; a identificação das tipologias existentes, a altura das edificações, as dimensões e o volume; as relações entre o espaço construído e o não construído, o espaço público e o privado; a análise visual e perceptiva do espaço público; o comportamento ambiental e as interrelações entre ambiente e comportamento humano.

Arqueológicas: Análise da porção do território que contenha evidências da passagem, do uso ou da ocupação humana em determinada época.

Socioeconômicas: Retratação atual da região, em seus aspectos objetivos (renda) e subjetivos (percepção dos moradores em relação à própria condição de vida).

(Araújo *et al.*, 2002, p. 126-127)

II.2 Delimitação do perímetro de proteção: é diferenciado por sua tipologia e referenciais arquitetônicos; é possível estabelecer as prioridades que se ligam não somente à vida local, mas que se articulam com o restante da cidade, para, assim, delimitar a extensão da área a ser protegida (Araújo *et al.*, 2002, p. 127).

Elaboração do inventário dos bens culturais e referências culturais: *Inventários de bens materiais*: podem ser de bens imóveis ou de bens móveis; tendo valor cultural, intrínseco ou extrínseco, que possuem existência corpórea, tangível, dentro da área protegida. *Inventário de bens imateriais*: relação das manifestações culturais, históricas ou contemporâneas, locais e regionais, objetivando a identificação cultural da região.

Ficha de inventário de proteção do acervo cultural: a execução deste levantamento deve ser realizada em documento próprio chamado FICHA DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL. Deve conter os seguintes dados: informações gerais – identificação do município e do distrito em que se localiza o bem cultural; informações detalhadas – dados específicos sobre o município ou a região, considerando-se aspectos históricos, sociais e econômicos; informe histórico do bem – época de construção; história da edificação, dos proprietários e dos responsáveis técnicos; informações particulares – cópia do projeto original; levantamento arquitetônico atual em escala; levantamento fotográfico das características que demonstram ou negam o valor cultural do bem; informações complementares – uso atual, estado de conservação, características do entorno imediato do bem; ordenações – propostas para a área ou objeto em estudo.

(Araújo *et al.*, 2002, p. 127-128)

### II.3 Elaboração criteriosa de prognóstico da área

O prognóstico consiste na elaboração de estudos da área a ser protegida que considerem: as possibilidades de evolução urbana da área, tendo em vista a sua situação atual e a aplicação dos parâmetros urbanísticos da legislação pertinente; a projeção da situação desejável para a área por meio da definição de metas, de estratégias e de ações para que esta se concretize (Araújo *et al.*, 2002, p. 128).

Algumas das características exemplificadas aparecem nos prognósticos: maior controle de adensamento populacional; melhoria da qualidade de vida da população local; maior controle da proteção do patrimônio edificado; melhoria da paisagem construída; usos compatíveis com a ambiência e as necessidades da população local; preservação das áreas de convívio e permanência da comunidade; melhoria das condições de tráfego e funções das vias, considerando os aspectos ambientais locais; possibilidade de dinamização da economia local (Araújo *et al.*, 2002, p. 128).

II.4 Diretrizes de proteção. Dividem-se em:

(A) Diretrizes de proteção *stricto sensu*: relacionadas à memória e à identidade cultural; “as diretrizes gerais de proteção referem-se à proteção geral da ADE [área especial], com o objetivo de se preservar a sua ambiência e o conjunto edificado que constitui o seu perímetro” (Araújo *et al.*, 2002, p. 129); “as Diretrizes Específicas de Proteção referem-se à proteção dos bens culturais constituintes da ADE [área especial] cultural. São definidos por graus de proteção estabelecidos de acordo com as características culturais das edificações existentes na ADE [área especial]” (Araújo *et al.*, 2002, p. 129);

(B) Grau de proteção: “equivale ao instrumento de proteção a que a edificação se encontra sujeita. Varia segundo a natureza da estratégia de proteção pensada para a área” (Araújo *et al.*, 2002, p. 131); os graus de proteção podem ser intervencionistas, participativos, tombamento integral, tombamento parcial (Araújo *et al.*, 2002, p. 131).

II.5 Diretrizes de intervenção: “as intervenções em uma ADE [área especial] cultural devem acontecer dentro de uma perspectiva global, ou seja, devem atingir de maneira integrada e simultânea aspectos sociais, econômicos, culturais e físicos da área” (Araújo *et al.*, 2002, p. 131); “deve considerar que o tecido urbanístico e arquitetônico está de maneira intrínseca atrelado ao tecido social da cidade” (Araújo *et al.*, 2002, p. 131).

II.6 Diretrizes operacionais: “são os caminhos que o Poder Público deve trilhar para alcançar as metas estabelecidas como prognóstico ideal para a área” (Araújo *et al.*, 2002, p. 131). As diretrizes operacionais dividem-se em:

- a) Diretrizes jurídicas: “A operacionalidade de uma ADE guarda uma estreita relação com a lei que a institui. É esta que vai traduzir as regras de conduta e os princípios que irão direcionar a atuação do Poder Público e de particulares no local” (Araújo *et al.*, 2002, p. 133). Para que os resultados desta lei sejam normas jurídicas válidas e aptas a produzir seus efeitos no mundo concreto, não devem contrariar as normas que compõem o ordenamento jurídico pátrio, especificamente: Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei Orgânica do Município; Plano Diretor; legislação de uso e ocupação do solo federal e municipal; legislação ambiental; legislação de posturas e o código de obras (Araújo *et al.*, 2002, p. 133).

- b) Diretrizes de implementação: trata-se da captação de recursos financeiros. “O primeiro passo para a implantação de uma ADE é dado no próprio papel, pois nenhuma das metas propostas no prognóstico poderá se efetivar se o Poder Público não contar com recursos financeiros necessários à sua implementação” (Araújo *et al.*, 2002, p. 133). “Entre as estratégias mais usuais, encontram-se o recurso a fundos nacionais e internacionais de apoio à cultura, ao patrimônio cultural e ao desenvolvimento urbano, bem como parcerias com a iniciativa privada e setores públicos” (Araújo *et al.*, 2002, p. 133). A forma de gestão que se propõe para o desenvolvimento e o acompanhamento da aplicação das diretrizes estabelecidas está baseada na colaboração entre o Poder Público e a comunidade (Araújo *et al.*, 2002, p. 133-134).
- c) Diretrizes de promoção: “visam tornar de domínio público as diretrizes de proteção propostas para a ADE e formar uma consciência individual e coletiva dos habitantes da área acerca da importância e dos objetivos da proteção cultural” (Araújo *et al.*, 2002, p. 134). É de suma importância que os cidadãos, como habitantes da cidade, desenvolvam uma consciência cultural que lhes capacite reconhecer e apropriar-se dos valores culturais do ambiente em que estão inseridos – educação patrimonial. Esse processo é viabilizado por meio da disseminação abrangente das políticas e ações públicas concebidas para a área especial (Araújo *et al.*, 2002, p. 134).
- d) Diretrizes de gestão: trata-se do incentivo à participação popular. Nesse sentido, estabelece a **Carta de Washington**: “A participação e o comprometimento dos habitantes da cidade são indispensáveis ao êxito da salvaguarda e devem ser estimulados. Não se deve jamais esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito primeiramente a seus habitantes” (*Apud* Araújo *et al.*, 2002, p. 135). Portanto, a participação popular no processo de implantação e gestão é fundamental, pois são os próprios habitantes que assegurarão a continuidade advinda das intervenções públicas concebidas para a área (Araújo *et al.*, 2002, p. 135).

Outro documento importante que podemos considerar como premissa para preservação e adotado como documento-base do Icomos trata-se dos **Princípios de La Valletta**, referentes à Salvaguarda e à Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos de 2011, os quais representam um progresso no que se refere às questões relacionadas à gestão e emergem das diretrizes da **Carta de Veneza** (1964), da **Recomendação de Nairóbi** (1976) e

da **Carta de Washington** (1987). Os princípios descritos nesse documento englobam elementos tangíveis e intangíveis, conceituando “espírito do lugar”, que identifica e confirma a identidade do território, sendo fundamental para o seu reconhecimento. Além disso, discutem a preservação como fundamento do planejamento urbano e do desenvolvimento territorial, que deve ser interpretada de forma integrada. Outro ponto discutido é o aspecto contemporâneo das “mudanças”, ou seja, preservação e transformação são elementos dialéticos na conformação das cidades (Farah; Merlin, 2019). No documento, compreende-se que a cidade é um sistema dinâmico sujeito a mudanças contínuas, contudo enfatiza que essas mudanças devem ocorrer levando em consideração os elementos constituintes da cidade – sejam eles de natureza natural ou humana, tangível ou intangível, e sempre alinhadas à identidade intrínseca do território (Farah; Merlin, 2019).

Em todas as etapas, a participação da comunidade é de suma importância para garantir que as restrições urbanísticas impostas sejam verdadeiramente legítimas, especialmente em um Estado democrático de direito. Dessa forma, emerge como uma alternativa viável para a proteção de áreas de interesses culturais em declínio ou em processo de degradação, em consonância com os princípios fundamentais desse modelo de gestão municipal.

Portanto, o bairro Carioba emerge como um espaço com um potencial significativo para se tornar uma área especial, impulsionando não apenas o turismo local, como estabelece o Conselho Municipal de Turismo (Comtur) para a revisão do Plano Diretor de Turismo de Americana, mas também oferecendo espaços de convívio e lazer. Contudo, é evidente a falta de diretrizes claras e políticas de intervenção que possam direcionar seu desenvolvimento de forma sustentável e culturalmente consciente. A ausência de planos específicos dentro do novo Plano Diretor reflete não apenas uma lacuna na gestão urbana, mas também a falta de reconhecimento do valor histórico e cultural do bairro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre as dimensões memoriais, simbólicas, culturais, materiais e formais, torna-se evidente que os bens culturais transcendem a mera condição de receptáculos estáticos de significados, assumindo a natureza de construções culturais dinâmicas, permeadas por reflexões e transformações. É de suma importância reconhecer esses patrimônios como construções culturais sujeitas a contestações, encarando-os não somente como objetos de mera apreciação, mas como catalisadores de reflexões profundas sobre a sociedade.

A percepção e preservação do patrimônio estão intrinsecamente ligadas a processos políticos e sociais, refletindo as prioridades e valores de uma comunidade em um determinado momento histórico. A percepção contemporânea do patrimônio requer não apenas aprovação, mas também questionamento, pois revela aspectos importantes da sociedade e das questões que esta enfrenta. Em vez de serem considerados como dados naturais e inquestionáveis, os bens patrimoniais são moldados por escolhas políticas, o que abre espaço para uma narrativa oficial determinada por escolhas não democráticas e não participativas.

A preservação desses lugares, sejam materiais ou imateriais, é motivada pelo significado simbólico atribuído a eles. Embora possam inicialmente representar uma idealização romântica do passado, esses bens também estabelecem laços de pertencimento e memória na comunidade em que estão inseridos. Os bens patrimoniais guardam o valor simbólico atribuído pelo proprietário ou sua família e também as diferentes experiências vivenciadas pela coletividade a que pertencem.

Os interesses por trás da preservação do patrimônio industrial muitas vezes estão ligados à afirmação de identidade, como observado por diversos autores. No entanto, as razões concretas para a escolha dos bens a serem preservados variam conforme as circunstâncias, destacando a complexidade desse processo.

Portanto, para garantir a preservação do patrimônio, é de fundamental importância atribuir a essas testemunhas do passado um valor de uso no presente. O esforço de preservação não deve se perder, assegurando que essas obras preservadas possam continuar

a enriquecer e aprofundar nossa compreensão da história e da cultura, sendo assim incorporadas de maneira significativa à vida contemporânea.

Encontramos uma série de desafios durante o processo de coleta de dados e informações para esta dissertação, que foi superada, ao todo ou em parte, no decorrer das pesquisas. A escassez de documentos disponíveis dificultou a obtenção de informações relevantes, como, por exemplo, os arquivos da Casa de Cultura Hermann Müller, uma fonte importante de dados, que permaneceu fechada durante todo o período da pesquisa – e ainda está fechada – devido a problemas, como a infestação de carrapato-estrela. Além disso, por conta do incêndio ocorrido na Prefeitura de Americana, nos anos 2000, o acesso aos registros e acervos necessários para a pesquisa ficou extremamente prejudicado. Apesar desses contratemplos, foi possível avançar no estudo e chegar a considerações fundamentadas a partir de uma abordagem crítica em relação ao território e à sua história.

Considerando a complexidade da questão geradora, *“as políticas de preservação implementadas pela municipalidade e pelo Estado têm levado em consideração de forma adequada os aspectos documentais, formais, memoriais e simbólicos na preservação do Bairro Carioba em Americana (SP)?”* torna-se evidente que a situação atual de negligência requer uma análise mais aprofundada e uma ação imediata por parte das autoridades municipais e da comunidade local.

De início, é importante reconhecer que a preservação do bairro é praticamente inexistente, embora seja mencionada de maneira tímida no Plano Diretor. As medidas necessárias para a preservação do patrimônio cultural do bairro não estão sendo efetivamente implementadas. Isso demanda uma revisão e atualização do Plano Diretor, bem como uma maior conscientização sobre a importância da preservação para a comunidade e para as gerações futuras. Seria adequado um esforço, por parte do poder público, em implementar a educação patrimonial nas escolas de ensino fundamental e médio, uma medida que garantiria a conscientização e o engajamento da comunidade em relação à preservação do patrimônio cultural, contribuindo para uma abordagem mais abrangente e eficaz na proteção e na transmissão desse legado para as futuras gerações. Nesse sentido, é importante que a população esteja conectada com o processo de preservação e que [re]conheça o patrimônio como bem coletivo, propiciando também a noção de pertencimento ao espaço preservado.

A Prefeitura Municipal de Americana dispõe de uma extensa rede de órgãos e conselhos especializados, os quais possuem a capacidade operacional para elaborar e executar um plano mais abrangente de preservação para o bairro Carioba. Essa iniciativa envolveria uma série de ações, incluindo a restauração e indicando novos usos para os galpões industriais como um todo, como centros culturais, espaços para atividades comunitárias, locais para exposições de arte e eventos culturais, entre outros, preservando os aspectos memoriais, simbólicos e materiais, e garantindo que seus valores culturais e de identidade sejam preservados e transmitidos para as gerações presentes e futuras.

Além disso, é possível aproveitar os recursos históricos e culturais da região, como a antiga Escola de Carioba, a Casa de Máquinas da Usina Hidrelétrica e o Jardim da Casa de Cultura Hermann Müller, para criar ambientes dedicados a atividades educativas e culturais, como aulas e *workshops* na área têxtil, enfatizando a identidade local e a rica história industrial do bairro.

Destaca-se que a responsabilidade pela destruição do bairro não recai apenas sobre a última família proprietária e o Poder Público Municipal, mas também sobre os próprios moradores do bairro Carioba, que, durante e após a administração da família Abdalla, contribuíram para a deterioração do local. A comunidade, especialmente os cidadãos mais antigos, poderia desempenhar um papel de destaque na preservação do bairro, continuando a transmitir suas memórias e histórias para as gerações mais jovens, de modo a valorizar a grandiosidade do espaço e não apenas como lugar de memórias enterradas com as ruínas.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que a preservação do patrimônio cultural não é apenas responsabilidade das autoridades municipais ou de proprietários individuais, mas sim de toda a comunidade. Os moradores do bairro Carioba possuem um conhecimento valioso sobre sua história e suas tradições. Portanto, sua participação ativa na preservação e na promoção do bairro é essencial para garantir que a memória e a identidade únicas sejam mantidas e preservadas.

Embora tenha havido um esforço inicial, por parte da população, para o tombamento do bairro, a comunidade não conseguiu manter sua preservação e utilização de maneira adequada após esse processo. Concluindo, sem esgotar todas as perspectivas, acentuamos que somente por meio da educação e por meio de uma colaboração eficaz entre o poder

público e a comunidade, será possível assegurar a preservação deste importante legado para nós e para as gerações futuras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Americana. Prefeitura Municipal de. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Americana, **Projeto de Lei n. 061 de 21 de setembro de 2006**. Americana: Secretaria de Planejamento e Controladoria (Seplan), 2006.

Americana. Prefeitura Municipal de. Secretaria de Planejamento e Controladoria. Setor de Cadastro Técnico. **Cadastro de Atividades Econômicas**. Americana: Seplan, 2006.

Andrade, Rodrigo Melo Franco. **Relatório das ocorrências verificadas e das atividades realizadas pelo Sphan em 1936, 23 de janeiro de 1937**. Rio de Janeiro: Mesp; Sphan, 1937. Arquivo da FGV-RJ.

Andreotti, Maria Beatriz, 1983. **Vestígios industriais em Campinas: deslocamento produtivo e patrimônio industrial**. Maria Beatriz Andreotti: Campinas, 2015.

Araujo, *et al.* **As áreas de diretrizes especiais de caráter cultural: construção de modelo normativo para a fixação das diretrizes e parâmetros urbanísticos de sua proteção**. In: Edésio Fernandes; Jurema M. Rugani. (Org.). Cidade, Memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. 1ed.belo horizonte: IAB/MG, 2002, v. 1, p. 123-137.

Argan, Giulio Carlo. **Clássico anticlássico**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Argan, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Argan, Giulio Carlo. O espaço visual da cidade. *In: História da arte como história da cidade*, Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992.

Ascher, François. **Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos um léxico**. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2010, 174p.

Ascher, François. Por um urbanismo estratégico, decisório e heurístico. **Sociedade e Território**, 2007.

Aspeca. Associação dos Permissionários dos Salões Industriais de Carioba. Americana, 1 jan. 2015. Disponível em: <http://www.aspeca.com.br/historia.php>. Acesso em: 30 out. 2021.

Australia Icomos. (1979). **Carta de Burra**. In The Burra Charter: The Australia Icomos Charter for Places of Cultural Significance, pp. 4-7.

Azevedo, E. Berenstein de. Patrimônio industrial no Brasil. **Arq. Urb.**, n. 3, p. 11-22, 2010. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/114>.

Baer, Werner. **A economia brasileira**. 3. ed. Barueri: NBL Editora, 2003, 509p.

Balleiras, Mary Helle Moda. **Indústria e habitação**: arquitetura fabril no interior de São Paulo. Dissertação de Mestrado. USP. Escola de Engenharia de São Carlos, 2003.

Bardou, Sidarta. **A cidade e os trilhos**: a relação da cidade de Americana com a ferrovia que a originou. Trabalho de conclusão do curso Tecnologia em Logística. Faculdade de Tecnologia de Americana. Americana, 2013.

Barker, G. (ed.). The archaeology of industrialization. In: **Companion Encyclopedia of Archaeology**, v. 2. Londres: Routledge, 1999.

Bem, Sueli Ferreira de. **Contribuição para os estudos das estações ferroviárias paulistas**. Dissertação de Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas. USP. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 1998.

Bertalia, A. **Recordações de Carioba**: álbum de memórias. Americana: Caminho Editorial, 1999.

Blay, Eva A. **Eu não tenho onde morar**. Vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

Bormann, H. **A vida de Erich**. Tradução de Horst Muller Carioba. São Paulo: edição própria, 1994.

Bottura, Giovana. **A compreensão das formas de relação da população com o meio ambiente**: estudo de caso no reservatório de Salto Grande, Americana-SP, 1998. Dissertação de Mestrado. USP. São Carlos, 1998.

Box, J. Nature conservation and post-industrial landscapes. **Industrial Archaeology Review**, v. 21, p. 137-146, 1999.

Brandi, Cesare *et. al.* Voce Restauro. In: **Enciclopedia Universale dell'Arte**, v. XI, col. 322 e ss. Veneza; Roma, 1963.

Brandi, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê, 2004.

Brito, Jolumá. **História da cidade de Campinas**, v. 18. Campinas: Saraiva, 1963.

Bryan, A. S. **Americana, sua história**. Americana: Lapa, 1967.

Boito, Camillo. **Os restauradores**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

Bonelli, Renato. Il restauro architettonico. In: Brandi, Cesare *et. al.* Voce Restauro. In: **Enciclopedia Universale dell'Arte**, v. XI, col. 322 e ss. Veneza; Roma, 1963.

Buchanan, R. Angus. History and heritage: the development of industrial archaeology in Britain. **The Public Historian**, v. 11, n. 1, 1989, pp. 5-16. JSTOR. <https://doi.org/10.2307/3378474>. Acesso em: 7 fev. 2023.

Cabral, Renata Campello. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931. As contribuições da delegação italiana. **Arquitextos**, a. 15, n. 179.04. **Vitruvius**, mai. 2015.

Camillo, Ema E. R. **Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887)**. Campinas: Mercado de Letras; Centro de Memória da Unicamp, 1998.

Candin, Cauana Lemes Conde. **A constituição do vetor noroeste de expansão urbana da Região Metropolitana de Campinas**: permanências e questões fundiárias Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2020.

Carbonara, Giovanni. Architettura e restauro oggi a confronto. **Palladio**, n. 35, 2005, p. 99-128.

Carioba, Horst Müller. **Histórias da família**. São Paulo: edição própria, 1992.

Cardoso, A. M. V. **Família de cidades: a atividade têxtil em Americana e entorno**. Dissertação de Mestrado. Unicamp. Instituto de Geociências, 2004.

Carlos, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, Presidente Prudente v. 4, n. 6, 2007, p. 45-60.

Carmo, Sura Souza; Borges, Luiz Carlos. Da criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais do Estado da Bahia ao registro do Bembé do Mercado: trajetória das políticas patrimoniais em Salvador e no Recôncavo Baiano (1927-2019). **Patrimônio e Memória**, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021, p. 331-354. Disponível em: pem.assis.unesp.br.

Carsalade, F. L. **A pedra e o tempo**: a arquitetura como patrimônio cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

Carvalho, A. V.; Funari, P. P. A. Memória y patrimonio: diversidades e identidades. **Antípoda**, n. 14, 2012, p. 99-111.

Carvalho, Dias Marcos de. Inovação, aprendizagem e cooperação na cadeia de suprimento têxtil da região de Americana-SP. **Gestão & Regionalidade [on-line]**, 2018, 34(100), p. 127-144.

Casiello, Stella (ed.). **Restauro**. Criteri, metodi, esperienze. Napoli: Electa Napoli, 1990.

Celia, Maria Isabel Basilisco; Danieli Neto, Mário. Aspectos históricos da evolução urbana do município de Campinas-SP durante os séculos XVIII e XIX. **Leituras de Economia Política**, (10), p. 105-123.

Choay, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001.

Chuva, Márcia. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

Clark, Jorge Uilson. **A imigração norte-americana para a região de Campinas**: análise da educação liberal no contexto histórico e educacional brasileiro. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1998.

Coelho, Rodrigo Pereyra de Sousa. A formação de um território desigual: uma breve história de Campinas (1774-1930). **Universitas**, 2014.

Cossons, Neil. **The BP book of industrial archaeology**. Exeter: David & Charles, 1975.

Costa, E. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. **Finisterra**, v. 47, n. 93, 2012. doi: 10.18055/Finis1255.

Cunha, Claudia dos Reis. Alois Riegl e o “Culto moderno dos monumentos”. **Revista CPC**, 2006.

Cury, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

Silva, Julia Marina da. Roots project: the anthropology of heritage and popular education in Americana-SP. **Estud. Pedagógicos.**, v. 46, n. 3, 2020, p. 111-122.

Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S071807052020000300111&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071807052020000300111&lng=es&nrm=iso).

Dawsey, James M. **Americans** – imigrantes do velho sul no Brasil. Piracicaba: Editora da Unimep, 2005.

Dean, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

Dias, Carlos Alberto Ungaretti (coord.) **Cenários**: Cidades do interior de São Paulo no começo do século XX – A nossa história nos documentos da Alesp. São Paulo: Alesp, 2015.

Dias, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole**. Campinas: Editora Alameda, 2005, p. 7-165, 165p.

Dócio, Vanessa de Almeida. **Sob o signo da pedra e cal**: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927-1967). Dissertação de Mestrado em História. UFBA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

Dorigny, Marcel. **As abolições da escravatura no Brasil e no mundo**. Trad. Cristian Macedo e Patrícia Reuillard. São Paulo: Contexto, 2019.

D’ossat, Guglielmo de Angelis. Restauro: architettura sulle preesistenze diversamente valutate nel tempo. **Palladio**, terza serie, anno XXVII, fasc. 2, 1978.

Duarte, Fábio. **Arquitetura e tecnologias de informação**. Da revolução industrial à revolução digital. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1999.

Farah, Ana Paula. **Restauro Arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado** - o caso das escolas do Estado de São Paulo. Tese (Doutoramento em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Farah, Ana Paula; Merlin, José Roberto. As Cartas Patrimoniais e suas aplicabilidades no Patrimônio Urbano. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 11, n. 2, 2020.

Fonseca, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

Gehl, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

Geiger, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Ministério da Educação e Cultura, 1963, 457p.

Genovese, R. A. Archeologia industriale in Campania alla fine del XIX secolo. Nápoles: Napoli Arte Tipografica, 1983.

Giordano, H. **Minhas memórias**: histórias de um cariobense – revivências de Villa Americana. Americana: Adonis, 2004.

Gobbo, Célia (org.). **Preservando nossa história**: Americana. Americana: Palas Athena, 1999.

Goldman, F. P. **Os pioneiros americanos no Brasil**: educadores, sacerdotes, covos e reis. São Paulo: Pioneira, 1972.

Gonçalves, M. F.; Brandão, C. A.; Galvão, A. C. (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: Edunesp; Anpur, 2003.

Guazzelli, Bárbara Gonçalves. **Ferrovias, trabalho e habitação** – Vilas operárias de Campinas (1883-1919). Dissertação de Mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.

Guedes, Manuel Vaz. Arqueologia industrial. **Revista Electricidade**, n. 372, 1999, p. 393-299.

Guitarrara, Paloma. Imigração no Brasil. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm>.

Gussi, Alcides Fernando. **Os norte-americanos (confederados) do Brasil** – identidades no contexto transnacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

Halbwachs, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

Heredia, Kátia Nones; Ventura, Acácia de Fátima. **Análise da mobilidade urbana na área central de Americana-SP a partir do uso e ocupação do solo e implantação de vias férreas**.

Artigo de graduação. Curso de Tecnologia em Logística. Faculdade de Tecnologia de Americana, 2016.

Holanda, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Hudson, K. **Industrial archaeology**. 1. ed. Oxfordshire: Taylor and Francis, 2014.

Disponível em:

<https://www.perlego.com/book/1666229/industrial-archaeology-an-introduction-pdf>.

Icomos. (1964). **Carta de Veneza**. In International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites, pp. 1-3.

Icomos – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; TICCIH – Comitê Internacional para Preservação do Patrimônio Industrial. **Princípios conjuntos do Icomos-TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial. [Princípios de Dublin]**. Aprovados na 17. Assembleia Geral do Icomos, em 28 de novembro de 2011. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>.

IPHAN (Brasil). **Cartas patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

Jarnagin, L. Relocating family and capital within the nineteenth-century Atlantic world economy: the Brazilian connection. In: Dawsey, C. B.; Dawsey, J. M. (org.). **The Confederados: old south immigrants in Brazil**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1998.

Jones, J. M. **Soldado descansa!** Uma epopeia norte-americana sob os céus do Brasil. 2. ed. São Paulo: Fraternidade Descendência Americana, 1998.

Jones, Judith MacKnight; Bryan, Abílio Serra. **Americana**: São Paulo, Brasil. Americana: Focus, 1967, 290p.

Martínez Justiça, María José *et al.* **La restauración de bienes culturales en los textos normativos**. Selección, traducción y estudio crítico de documentos normativos internacionales y nacionales. Granada: Comares, 2009.

Krogh, Daniela da Silva Santos. **O Debate Sobre o Urbanismo em Campinas: do Relatório de Anhaia Mello ao Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia (1920-1940)**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2018.

Kühl, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial; Fapesp; Secretaria da Cultura, 1998.

Kühl, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. **Revista Eletrônica do Iphan**, n. 4, 2006.

Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165>. Acesso em: 4 jul. 2020.

Kühl, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2018.

Kühl, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais do Museu Paulista, v. 18, n. 2, São Paulo, dez. 2010a, p. 287-320.

Kühl, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. *In: Arq. Urb*, n. 3, primeiro semestre de 2010b.

Kühl, Beatriz Mugayar. **O legado da expansão ferroviária no interior de São Paulo e questões de preservação**. Anais do II Seminário Internacional de Patrimônio Agroindustrial: Lugares de Memória. São Carlos, 2010c. Disponível em: [http://www.arquitetura.eesc.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Beatriz\\_M\\_Kuhl.pdf](http://www.arquitetura.eesc.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Beatriz_M_Kuhl.pdf). Acesso em: 8 abr. 2020.

Kühl, Beatriz Mugayar. Dossiê o reconhecimento dos bens culturais: método, inventários e repercussões normativas. **Revista CPC**, n. esp. 21, 2016, p. 6-13.

Kühl, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: a necessidade de diálogos entre disciplinas, a restauração e a arquitetura. *In: Revista TST – Transportes, Servicios y Telecomunicaciones*, v. 44, 2021, p. 39-52.

Lapa, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros – Campinas, 1850-1900**. São Paulo: Edusp, 1996.

Landim, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

Lencioni, S. Cisão territorial da indústria e integração regional no estado de São Paulo. *In: Brandão, C. et al. (orgs.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

Leonelli, Gisela Cunha Viana. **A construção da lei federal de parcelamento do solo urbano 6.766: debates e propostas do início do sec. XX a 1979**. Tese de doutorado. USP. Escola de Engenharia de São Carlos, 2010.

Lima, D. M. de. **Americana em um século: a evolução urbana de uma cidade industrial de porte médio**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

Lima, E. F. W. **Corredor cultural do Rio de Janeiro: uma visão teórica sobre as práticas da preservação do patrimônio cultural**. Fórum Patrimônio Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2007, p. 1-14.

Lima, Juliana Daldegan. **Surto de industrialização do setor têxtil a partir de 1880: um estudo comparativo entre Blumenau e o resto do Brasil**. Monografia de Bacharelado em Economia. IFSC, 2003.

Linardi, M. C. N. **A produção do espaço físico em Americana-SP**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1984, 146f.

Lopes, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social**: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil [on-line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, 233p.

Lourenço, Luiz Carlos Brito. O impulso da industrialização pós-Segunda Guerra Mundial – 1946-1961. In: Baer, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol. 2, 2008.

Machado, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2002, 1038p.

Magalhães, Aline Montenegro. Inspetoria de monumentos nacionais (1934-1937). In: Rezende, Maria Beatriz *et al.* (orgs.). **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: Iphan; DAF; Copedoc, 2015.

Martareli, Juliana de Almeida. **A história da indústria têxtil no estado de São Paulo**. Trabalho de conclusão de curso. Tecnologia em produção têxtil. Faculdade de Tecnologia de Americana, 2013.

Martins, Élvio Rodrigues. **Da geografia à ciência geográfica e o discurso lógico**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH-USP, 1996, 319p.

Matos, Ana Cardoso de; Sales, Telma Bessa (coord.), com a colaboração de Ronaldo André Rodrigues. **Conversando sobre patrimônio industrial e outras histórias**: palavras, espaços e imagens. Sobral: Edições UVA, 2018.

Matos, O. N. de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desempenho da cultura cafeeira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.

Mattos, Hebe Maria. **Histórias de escravidão e pós-emancipação no Atlântico (séculos XVIII ao XX)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

Medeiros, A. C. **Análise ambiental do processo de urbanização em Americana-SP**: diretrizes para elaboração da gestão ambiental, através da técnica do geoprocessamento. 200f. Dissertação de Mestrado em Engenharia da Produção. Universidade Metodista de Piracicaba, 2003.

Meneguello, Cristina. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa**. Anais do I Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Florianópolis: Udesc, 2011.

Meneguello, Cristina. **Industrial heritage in Brazil and prospects for the Brazilian Committee for the Conservation of Industrial Heritage**. Congresso TICCIH. Roma, set. 2006, p. 14-18.

Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural**: uma revisão de premissas. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. v. 1. Ouro Preto, 2009. Brasília: Iphan, 2012, p. 25-40.

Mendes, J. Amado. A arqueologia industrial ao serviço da história local. *In: Revista de Guimarães*, 1995, n. 105, p. 203-218.

Mestre, Ana P.; Silva, Adriana B. Os microcircuitos de produção têxteis de Americana-SP (1990-2005): Carioba, os saberes locais e o território usado. *Formação*, v. 14, 2007, p. 100-112.

Montero, Tatiana Valencia. **Mapeamento do uso da terra como subsídio a um plano de recuperação das áreas de preservação permanente no entorno da represa de Salto Grande, Americana-SP**, 47f. Trabalho de conclusão de curso em Engenharia Ambiental. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009.

Morais, Marcelo. **As vilas ferroviárias paulistas**: Arquitetura e as relações urbanas nos núcleos habitacionais ferroviários. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos, 2003.

Moraes, Sílvio Ribeiro de. **Desconcentração produtiva no Brasil**: olhares sobre o período 2000-2015. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Universidade de Brasília, 2017, xii, 232, il.

Moretti, Daniela: Arquitetura e urbanização: Americana na primeira metade do século. *In: Ribeiro, Maria José F. de A. et al. Preservando nossa história*. Americana: edição própria, 1999, p. 82-89.

Mourão Júnior, Carlos Camilo. **A patrimonialização de remanescentes fabris urbanos no estado de São Paulo pelo Condephaat**. ANPUH-Brasil – 31<sup>º</sup> Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro, 2021.

Nahas, P. V. Antigo e novo nas intervenções de carácter monumental: a experiência brasileira (1980-2010). *Revista CPC*, (20), 2015, p. 78-111.

Nandin, Cauana Lemes Conde. **A constituição do vetor noroeste de expansão urbana da Região Metropolitana de Campinas**: permanências e questões fundiárias. Tese de Doutorado. PUC-Campinas, 2020.

Nandin, Cauana Lemes Conde. **Urbanização, dispersão e morfologia urbana**: um estudo de caso na região metropolitana de Campinas. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. PUC-Campinas, 2013.

Nobre, Sonia A. dos Santos. **Associação dos professores teuto-brasileiros no estado de São Paulo**: uma reconstrução histórica da trajetória de um órgão associativo voltado à educação étnica no período de 1916 a 1938. Mestrado em Educação. Faculdade de Educação da Unicamp, 2004.

Nogueira, Amélia Regina Batista. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar. *In: Pontuschka, Nídia Nacib; Oliveira, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). Geografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2009, 384p.

Nora, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In: Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

Oliveira, E. R. **Memória ferroviária**: Perspectivas interdisciplinares de registro e ativação do patrimônio industrial. São Paulo: Unesp, 2017.

Oliveira, Rogério Pinto Dias de. O pensamento de John Ruskin. **Resenhas On-line**, a. 7, n. 074.03. **Vitruvius**, fev. 2008.

Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>.

Pancher, A. M. **Desenvolvimento de métodos para identificação e caracterização de Brownfields têxteis em Americana-SP**: potencialidades e limitações da videografia. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, 2006, 238f.

Pane, Roberto. Città antiche, edilizia nuova [1956-1957]. *In: Attualità e dialettica del restauro* [antologia a cura di Mauro Civita]. Chieti: M. Solfanelli, 1987.

Pasquotto, Geise Brizotti *et al.* A expansão urbana de Americana e a questão regional. *In: RUA [on-line]*, n. 20, v. II, 2014. ISSN 1413-2109/e-ISSN 2179-9911. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>.

Pelegrini, S. C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**, 2004, p. 24.

Pereira, L. C. Bresser. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**: esboço de uma economia política periférica. São Paulo: Brasiliense, 1977.

Petrone, Maria Thereza Schorer. **A Lavoura canvieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

Pietzschke, Brigitte Maria von der Leyen. **Honnaf às margens do Reno**. São Paulo: Edição própria, 1983.

Pietzschke, Brigitte Maria von der Leyen. **Carioba**. São Paulo: Edição Própria, 1982.

Pinhanelli, Alexandre. **Italianos em Americana**. Americana: Edição própria, 1998.

Pupo, Celso Maria Mello. **Campinas, município no Império**. Fundação e constituição – usos familiares. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

Pupo, Celso Maria Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

Raistrick, A. **Industrial archaeology**: an historical survey. Londres: Eyre Methuen, 1972.

Ranolfi, Leticia Ferreira. **O patrimônio ferroviário na cidade de Catanduva/SP: os desafios para a sua preservação.** Dissertação em Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2022.

Rebérioux, M. Os lugares de memória operária. *In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.* São Paulo: DPH, 1992, p. 49-53.

Relph, Edward C. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de Lugar. *In: Marandol Júnior, Eduardo et al. (orgs.). Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia.* São Paulo: Perspectiva, 2012, 310p.

Ribeiro, Elisama Bertochi. **A história de Carioba.** Trabalho de conclusão de curso. Fatec de Americana, 2016.

Ribeiro, Francine Morales Tavares. **O plano de gestão como instrumento de política no planejamento e gestão das áreas urbanas classificadas como Patrimônio da Humanidade.** Tese de Doutorado. Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2018.

Ribeiro, Maria José Ferreira de Araújo. **Memória, imigração e educação: Fábrica de Tecidos Carioba – uma vila paulista no início do século XX.** Tese de Doutorado. Unicamp. Faculdade de Educação, 2005.

Rodrigues, A. R. Fábrica e ideologia: o desenvolvimento do pensamento moderno e a arquitetura industrial na cidade de São Paulo (1889 a 1930). **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 11, n. 2, 2012, p. 31.

Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/6067>.

Rodrigues, Marly. **Imagens do passado.** A instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987. São Paulo: Imprensa Oficial; Editora da Unesp; Condephaat; Fapesp, 2000.

Rodrigues, J. A. Façonismo: um sistema de trabalho na indústria têxtil – o exemplo de Americana. **Geografia das Indústrias**, n. 6, 1978, p. 1-68.

Rodríguez, L. *et al.* El lugar de la memoria: enseñanza del urbanismo. **Bitácora Urbano Territorial**, 29 (1), 2019, p. 171-180.

Rosa, Carolina Lucena. **O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio.** Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

Rufinoni, M. R. A cidade e seus bens culturais: a dimensão urbana da tutela na abordagem dos documentos internacionais. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 40, 2011.

Rufinoni, M. R. Patrimônio industrial. *In: Carvalho, Aline; Meneguello, Cristina (org.). Dicionário temático de patrimônio – debates contemporâneos.* Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 233-236.

Rufinoni, M. R. Do edifício ao território: o patrimônio urbano industrial na trajetória do Condephaat (1968-2018). **Arq. Urb**, n. 26, 2019, p. 44-60.

Rufinoni, M. R. **Preservação e restauro urbano**: intervenções em sítios históricos industriais. 1. ed. São Paulo: FAP-Unifesp; Edusp; Fapesp, 2013.

Ruskin, John. *Las siete lámparas de la arquitectura*. Valência: F. Sempere, 1910.

Salgado, Ivone; Pereira, Renata. A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitâneas de Minas Gerais e de São Paulo, na segunda metade do século XVIII. **Labor & Engenho**, 2017.

São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa. **Cenários: Cidades do interior de São Paulo no começo do século XX - A nossa história nos documentos da Alesp**. / coord. Carlos Alberto Ungaretti Dias; textos Carlos Alberto Ungaretti Dias; Mônica Cristina Araujo Lima Horta; Guilherme Arduini. - São Paulo: ALESP, 2015.

Schicchi, Maria Cristina da Silva. Patrimônio cultural em territórios metropolitanos: novos aportes para sua compreensão. **Thésis**, v. 7, n. 13, out. 2022, p. 154-171.

Semeguini, Ulysses. **Campinas (1860 a 1890): agricultura, industrialização e urbanização**. Dissertação de Mestrado. Unicamp. Instituto de Economia, 2004.

Silva, Armando Corrêa da. A aparência, o ser e a forma – Geografia e Método. *In: Geographia*, v. 2, n. 3, 2000, p. 7-25.

Silva, Célio Antônio Alcântara. **Quando mundos colidem**: a imigração confederada para o Brasil (1865-1932). Dissertação de Mestrado. Unicamp. Instituto de Economia, 2007, 138p. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1605064>.

Silva, Áurea Pereira. **Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII-séc. XX)**. Estudos de cultura material. Anais do Museu Paulista, 14 (1), 2006.

Silva, Magdiel. **Francisco Prestes Maia e o projeto urbano para Panorama, 1945-1949**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. FAU-USP, 2020.

Simas, H. C. P.; Pereira, L. B. *As abolições da escravatura: no Brasil e no mundo* [Resenha]. **Revista Interfaces da Educação**, v. 13, n. 38, 2022.

Soja, Edward W.; Kanai, Miguel J. The urbanization of the world. *In: The endless city*: the urban age project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. Londres: Phaidon, 2006.

Souza, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, 2008, 204f.

Souza, Wagner de. **A evolução dos teares da indústria têxtil e história da indústria têxtil em Americana**. Trabalho de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Produção Têxtil. Faculdade de Tecnologia de Americana, 2022.

Souza, Marquessuel Dantas de. Geografia e cultura: o espaço em prosa, mapa literário e imaginação. *In: Ra'Ega*, v. 28, 2012, p. 253.

Soukef Júnior, A. **A preservação dos conjuntos ferroviários da São Paulo Railway em Santos e Jundiaí**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

Stock, Suzete de Cássia Volpato. **Benamta – um lugar, uma herança**. Tese de Doutorado. Unicamp. Faculdade de Educação, 2009.

Sugimoto, Luiz. A classe operária vai ao paraíso. **Jornal da Unicamp**, 20 a 26 set. 2004. Disponível em: [https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/jornalPDF/ju266pag12.pdf](https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju266pag12.pdf). Acesso em: 18 out. 2021

Tartarini, J. D. **Arquitetura ferroviária**. Buenos Aires: Colihue, 2005.

Taunay, Afonso de E. **História das bandeiras paulistas**. São Paulo: Martins, 1921.

Trentin, G. A expansão urbano-industrial do município de Americana-SP: geotecnologias aplicadas, análise temporal e simulação de cenários. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2008, 237f.

Trevisan, G. S. *et al.* Americana-SP, uma história entre rios. *In: Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 27, n. 1, 2019, p. 155-172.

Torsello, Paolo. **Che cos'è il restauro?** Nove studiosi a confronto. Veneza: Marsilio Editori, 2005, p. 61.

Tuan, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013, 248p.

Velho, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Versiani, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa R. O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. **Estudos Econômicos**, v. 5, n. 1, 1975, p. 37-63.

Vieira-de-Araújo, Natália Miranda. **Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo**. Recife: Editora UFPE, 2022.

Viterbo, Francisco de Souza. Arqueologia industrial portuguesa: os moinhos. **O Arqueólogo Português**, v. II, n. 8 e 9, 1896.

Viollet-le-duc, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

Zagato, J. A. C. O estudo temático do patrimônio ferroviário do estado de São Paulo. *In*: Martins, A. L. (org.). **Condephaat 50 anos: registros de uma trajetória**. São Paulo: Museu de Arte Sacra de São Paulo, 2018.

### FONTES DOCUMENTAIS

Carta de Veneza. **Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios**. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza: Icomos, 1964.

Carta de Nizhny Tagil. **Sobre o patrimônio industrial**. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). Nizhny Tagil: TICCIH, 2003.

Diário oficial poder executivo, Seção I, quarta-feira, 22 de maio de 2013. São Paulo, 123 (95).

Icomos. **Princípios de Valletta para a salvaguarda e gestão das populações e áreas urbanas históricas**, 2011.

Icomos. **Declaração de Xi'an**: dispõem sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural, 2005.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil para o Patrimônio Industrial**. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, 2003.

Unesco. **Recomendação sobre a paisagem histórica urbana**, 2011.

Unesco. **Gestão do Patrimônio Mundial Cultural**. Manual de Referência do Patrimônio Mundial. Brasília, Iphan, 2016.

### LEGISLAÇÃO (LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES DE TOMBAMENTO)

Americana. **Decreto n. 130**, de 1 de abril de 1957, que “aprova plano de loteamento de terreno de propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba S/A – Cariobinha”.

Brasil. **Decreto-Lei 55/1966**. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências.

Brasil. **Decreto 3551/2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

São Paulo (Estado). **Constituição Estadual** de 1967.

São Paulo (Estado). **Lei 10.247/1968**. Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado.

São Paulo (Estado). **Decreto de 19 de dezembro de 1969**. Dispõe sobre a regulamentação da Lei 10.247/1968 (organização e funcionamento do Condephaat).

São Paulo (Estado). **Decreto 13.426/1979**. Cria a Secretaria de Estado da Cultura.

São Paulo (Estado). **Processo de Tombamento, n. 23112/1984**. Institui Abertura do processo de Tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico artístico arqueológico e turístico do Estado de São Paulo (CONDEPAHAT/SP).

São Paulo (Estado). **Decreto 57.439/2011**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo, cria o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial e dá providências correlatas.

São Paulo (Estado). **Resolução SC – 21**, de 9 de maio de 2013. Dispõe sobre o tombamento do Complexo Industrial Carioba, em Americana.

São Paulo (Estado). **Decreto n. 519**, de 16 de setembro de 1971, que “declara de utilidade pública, áreas de terreno de propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba S/A, para implantação de indústria”.

São Paulo (Estado). **Lei Municipal n. 1148**, de 23 de abril de 1971, que “autoriza o Executivo a conceder estímulos fiscais e alienar terrenos para implantação e incentivo do Parque Industrial de Americana”.

São Paulo (Estado). **Decreto n. 607**, de 24 de abril de 1973, que “declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei n. 1148, de 23 de abril de 1971, área de terreno de propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba S/A, e dá outras providências”.

São Paulo (Estado). **Lei n. 1.338**, de 12 de dezembro de 1974, “que autoriza a alienação de áreas de terreno à Cecap, para construção de casas. Área localizada no Bairro Salto Grande, apropriada à Fábrica de Tecidos Carioba S/A”.

São Paulo (Estado). **Decreto n. 04009**, de 19 de agosto de 1995, que “incorpora ao patrimônio cultural e histórico do Município os imóveis públicos do Bairro Carioba e dá outras providências”.

São Paulo (Estado). Americana. **Lei n. 03.309**, de 8 de julho de 1999, que “cria o Conselho Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Carioba. Conselho instituído para manter a tradição histórica e desenvolver projetos culturais e turísticos do Bairro Carioba”.

São Paulo (Estado). Americana. **Lei n. 3.313**, de 14 de julho de 1999, que “cria a Casa de Cultura Hermann Müller e dá outras providências. Casa de Cultura com sede em Carioba, com o objetivo de apoiar a produção cultural através de eventos permanentes, servir de sede para entidades e grupos e de espaço de lazer para a população”

ANEXOS

Imagens da Gazeta de Campinas, edição de 30 de julho de 1922.

# GAZETA DE CAMPINAS

ANO XXII      DOMINGO, 30 DE JULHO DE 1922      NUM. 234

## PERPETUANDO A MEMORIA DE UM HOMEM!

Um bello exemplo de gratidão dos operarios da

### "FABRICA CARIOBA"

A SAUDOSA MEMORIA DO PATRAO E AMIGO!



**Hermano Th. Müller**  
Foi o primeiro chefe gerencial da Fábrica Carioba.



**Comendador Francisco Müller**  
Foi o segundo e o terceiro chefe gerencial da Fábrica Carioba.



**Hans Müller**  
Foi o quarto e o quinto chefe gerencial da Fábrica Carioba.

### CAPITAL E TRABALHO!

É natural a antipatia entre o patrão e o operário, pois de que a Capital e o Trabalho sempre a comoverão. Mas não há de ser sempre a antipatia, pois há de haver sempre um ponto de encontro, um ponto de encontro que seja o bem comum, o ponto de encontro que seja o bem comum, o ponto de encontro que seja o bem comum.

Em geral, o patrão e o operário são inimigos. O patrão quer o lucro, o operário quer o salário. Mas há de haver sempre um ponto de encontro, um ponto de encontro que seja o bem comum, o ponto de encontro que seja o bem comum, o ponto de encontro que seja o bem comum.

### O BUREAU



Duplicatas e impressões feitas na fábrica.





Gazeta de Campinas - Domingo, 30 de Julho de 1933

### Chronica Religiosa

**CLUBO CATHOLICO**  
**de Fecundação**  
O Clubo Catholico de Fecundação, que tem por finalidade a educação e a formação do povo, realizou em 28 de julho, no salão da Associação de Fecundação, a sua 10ª reunião mensal. A reunião foi presidida pelo Sr. Dr. Carlos de Faria e teve como pauta a seguinte: 1º - Oração; 2º - Leitura do Evangelho; 3º - Conferência sobre a importância da educação para a formação do cidadão; 4º - Hino Nacional; 5º - Momento de silêncio; 6º - Encerramento.

**Ordemação**  
No dia 28 de julho, no salão da Associação de Fecundação, realizou-se a ordenação dos alunos do curso de Fecundação. A ordenação foi presidida pelo Sr. Dr. Carlos de Faria e teve como pauta a seguinte: 1º - Oração; 2º - Leitura do Evangelho; 3º - Conferência sobre a importância da educação para a formação do cidadão; 4º - Hino Nacional; 5º - Momento de silêncio; 6º - Encerramento.

**Reunião Mensal**  
No dia 28 de julho, no salão da Associação de Fecundação, realizou-se a reunião mensal. A reunião foi presidida pelo Sr. Dr. Carlos de Faria e teve como pauta a seguinte: 1º - Oração; 2º - Leitura do Evangelho; 3º - Conferência sobre a importância da educação para a formação do cidadão; 4º - Hino Nacional; 5º - Momento de silêncio; 6º - Encerramento.

**Congresso Eucarístico**  
No dia 28 de julho, no salão da Associação de Fecundação, realizou-se o congresso eucarístico. O congresso foi presidido pelo Sr. Dr. Carlos de Faria e teve como pauta a seguinte: 1º - Oração; 2º - Leitura do Evangelho; 3º - Conferência sobre a importância da educação para a formação do cidadão; 4º - Hino Nacional; 5º - Momento de silêncio; 6º - Encerramento.

### Secção Livre

#### Companhia Campineira

#### de

#### Agua e Esgotos

**Pagamento de Juros e Resgate de Títulos**

De 28 de julho de 1933

Nº	Valor	Juros	Total
1	100,00	10,00	110,00
2	200,00	20,00	220,00
3	300,00	30,00	330,00
4	400,00	40,00	440,00
5	500,00	50,00	550,00
6	600,00	60,00	660,00
7	700,00	70,00	770,00
8	800,00	80,00	880,00
9	900,00	90,00	990,00
10	1.000,00	100,00	1.100,00

**MISTURA NOVA**  
MISTURA NOVA  
M. 1 e 2  
De Matias José de Mattos e Silva

**Pequenos anúncios**  
F. Anúncios pequenos...  
E. Anúncios pequenos...  
A. Anúncios pequenos...

**Automóvel à venda**  
Vendo-se um automóvel...  
Rua de São Paulo, nº 123.

**Aos Intelectuais**  
Fomos convidados...  
Rua de São Paulo, nº 123.

**Oficina Brasileira**  
Oficina Brasileira...  
Rua de São Paulo, nº 123.

**Guthrie Wolf**  
Guthrie Wolf...  
Rua de São Paulo, nº 123.

### SUCCURSAL

da "Bancos Econômica Brasil" de  
Campinas, em Vila Americana

Proprietário:  
**ANGELO JOSÉ VILENTE**

Agente de Vendas:  
**JOAQUIM LUIZ DE MATIOS**

---

### BONUS DA INDEPENDENCIA

30 dias de 100 - BONDOS DA INDEPENDENCIA  
O NÚMERO 183.217

Proprietário: **J. U. Sarmento**

Endereço: **VILA AMERICANA**

---

### MAHMOUDA LILIE NACIONAL

**ARTHUR CORSI**

Proprietário: **ARTHUR CORSI**

Endereço: **VILA AMERICANA**

### Secção Comercial

**CAHAMA**  
CAHAMA...  
Rua de São Paulo, nº 123.

**CAHAMA**  
CAHAMA...  
Rua de São Paulo, nº 123.

### CARNE VERDE

De produção de carne verde...  
Rua de São Paulo, nº 123.

**EDITAIS**  
Editais...  
Rua de São Paulo, nº 123.

### Catharina Milani

Missas de 30 e 45 dias

Endereço: **VILA AMERICANA**

### Casa Kosmos

LIQUIDAÇÃO ANNUAL

Endereço: **VILA AMERICANA**

### Teatros e Salões

**Colyseu e RINK**  
Colyseu e RINK...  
Rua de São Paulo, nº 123.

### Colyseu e RINK

Colyseu e RINK...  
Rua de São Paulo, nº 123.

### União Agrícola Commercial

**Faraone, Filho & Comp.**

Endereço: **VILA AMERICANA**

Fonte: Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.